



MAPA  
HISTÓRICO  
DOS GRUPOS  
ARMADOS

20  
25

# FOGOCRUZADO

GENI Grupo de  
Estudos  
dos Novos  
legalismos

### Coordenação de Pesquisa

Daniel Hirata - Geni/UFF  
Maria Isabel Couto - Instituto Fogo Cruzado

### Coordenação executiva

Andressa Fioravanti Falconiery

### Coordenação de dados

Michel Misse Filho

### Pesquisadores

Ana Julia Guimarães  
Carolina Christoph Grillo  
Gabriel Delphino  
Giovanna Monteiro  
Matheus Pestana  
Tomás Paixão  
Renato Dirk  
Terine Coelho

### Comunicação

Gabrielli Thomaz  
Débora Diniz

### Projeto gráfico e diagramação:

Beto Paixão | betopaixao.jf@gmail.com

Mapa histórico dos grupos armados 2025 [livro eletrônico] / organização

Daniel Hirata, Maria Isabel Couto. -- Rio de Janeiro :

Ed. dos Autores, 2025.

PDF

Vários colaboradores

ISBN 978-65-01-82761-2

1. Desigualdade 2. Grupos armados 3. Rio de Janeiro (Cidade) - Condições sociais 4. Segurança pública 5. Sociologia 6. Violência I. Hirata, Daniel.  
II. Couto, Maria Isabel.

25-320449.1

CDD-307.76

Realização

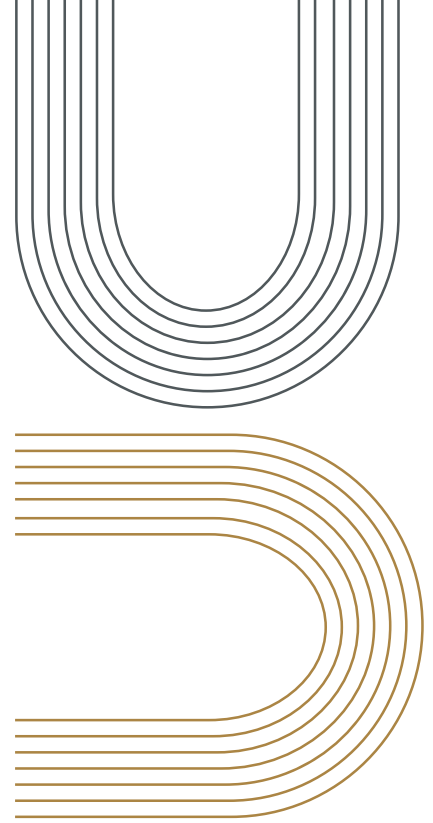
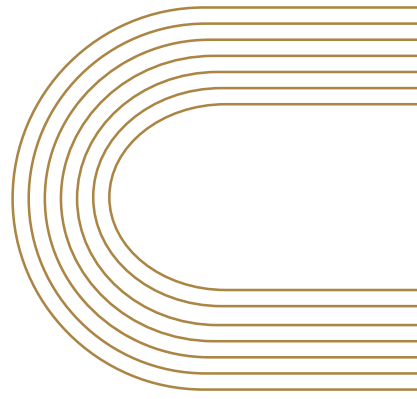
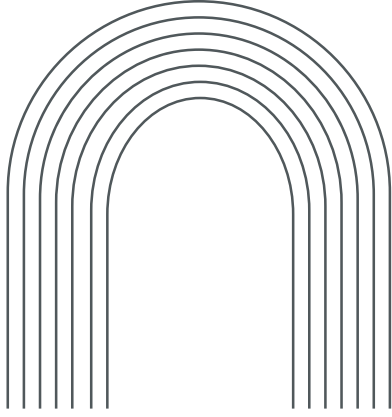


**GENI** Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos

Apoio

HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
RIO DE JANEIRO  
Brasil





# Su má rio

## 5 Introdução

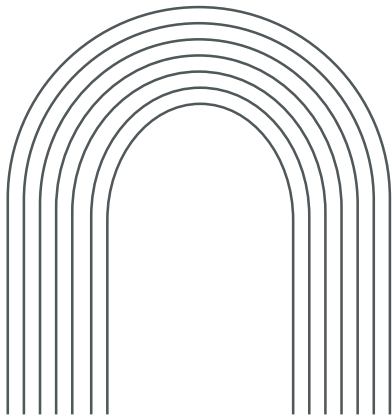
## 8 Parte 1

Desigualdades sociais  
e grupos armados

## 13 Parte 2

Caracterização do  
controle e influência sobre  
territórios e população

- 13 Definição conceitual-operacional
- 15 Evolução do controle/influência territorial e populacional: marcos temporais da série histórica
- 18 Evolução do controle e influência dos grupos armados sobre territórios na RMRJ
- 22 Evolução do controle e influência dos grupos armados sobre a população na RMRJ
- 25 Evolução do controle/influência territorial e populacional: grupos armados e circunscrições geográficas
- 36 Conclusões sínteses



# Su má rio

## 39 Parte 3

### Caracterização da expansão feita através da colonização e da conquista

- 39 Definição conceitual-operacional e dimensões da expansão por colonização e conquista
- 40 Expansão dos grupos armados segundo características espaciais
- 45 Formas de expansão segundo grupo armado
- 47 Variação histórica nos modos de expansão do controle armado
- 50 Evolução da expansão por colonização e conquista segundo os grupos armados e circunscrições geográficas
- 59 Conclusões sínteses

## 63 Conclusões gerais e interpretativas

## 68 Anexo Metodológico

- 68 Definições conceituais, operacionais e suas categorias
- 72 Geocodificação e classificação automática das denúncias
- 82 Ponto de partida e validação
- 88 O algoritmo de classificação





# Introdução

Desde 2018 o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e o Instituto Fogo Cruzado (IFC) trabalham conjuntamente na produção do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro (MGA). Trata-se de um empreendimento coletivo e transdisciplinar que visa produzir conhecimento qualificado sobre um dos mais graves e persistentes problemas públicos enfrentados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ): o controle e a influência exercida por grupos armados sobre territórios e populações. Esta é uma importante dimensão da violência armada no Rio de Janeiro e se caracteriza pela atuação de facções do tráfico de drogas – notadamente o Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro e Amigos dos Amigos – e as chamadas “milícias” em favelas, conjuntos habitacionais e sub-bairros, onde extraem recursos por meio do controle sobre serviços e mercados legais e ilegais, valendo-se da coerção pela força e violando sistematicamente os direitos de uma significativa parcela da população fluminense.

Moradores de áreas controladas são frequentemente submetidos por esses grupos a extorções, ameaça, espancamento, expropriações, expulsões, tortura e morte, além de viver no “fogo cruzado” dos grupos que disputam territórios entre si ou se engajam em confrontos com as polícias durante as chamadas operações policiais. Diversos mercados e serviços públicos e privados, como a educação, saúde, moradia, transporte, saneamento, energia e telecomunicações são prejudicados nos territórios afetados. Como será visto, o fenômeno do controle armado – agora mais bem qualificado pela distinção entre controle e influência – impacta principalmente a população mais pobre e de maioria negra, contribuindo para a reprodução de desigualdades persistentes. Além disso, é um fenômeno associado a uma imensa disponibilidade de armas em posse de atores criminais, contribuindo para a alta frequência de confrontos e crimes comuns violentos na RMRJ.

A produção de conhecimento sobre esse fenômeno é fundamental para que ele seja compreendido e enfrentado com políticas públicas eficientes e, para nos dedicarmos a tal empreendimento, utilizamos como fonte a base de dados de denúncias anônimas sobre a atuação de facções e milícias obtida junto ao Disque Denúncia. Trata-se de uma base de dados extensa, com granularidade geográfica, representatividade metropolitana, cobertura temporal e riqueza

de conteúdo textual, permitindo o detalhamento espacial e longitudinal. A cada nova versão do MGA apresentamos não apenas a atualização dos dados, mas também inovações de caráter metodológico e analítico a fim de tornar essa ferramenta, assim como a compreensão dos grupos armados, mais precisa e rigorosa. A versão agora tornada pública é apresentada com modificações substantivas em relação às anteriores.

Do ponto de vista dos procedimentos de construção do MGA, detalhados no “Anexo Metodológico”, os avanços foram feitos (i) através do estabelecimento de um *grid* com milhares de combinações possíveis, por meio do qual minimizamos consideravelmente o nível de arbitrariedade na classificação das denúncias do Disque-Denúncia (DD), (ii) no estabelecimento de um *prior* e um sistema de validação externa às denúncias através de extenso levantamento em jornais e no que de melhor foi produzido pela teoria social, (iii) por meio da reestruturação do *shapefile*, que agora opera em escala censitária.

Desta forma, pode-se dizer que a automatização da coleta se estende à classificação, com parâmetros mais definidos do ponto de vista formal e sem revisões *ad hoc*. Isto significa que o nível de arbitrariedade, que nunca é eliminado por completo em qualquer pesquisa, foi reduzido de forma bastante significativa. Pode haver ainda inconsistências pontuais, mas houve significativo ganho de uniformidade no conjunto, o que denota maior rigor metodológico. Esta classificação determinada de forma menos arbitrária, certamente se desdobra no entendimento mais qualificado das diferentes formas de exercício do controle armado. A criação do *prior* e do sistema de validação externa nos permitiu maior rigor quanto ao início da série histórica e sua evolução inicial, evitando variações bruscas que, de certa forma, apresentavam problemas para a interpretação da extensão e crescimento do controle territorial armado. Por fim, O novo *shapefile*, para além de ser mais granular, nos permite estabelecer compatibilidade com a extensa produção do IBGE e outros institutos que produzem dados nesta escala.

Do ponto de vista dos procedimentos analíticos, pormenorizado nas partes 2 e 3 deste relatório, o MGA não se refere mais apenas ao “controle” exercido pelos grupos armados, passando agora a distinguir as categorias de “controle” e “influência” desses grupos sobre territórios e população. Tal distinção proporciona maior precisão tanto do ponto de vista cartográfico, quando da análise das dinâmicas de atuação dos grupos armados no Rio de Janeiro. Outro refinamento categórico introduzido nesta atualização é a diferenciação entre duas formas de expansão dos grupos armados, que pode se dar por meio da “colonização”, quando a área não se encontrava anteriormente sob domínio de grupo armado algum, ou de “conquista”, quando um grupo armado avança sobre um território antes controlado por outro grupo. O emprego destas categorias permite qualificar de forma importante a maneira como ocorre a expansão dos grupos armados e capturar as tendências desse fenômeno.

Como veremos, a distinção entre as áreas sob controle e influência aponta para diferenças importantes do ponto de vista da ecologia urbana dos territórios, assentada sobre a distinção entre sub-bairros, conjuntos habitacionais e favelas, seus perfis socioeconômicos associados e à predominância dos diferentes grupos armados presentes no Rio de Janeiro. A distinção entre

expansão por colonização e conquista nos permite inferir hipóteses acerca destas mesmas diferenças urbanas e populacionais, além de apresentar dados relevantes sobre as suas variações.

Alguns dos principais apontamentos deste relatório são:

- 1** Os períodos de maior expansão e retração dos diferentes grupos armados (milícias, CV, TCP e ADA) na RMRJ, na Baixada e Leste Fluminense, na Capital, incluindo as zonas Sul, Central, Norte e Oeste;
- 2** A composição entre controle territorial e populacional armado e influência territorial e populacional armada dos diferentes grupos armados (milícias, CV, TCP e ADA) na RMRJ, na Baixada e Leste Fluminense, na Capital, incluindo as zonas Sul, Central, Norte e Oeste;
- 3** Os períodos de expansão por colonização e expansão por conquista dos diferentes grupos armados (milícias, CV, TCP e ADA) na RMRJ, na Baixada e Leste Fluminense, na Capital, incluindo as zonas Sul, Central, Norte e Oeste;
- 4** Análise interpretativa das relações entre controle e influência territorial e populacional, assim como da expansão por colonização e conquista combinados.

Mas antes de adentrar a apresentação dos dados sobre a evolução do controle e da influência dos grupos armados na RMRJ e as suas diferentes formas de expansão, é necessário fazer algumas pontuações a respeito do perfil da população mais afetada.



# Parte 1:

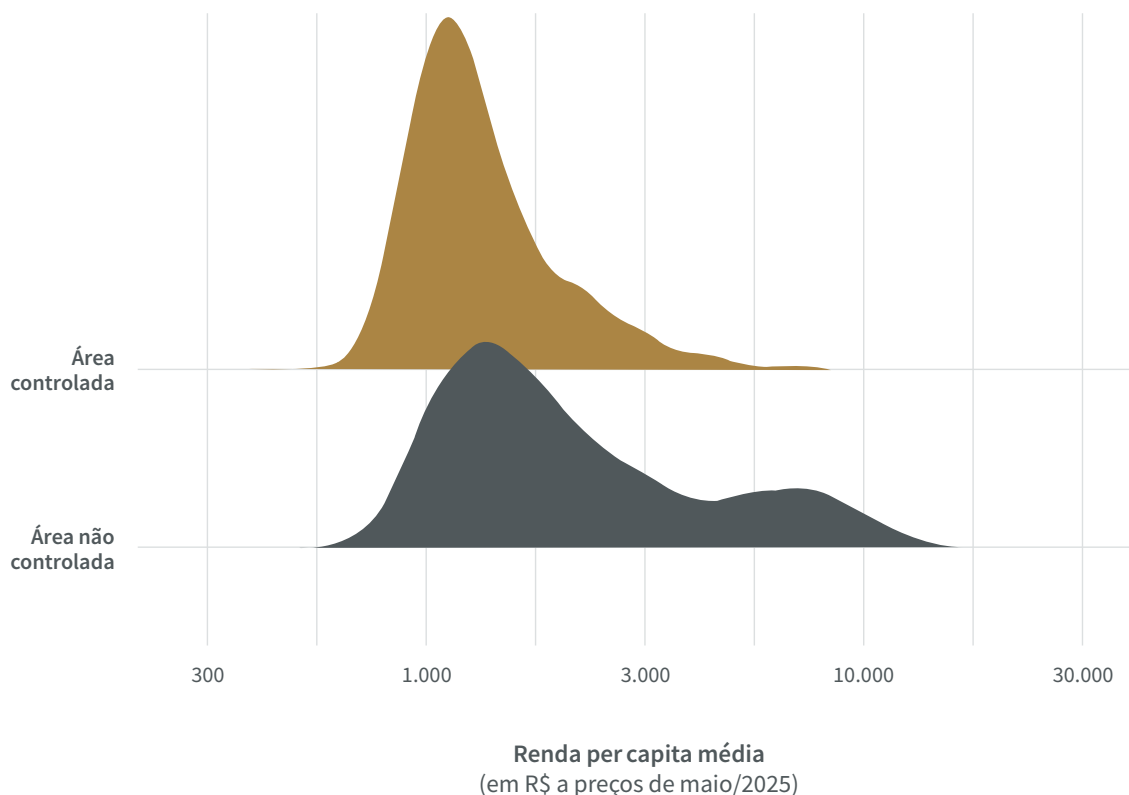
## Desigualdades sociais e grupos armados

O fenômeno do controle e da influência de grupos armados sobre territórios e populações não impactam de forma igual todas as áreas e habitantes do Rio de Janeiro. É importante pontuar que, principalmente, o controle armado é atravessado por marcadores sociais da diferença, como as desigualdades de renda e raça, afetando principalmente a população mais pobre e de maioria negra.

A comparação entre contingentes populacionais sob controle de grupos armados e aqueles não controlados revela uma diferença expressiva na renda média per capita. Nas áreas sob controle, a renda média per capita é de R\$1.267 na Capital e R\$1.121 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em contraste, nos territórios que não estão sob controle armado, a renda média alcança R\$3.521 na Capital e R\$1.658 na RMRJ. Esses dados evidenciam que, na Capital, os moradores de áreas não controladas possuem uma renda per capita quase três vezes maior do que aqueles que vivem sob controle armado. Na Região Metropolitana, essa diferença chega a cerca de 50%. Tal disparidade confirma a forte desigualdade das condições socioeconômicas da população residente em áreas controladas e não controladas. Ademais, observando o conjunto da RMRJ (incluindo a Capital) é possível perceber, no gráfico abaixo (Gráfico 1), que o formato mais normal que assimétrico em áreas controladas indica uma renda média distribuída de forma muito mais concentrada que nas áreas não controladas, ou seja, uma população distribuída de forma “igualmente mais pobre”.

## Distribuição da renda per capita média em territórios controlados e não controlados

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2024)

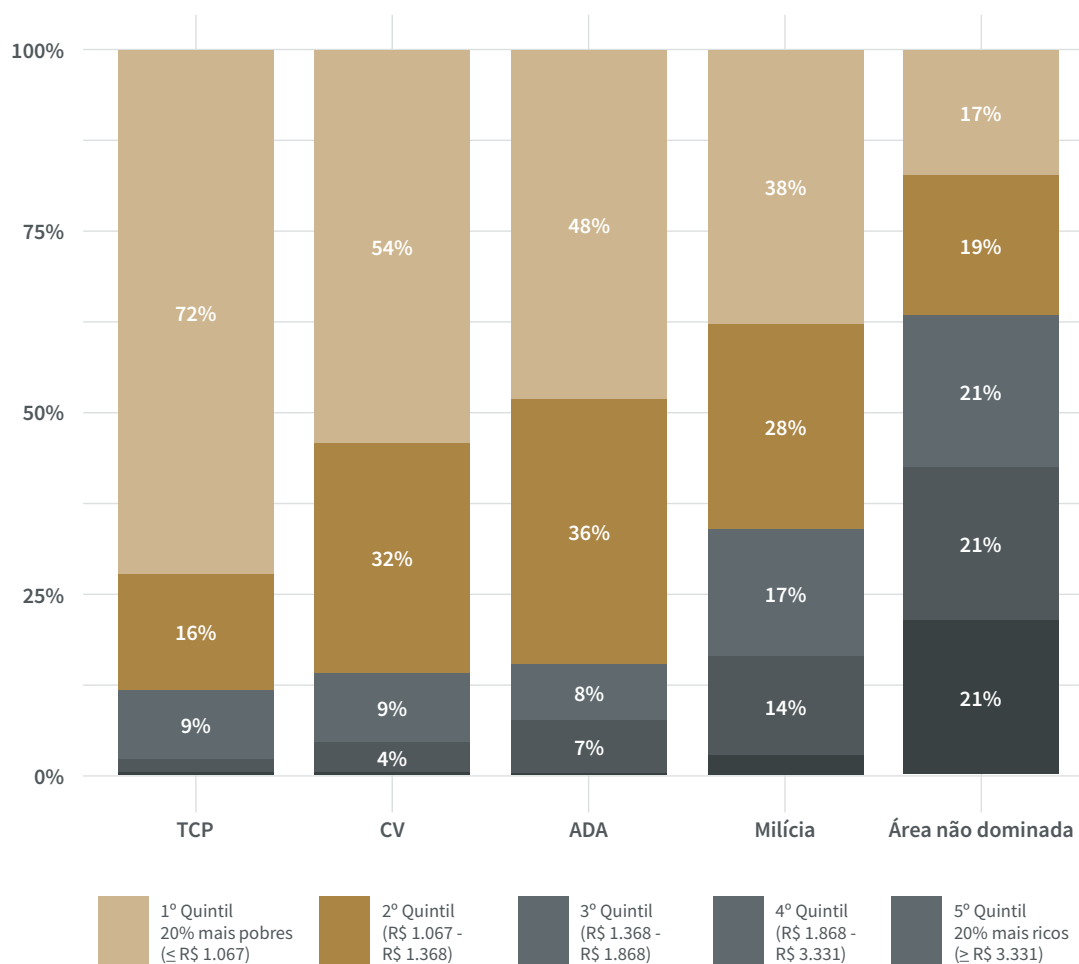


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC; Censo Demográfico 2022

Para seguirmos com o entendimento da desigualdade de renda em sua relação com o controle armado, dividimos a renda dos moradores em cinco partes (quintis) a fim de compreender essa distribuição. Como é possível observar no gráfico abaixo (Gráfico 2), separamos em áreas não controladas ou controladas por cada um dos quatro grupos armados presentes na RMRJ: milícias, comando vermelho, terceiro comando puro e amigos dos amigos. É bastante perceptível que as áreas não controladas apresentam uma composição dos quintis mais igualmente distribuída, ao passo que as diferenças são crescentes.

## Composição da renda per capita média em territórios controlados e não controlados

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2024)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFRJ e IFC e Censo Demográfico 2022 – IBGE

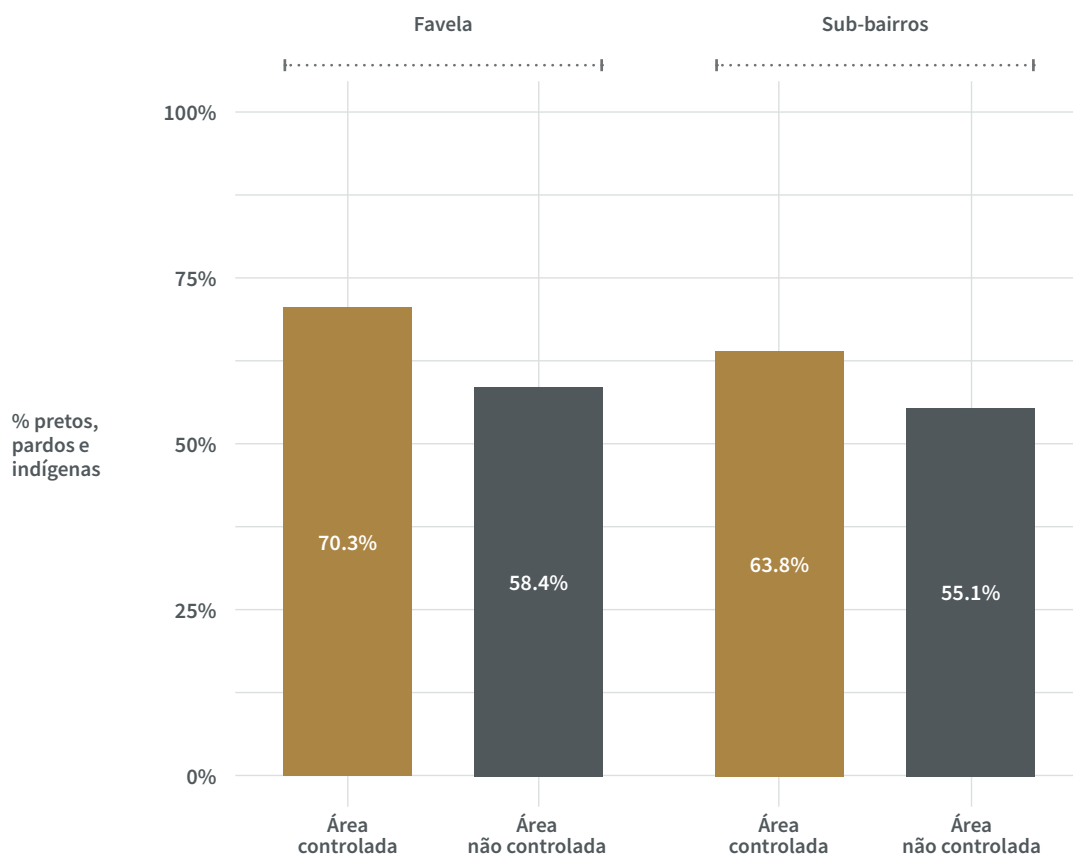
Essa grande diferença com relação a desigualdade de renda também pode ser observada com relação a desigualdade racial. Na RMRJ as áreas controladas apresentam uma composição de não brancos (pretos, pardos e indígenas) de 69,1% ao passo que em áreas não controladas a mesma é 55,2%. Trata-se de um padrão geral bastante recorrente quando observamos outras escalas geográficas, por exemplo, Capital, Baixada Fluminense e Leste Fluminense, assim como as zonas Sul, Central, Norte e Oeste. A menor diferença encontra-se na Baixada Fluminense (72,9% de não brancos em áreas controladas e 68% em áreas não controladas) e a maior é na Zona Sul/Centro (68,3% de não brancos em áreas controladas e 25,9% em áreas não controladas). Este

mesmo padrão é identificável quando consideramos a divisão entre favelas e sub-bairros – popularmente conhecida como aquela que opõe favela e “asfalto” –, que em si mesma foi sempre uma forma de marcação espacial das desigualdades de renda e raça, e, por isso mesmo, é bastante significativo que a maior porcentagem de não brancos em áreas controladas se mantenha. Como é possível observar no gráfico abaixo (Gráfico 3), a diferença em favelas é de 11,9 pp ao passo que em sub-bairros de 8,7 pp.

Gráfico 3

### Porcentagem de não brancos e brancos em territórios controlados e não controlados em favelas e sub-bairros (“asfalto”)

Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2024



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC; Censo Demográfico 2022

O fenômeno do controle territorial armado, quando analisado em associação com as desigualdades de renda e raça, revela-se intrinsecamente vinculado a variáveis estruturais que perpetuam as desigualdades históricas do Rio de Janeiro. Essa relação, evidenciada pelos dados e

análises apresentados, indica que a configuração do controle territorial não pode ser dissociada do contexto social mais amplo, no qual as desigualdades persistentes desempenham papel fundamental. Em outras palavras, os problemas associados ao controle territorial armado localizam-se de forma desigual/desproporcional onde residem as pessoas mais pobres e não brancas. O controle territorial, portanto, deve ser compreendido como parte do aprofundamento das dificuldades associadas à pobreza e ao racismo, afetando principalmente os grupos historicamente já vulnerabilizados por essas dinâmicas.

A abordagem do controle territorial armado exige, portanto, uma atenção específica e a integração das dimensões de renda e raça na compreensão do fenômeno para melhor entendimento de como a construção social das desigualdades está estreitamente relacionada às dinâmicas de controle e territorial. O aprofundamento dessas questões será objeto de análise específica em relatório subsequente, cujo objetivo será detalhar como o controle territorial pode ser concebido não apenas como consequência, mas também como elemento constitutivo da produção e manutenção das desigualdades sociais. Por ora, nos deteremos nas próximas duas partes a uma apresentação pormenorizada, primeiramente, da evolução do controle e da influência armada sobre territórios e a população e, em seguida, do processo de expansão dos grupos armados.



# Parte 2:

## Caracterização do controle e influência sobre territórios e população

### *Definição conceitual-operacional*

A presente atualização do MGA passou a adotar uma distinção conceitual entre “controle” e “influência”. O controle exercido por grupos armados sobre territórios e população refere-se à atuação de um grupo armado em uma determinada área geográfica em que reside uma dada população, que se caracterize de forma a atender, obrigatoriamente, três condições: (i) a extração econômica sobre diferentes mercados que fazem parte dos recursos territoriais e populacionais; (ii) a capacidade de, em variados graus, intervir e/ou definir normas de conduta e padrões de comportamento; e (iii) a utilização da força (potencial ou efetiva) para fazer valer as duas condições anteriores. O conceito de influência, por sua vez, toma por referência as mesmas três condições que ancoram a definição de controle, entretanto, refere-se às áreas e contingentes populacionais em que essas características da atuação dos grupos armados são encontradas de forma não integral e/ou irregular. A influência constitui, portanto, uma espécie de “controle insuficiente”, em que são atendidas apenas parcialmente as três condições necessárias à definição do controle armado e/ou essas condições compõem de forma intermitente, não havendo um controle exercido de forma estável ao longo do tempo.

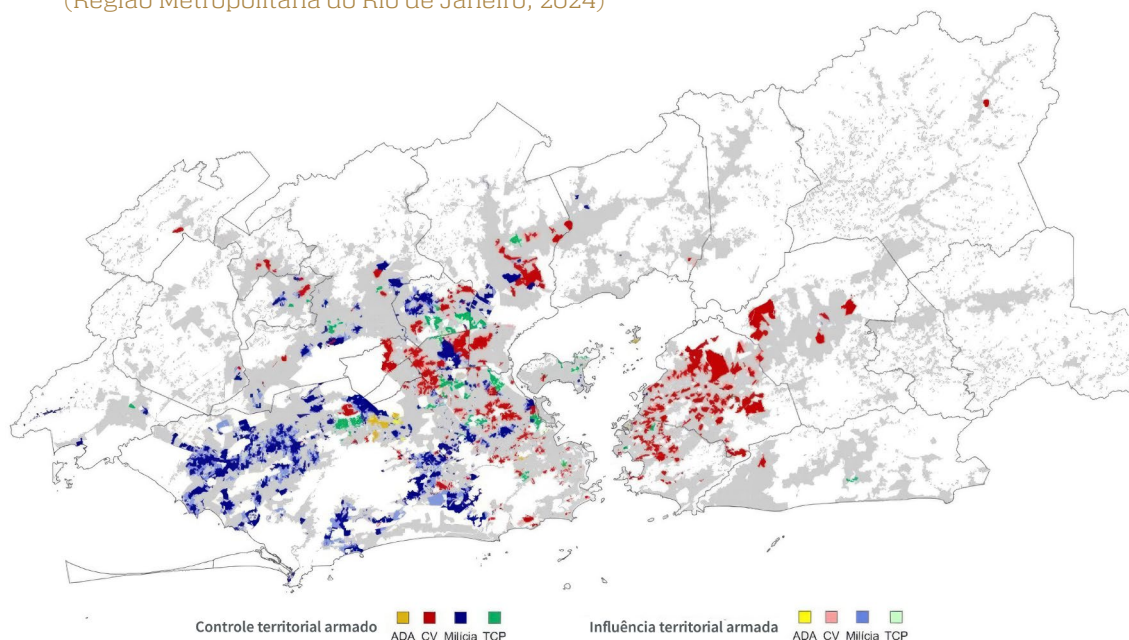
A definição conceitual de controle e influência encontra-se associada à classificação das denúncias do repositório do Disque-Denúncia (DD) segundo as categorias de empreendedorismo violento, empreendedorismo não violento, presença, controle social e uso da força, explicadas em maiores detalhes no Anexo Metodológico deste relatório. O *grid* estatístico nos permitiu estabelecer a mais rigorosa combinação e o número mínimo de denúncias do repositório do DD referente à cada uma dessas categorias que, quando ultrapassado, nos aponta que há controle territorial e populacional armado. A influência territorial e populacional armada, deste ponto de vista operacional, é estabelecida, assim, através de limiar inferior das combinações das categorias de classificação que compõem a operacionalização do conceito de controle.

Como é possível observar por meio do gradiente de cores no mapa abaixo (Mapa 1), as áreas sob influência dos grupos armados encontram-se, na maioria das vezes, em continuidade com as áreas sob controle. Isso pode indicar que parte dessas zonas de influência estão sendo submetidas a tentativas de colonização por um grupo armado, que almeja a estabelecer o controle sobre esses territórios, mas também pode indicar algumas características do domínio exercido por esses grupos. É comum que territórios efetivamente controlados sejam circundados por outros em que os grupos armados se fazem presentes de forma irregular e não integral. A circulação de homens armados e a interferência desses grupos em mercados e serviços locais, por exemplo, pode afetar o entorno de áreas controladas, cujas fronteiras são reconhecíveis aos moradores dessas localidades.

## Mapa 1

### Controle e influência territorial armada

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2024)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

É importante destacar que cada uma das categorias que compõe a caracterização do controle e da influência armada impactam a vida cotidiana dos moradores dessas áreas. O empreendedorismo (violento ou não) muitas vezes é acompanhando de práticas monopolísticas, que fazem com que a população tenha acesso a serviços e mercadorias mais caras, como é o caso do botijão de gás, ou de qualidade bastante duvidosa, como com relação ao transporte alternativo. A presença, o controle social e, especialmente o uso da força, violam direitos civis e políticos, como por exemplo a livre expressão, religião, associação, o direito de ir e vir, à proteção, dentre outros. A distinção entre controle e influência permite capturar com maior acurácia a diferença entre os territórios onde a população sofre esses impactos de forma integral e regular ou apenas parcialmente e/ou de forma intermitente.

Definidos os conceitos, procederemos nos dois próximos tópicos à análise da evolução temporal e espacial do controle/influência territorial e populacional.

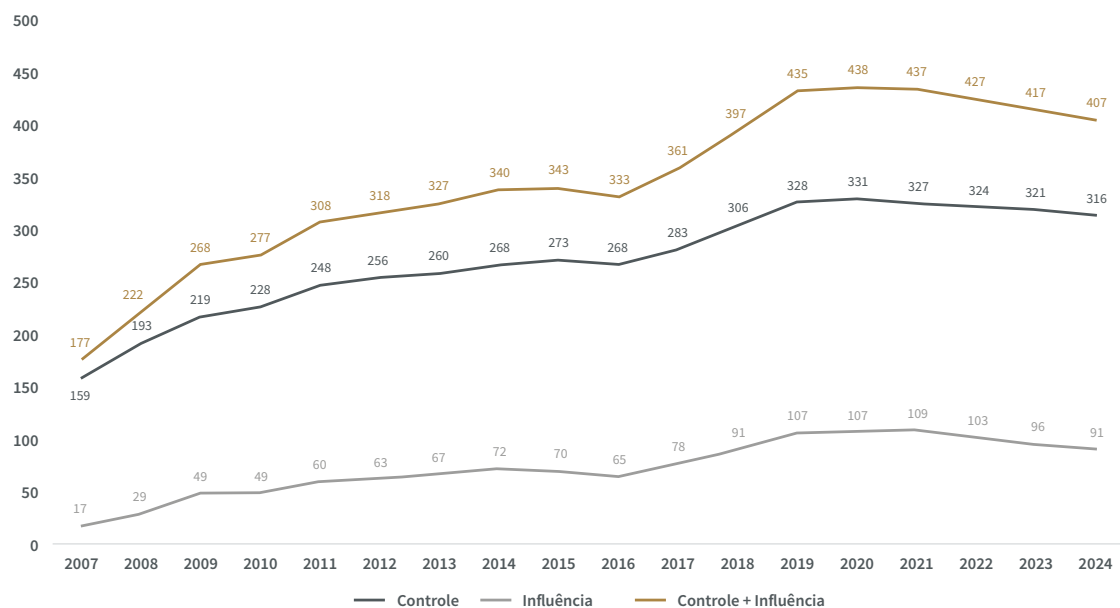
### ***Evolução do controle/influência territorial e populacional: marcos temporais da série histórica***

Em 2024, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), 18,1% da superfície territorial urbanizada da RMRJ e 34,9% da população se encontravam sob controle ou influência exercida por algum grupo armado, estando 14,0% da superfície territorial urbanizada sob controle e 4,1% sob influência e 29,7% da população sob controle e 5,3% sob a influência de grupos armados. Isso significa que há cerca de 4 milhões (4.005.455) de habitantes da RMRJ sob controle ou influência de grupos armados, estando 3.401.643 habitantes sob controle e mais 603.812 sob influência desses grupos. Entre 2007 e 2024, a área total sob controle ou influência de grupos armados cresceu 130,4% (aumento de 98,4% do controle e de 420,1% da influência) e, no mesmo período, a população total sob controle ou influência cresceu 59,4% (aumento de 43,6% controle e de 317,7% da influência). Os gráficos abaixo (Gráficos 4 e 5) permitem observar que o controle e a influência de grupos armados sobre territórios e população variam ao longo dos anos de forma bastante próxima quando considerado o conjunto da RMRJ e somados todos os grupos armados.

Gráfico 4

## Controle, influência e controle + influência territorial armada

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, Área em Km<sup>2</sup>)

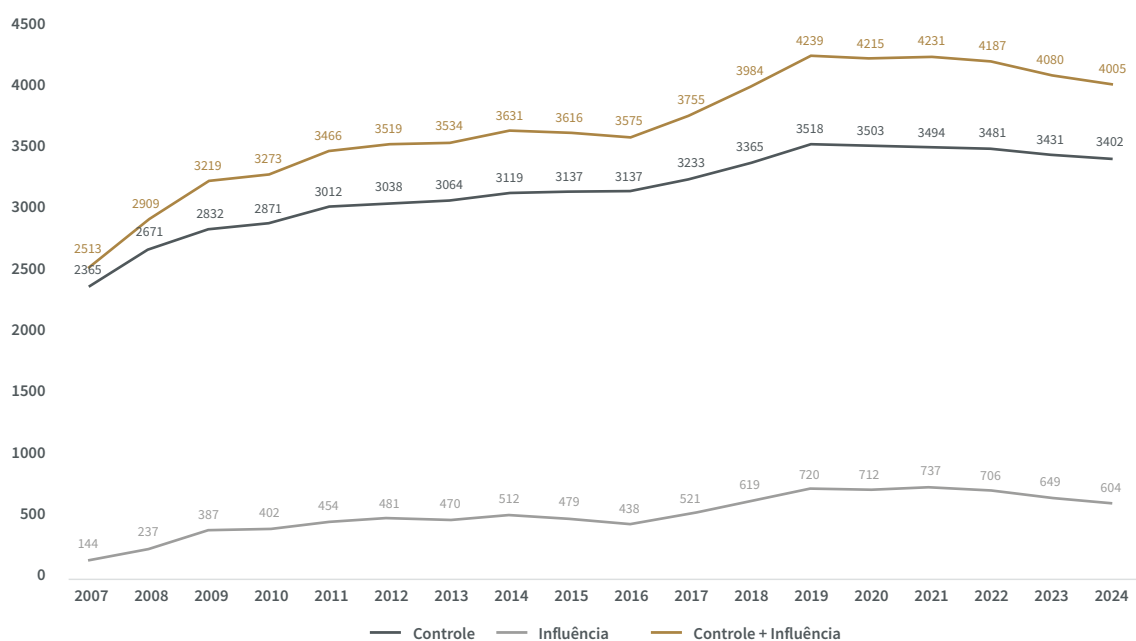


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 5

## Controle, influência e controle + influência populacional armada

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, população em milhares)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

É possível notar que o controle e a influência territorial armada somadas aumentam quase continuamente de 2007 até 2020, quando alcançam 438,43 Km<sup>2</sup> e 4,21 milhões de habitantes (19,5% da superfície urbanizada habitada e 36,8% da população da RMRJ). Desde então, observou-se uma leve retração do controle territorial e populacional armado. Ainda assim, o crescimento é a tendência principal a ser considerada em qualquer análise de conjunto da série histórica e do fenômeno. O controle armado cresce praticamente de forma contínua, atravessando diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais. Contudo, é necessário mencionar algumas variações:

- 1** É importante destacar que 2009 e 2010, são anos de desaceleração do crescimento do controle e da influência sobre territórios e população que haviam apresentado entre 2007 e 2008. Tanto o aumento acentuado inicial quanto a desaceleração podem ser entendidas à luz do impacto da CPI das Milícias, dado que, como será visto adiante, as milícias foram o grupo que apresentou maior desaceleração do seu crescimento no período. A persecução penal aos chefes das principais milícias parece ter contido o avanço desses grupos em 2009 e 2010. A partir dos anos seguintes o crescimento do controle e da influência territorial e populacional é contínuo até o ano de 2015.
- 2** O ano de 2016 foi atípico no período de crescimento, com leve queda de 2,7% no controle/influência territorial e de 1,1% do controle/influência populacional, uma vez que, em 2017, o território e a população controlados/influenciados já era maior que o de 2015.
- 3** Um importante período de crescimento do controle/influência territorial ocorre entre 2016 e 2020 (aumento de 31,6% da superfície urbanizada, total de 105,36Km<sup>2</sup>) e do controle/influência populacional entre 2016 e 2019 (aumento de 18,6% da população, total de 663,79 mil habitantes). Neste período, a falência do Estado do Rio de Janeiro parece ter sido determinante, com a concomitante desmontagem das UPP's e do sistema de metas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro e tendo culminado em uma intervenção federal na segurança pública estadual, que coincidiu com o aumento e não a retração do controle/influência armado no Rio.
- 4** A partir de 2020 inicia-se uma tendência de pequena diminuição do controle/influência territorial (redução de 7,1% da superfície urbanizada, total de 31,27Km<sup>2</sup>) e a partir de 2019 o mesmo para o controle/influência populacional (redução de 5,5% da população, total de 233,51 mil habitantes), ambos até 2024. Esta pequena redução nos parece vinculada à atuação do Ministério Público do Estado Rio de Janeiro na operação “Intocáveis” e outras subsequentes, em que foram investigados e denunciados centenas de membros das maiores milícias do Rio de Janeiro. A morte do miliciano Wellington da Silva Braga, o Ecko, produziu também disputas sucessórias segmentações nas milícias e, dentre outros fatores, favoreceu o avanço do comando vermelho para certas áreas.

Dentre esses quatro períodos destacados, certamente os mais importantes são aqueles cuja variação foi mais significativa, evidentemente, dentro da tendência mais geral de expansão dos grupos armados. Isto significa, em primeiro lugar, o período entre 2016-2020, que foi de importante crescimento do controle/influência territorial e populacional. Esse momento, que poderíamos chamar de “a grande expansão”, possui uma variação média anual de +7,9% do controle/influência territorial, contrastando com a variação média anual de 2008 a 2024, que foi de +5,2%. Em segundo lugar, o período entre 2020-2024, no qual se percebe uma “gradual retração”, tendência inédita, na qual a variação ficou negativa, com 6,8% de perda em áreas controladas/influenciadas na RMRJ e retração média anual de 2,3%.

## *Evolução do controle e influência dos grupos armados sobre territórios na RMRJ*

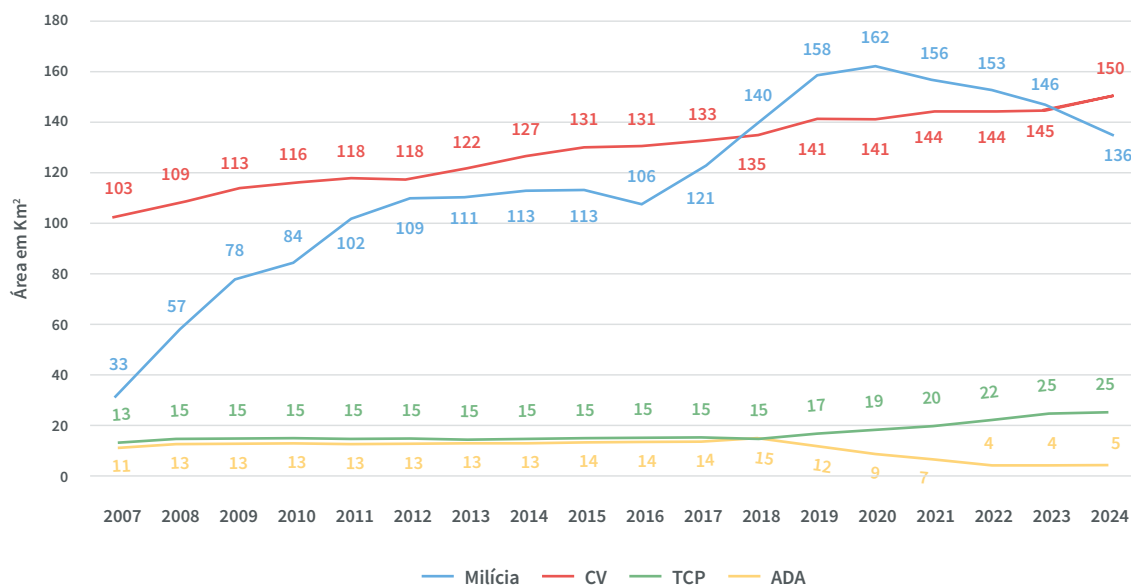
Em 2024, o grupo armado com maior extensão territorial sob seu controle ou influência foram as milícias, que controlavam/influenciavam 49,4% dos territórios sob o domínio de grupos armados, o que corresponde a 201 km<sup>2</sup>. No entanto, quando considerado apenas o controle territorial, o Comando Vermelho é quem assume a primeira posição com 47,5% dos territórios controlados (150 km<sup>2</sup>) sob seu domínio. Ainda assim, entre 2007 e 2024, as milícias foram o grupo armado que mais cresceu: os territórios sob seu controle aumentaram 315% (103Km<sup>2</sup>), e somados controle e influência o crescimento foi de 501% (168 Km<sup>2</sup>). O CV, por sua vez, teve um aumento de 46,4% dos territórios sob seu controle e 45,1% dos territórios sob seu controle e influência somados, ao longo da mesma série de 18 anos.

Nesta sessão apresentaremos de forma detalhada a evolução do controle/influência territorial e populacional exercido por cada grupo armado, cotejando os quatro marcos temporais observados na série histórica geral com as particularidades dos avanços e recuos de cada grupo. Em primeiro lugar procederemos à análise do controle e da influência de cada grupo sobre o território e, em seguida, o controle e a influência sobre a população. Os gráficos abaixo (Gráficos 6, 7 e 8) se referem a expansão do controle e da influência sobre o território.

Gráfico 6

## Controle Territorial por Grupo Armado

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, KM<sup>2</sup>)

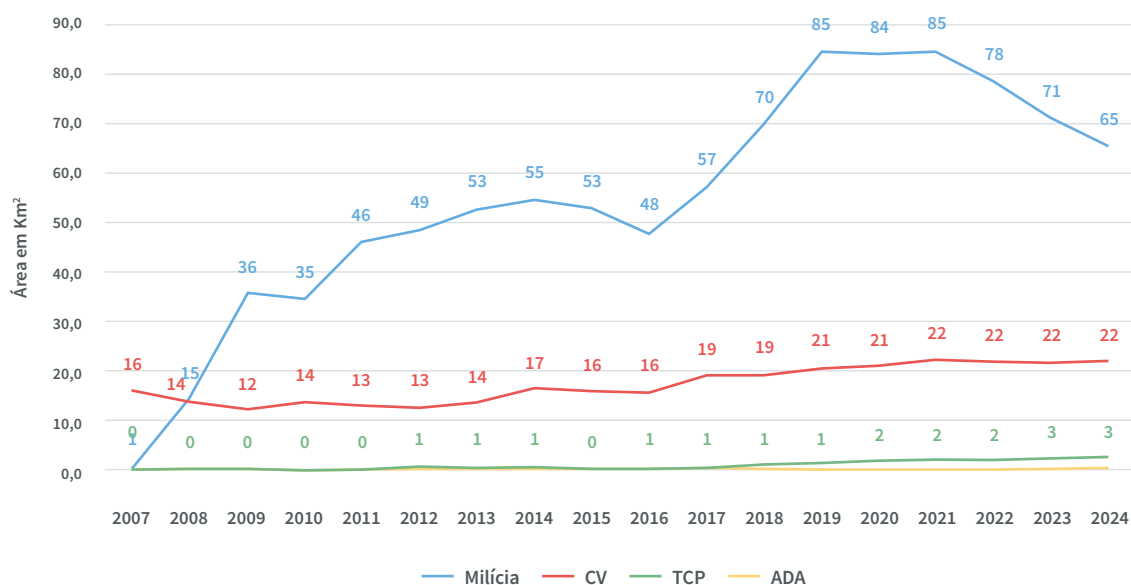


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 7

## Influência Territorial por Grupo Armado

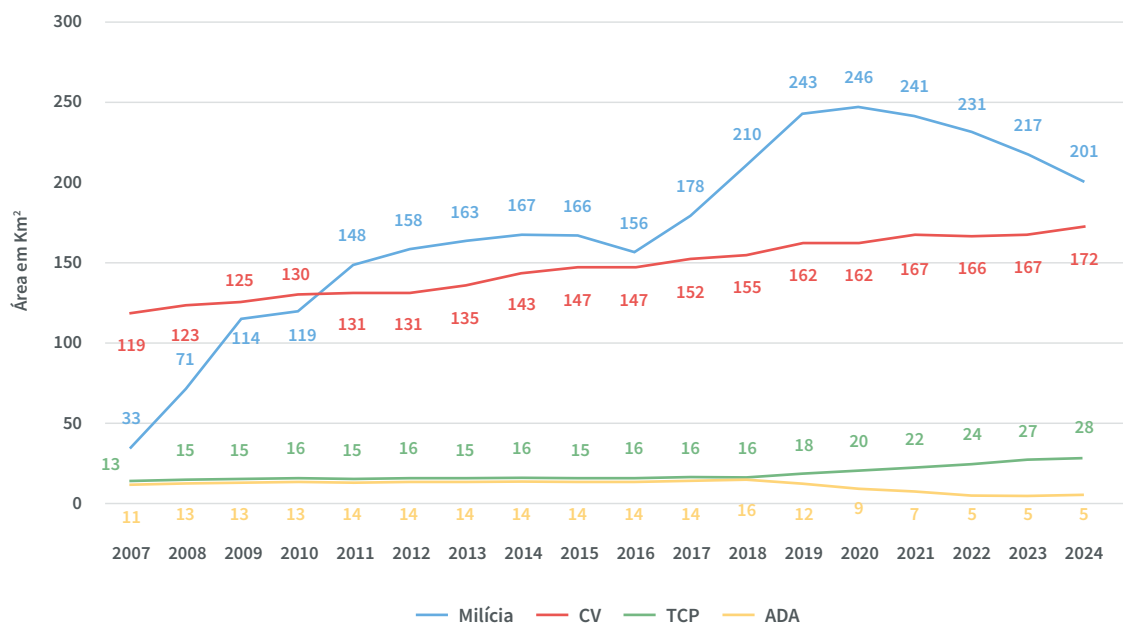
(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, KM<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Controle e Influência Territorial por Grupo Armado

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, Km<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Apesar de ser o grupo armado mais recente, as milícias cresceram mais do que todas as facções do tráfico de drogas durante o período analisado. Como colocado acima, ao longo dos 18 anos da série histórica considerada, os territórios sob seu controle aumentaram 315% (103Km<sup>2</sup>), e somados controle e influência o crescimento foi de 501% (168Km<sup>2</sup>). Quanto aos territórios sob influência, as milícias foram o grupo armado hegemônico em quase todo o período. Somados o controle e a influência sobre territórios, as milícias ultrapassaram o CV em 2011, seguindo uma primeira trajetória de crescimento de cerca de 3,14km<sup>2</sup> ao ano até 2016, depois outra entre 2017 e 2020, ainda mais expressiva (cerca de 3,5km<sup>2</sup> ao ano). Após 2020, esta trajetória se altera, caindo de forma cada vez mais acelerada até o último ano da série. Em 2024, as milícias têm participação de 43% da área controlada, ficando atrás apenas do CV, ao passo que somadas as áreas controladas e influenciadas, tem participação de 49,4% sendo o grupo com maior extensão territorial. Nesta trajetória de crescimento acelerado impressionante, há uma pequena estabilização entre 2009/2010, como dissemos, associada às ações da CPI das milícias, também um pequeno hiato que segue a tendência geral, em 2016, mas que rapidamente é recuperada no ano seguinte.

A grande expansão das milícias ao longo deste período é central para entendermos as dinâmicas de conjunto do controle/influência territorial (e populacional, como veremos), pois sua participação é bastante significativa no total de áreas (e população) consideradas. No período da “grande expansão”, entre 2016 e 2020, quando a área total de controle/influência cresceu de 105,36Km<sup>2</sup>, as milícias sozinhas cresceram 90Km<sup>2</sup> (dos quais 54Km<sup>2</sup> de controle e 36Km<sup>2</sup>

de influência). Da mesma forma, ao longo da “gradual retração” do controle/influência territorial, a partir de 2020, quando a diminuição foi de 31,27Km<sup>2</sup> até 2024, as milícias perderam 45,2Km<sup>2</sup> (dos quais 26,6Km<sup>2</sup> de controle e 18,6Km<sup>2</sup> de influência). Isto significa que as milícias são o grupo mais relevante para a compreensão das variações no controle/influência territorial armada (em seu crescimento ou diminuição).

O comando vermelho é o outro ator de grande relevância para compreensão de conjunto do controle territorial (e populacional) armado, pois se expande continuamente durante todo o período analisado (à exceção de uma pequena perda em 2020 de 0,04Km<sup>2</sup>), ampliando suas áreas de controle em 46,4 % (total de 47,6Km<sup>2</sup>) e de controle e influência somados em 45,1% (total de 53,6Km<sup>2</sup>). Em 2024 o CV é o grupo hegemônico no controle territorial, com 47,5% do total das áreas controladas e, incluída a influência, posiciona-se apenas atrás das milícias, com 47,6%. Trata-se do grupo que durante a maior parte do período foi o hegemônico no que tange ao controle (entre 2007-2017 e em 2024), e quando considerada a soma de controle e influência territorial, foi o grupo hegemônico de 2007 a 2010, mas foi ultrapassado pelas milícias em 2011 e mantém-se na segunda posição desde então.

A evolução do controle territorial do CV é bastante diferente das tendências de conjunto do crescimento/ redução do controle territorial armado, pois, como dito, se expande de maneira praticamente contínua. Apresenta, neste percurso, nove momentos de crescimento, sendo o principal entre 2008 e 2015, provavelmente pelo “efeito balão” das ocupações de favelas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s). A presença da Polícia Militar nas favelas ocupadas estimulou parte dos integrantes do grupo a se instalarem em outras regiões da RMRJ, – como veremos, sobretudo a Baixada e Leste Fluminense –, de forma a evitar a perseguição policial em seus territórios de origem, ao mesmo tempo em que as áreas ocupadas foram mantidas ainda sob controle do grupo. Cabe destacar, ademais, que nos anos da “gradual retração” do controle territorial, a partir de 2020, o CV continua a sua expansão, aumentando 5,9Km<sup>2</sup>.

O Terceiro Comando Puro foi a facção do tráfico de drogas que proporcionalmente mais cresceu no período, tanto em relação ao controle (95,9%, totalizando 12,4Km<sup>2</sup>), como também de controle e influência somados (112%, totalizando 14,9Km<sup>2</sup>), com destaque para o período de 2019 a 2023, quando aumentou em 7,9 Km<sup>2</sup> o território sob seu controle (63,49% de todo o crescimento de controle desse grupo). Apesar do crescimento expressivo, TCP ainda está muito distante das maiores forças da RMRJ: as milícias e o CV. É a terceira força, sendo responsável por 8,05% da extensão do controle territorial dos grupos armados no período e 7,8% quando somados controle e influência. Do ponto de vista da evolução de conjunto do controle e influência territorial, cabe destacar que o TCP continua a crescer tanto durante a “grande expansão” (4,7 Km<sup>2</sup>), como também na “gradual retração”, a partir de 2020 até 2024 (7,8Km<sup>2</sup>).

O Amigos dos Amigos é o único grupo com saldo negativo de áreas de controle e influência nesse período de 18 anos, com tendência ao ostracismo. Apresenta uma redução no controle e influência territorial somados (redução de 54,5%, totalizando uma perda de 6Km<sup>2</sup>). Em sua trajetória, o ADA apresentou crescimento de 37,5% (total de 4,14Km<sup>2</sup>) entre 2007 e 2018, quando atin-

giu o pico de territórios sob seu controle (15,17Km<sup>2</sup> ou 4,96% das áreas controladas), mas em seguida o declínio foi bastante significativo até 2023, com perda de 70,6% dos territórios. Nota-se, contudo, uma pequena recuperação em 2024. Com relação a evolução de conjunto do controle e influência territorial, o ADA apresenta perdas territoriais no momento da “grande expansão” entre 2016 e 2020 (5Km<sup>2</sup>), como também na “gradual retração”, a partir de 2020 (3,67Km<sup>2</sup>).

Em resumo, pode-se afirmar que frente à evolução de conjunto do controle/influência territorial, os atores mais relevantes são sobretudo as milícias e o CV. Isto porque parte importante da “grande expansão” e da “gradual retração” foi devido à expansão e retração das milícias – sobretudo quando consideradas as suas zonas de influência – e, por outro lado, o peso cumulativo do CV, realizado de forma contínua, quase não apresenta variações. De forma complementar, TCP e ADA também variam de maneira quase independente das oscilações de conjunto. O TCP, inclusive, de forma proporcional cresce ainda mais que o CV. Desta forma, é possível dizer que o TCP é uma terceira força ascendente e os ADA um grupo em decadência.

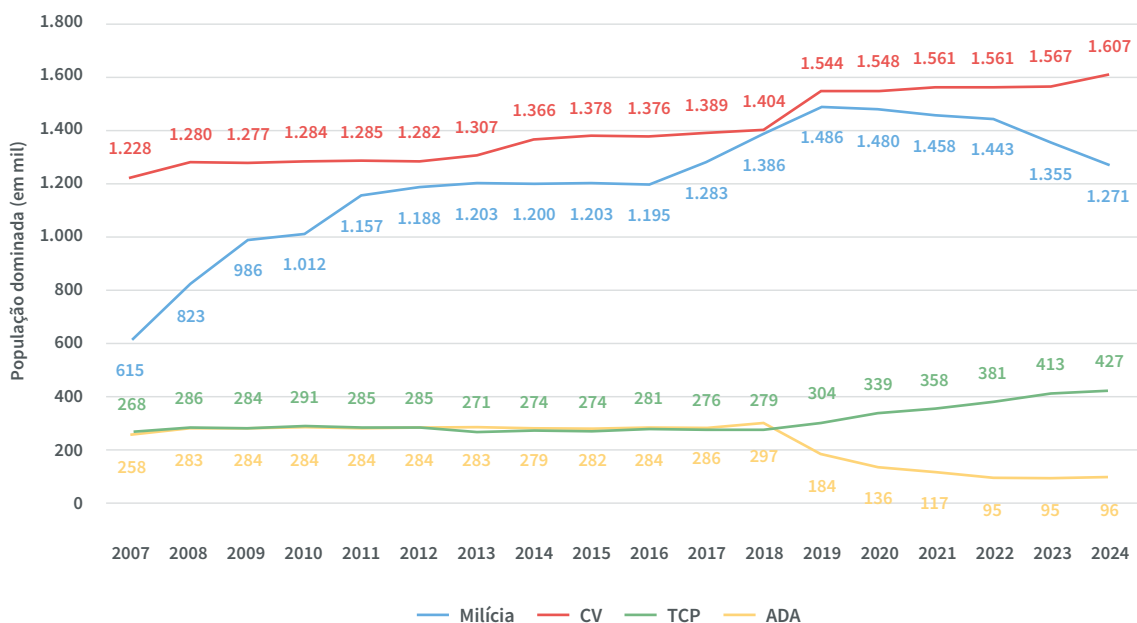
## *Evolução do controle e influência dos grupos armados sobre a população na RMRJ*

A evolução do controle e da influência armada sobre a população é similar àquela do controle e da influência sobre territórios quando considerado o conjunto dos grupos armados, contudo, a distribuição da população entre cada um dos grupos armados apresenta algumas diferenças. A mais importante delas é a dominância do controle populacional armado pelo CV em todo o período considerado e a ocorrência de alternâncias entre CV e milícia na primeira posição quando somados o controle e a influência armada sobre a população. No ano de 2024, constatou-se a liderança do CV, com 47,2% (1.607 mil habitantes) da população sob controle dos grupos armados e 44,7% (1.792 mil habitantes) da população sob controle e influência somados. No entanto, também nesse quesito as milícias foram o grupo armado que mais cresceu entre 2007 e 2024, aumentando o seu controle populacional em 106,6% e o seu controle/influência populacional em 167,1%. Os gráficos a seguir (Gráficos 9, 10 e 11) permitem observar essas variações.

Gráfico 9

### Controle Populacional por Grupo Armado

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, milhares de habitantes)

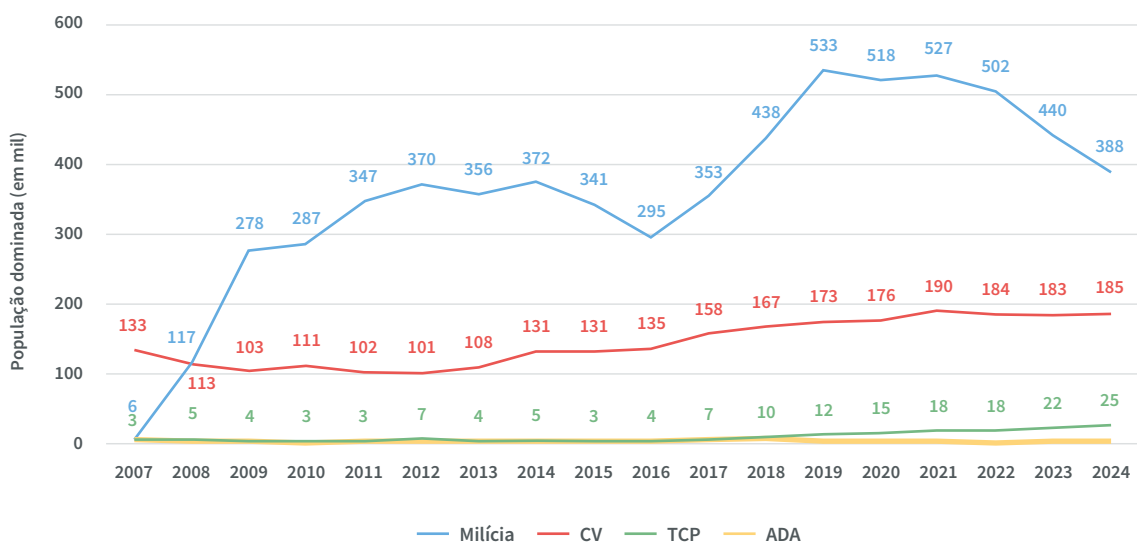


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 10

### Influência Populacional por Grupo Armado

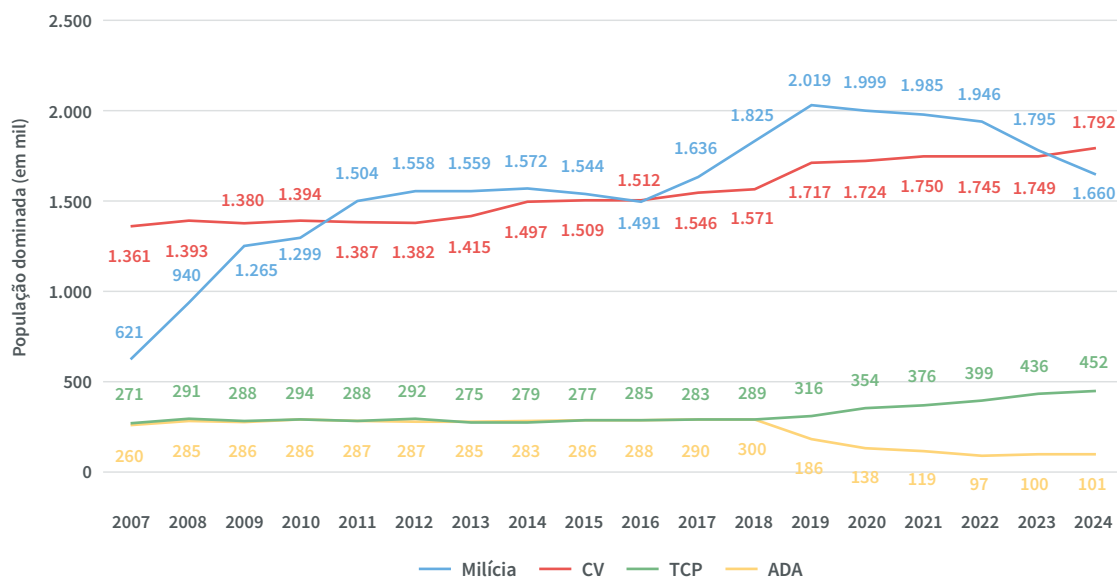
(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, milhares de habitantes)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Controle e Influência Populacional por Grupo Armado

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, milhares de habitantes)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFRJ e IFC

Como pode ser visto, nos anos de 2008, 2014 e 2024 o CV apresenta ganhos populacionais importantes, entre 40.000 habitantes e 60.000 habitantes. Nos dois primeiros casos essa expansão foi resultante de ganhos na Baixada Fluminense e no último de forma distribuída também na Zona Norte da Capital. O maior crescimento do CV em termos populacionais, contudo, ocorre em 2019, quando o grupo incorpora cerca de 146,3 mil habitantes, sobretudo referentes à conquista da Rocinha e do Vidigal, na Zona Sul da Capital ocorrida no ano anterior. Entre 2007 e 2024, o controle populacional do CV cresce 30,9% e o controle e influência populacional cresce 31,7%

As milícias foram o grupo armado que mais cresceu no período, pois em termos proporcionais apresenta participação de 63,48% da expansão do controle populacional armado (655.893 habitantes) e 69,57% do controle e influência somados (1.038.235 habitantes). A grande participação das milícias em territórios de influência territorial, hegemônico em quase todo o período, nos permite compreender por que quando somados controle e influência populacional armada as milícias estabelecem dominância entre os anos de 2011 e 2015, como também entre os anos de 2017 e 2023.

O TCP apresenta forte crescimento no período de 2018 a 2024, quando expande seu controle populacional em 53,32% (148.000 habitantes) e somados controle e influência cresce 56,6% (163.000 habitantes). Os ADA, em contraste, reduzem de forma mais ou menos contínua o controle e influência populacional, com especial perda neste mesmo período de crescimento do TCP (2018-2024), quando a população sob seu controle diminui em 67,5% (cerca de 200 mil habitantes) e, quando somados controle e influência, esta redução é de 66,23% (199.000 habitantes).

No cenário específico do ano de 2024 o CV aparece como o grupo com maior população sob controle (47,24% da população controlada e 14,01% da população total da RMRJ) e com a maior parte da população controlada/influenciada (44,75% da população controlada ou 15,63% da população total da RMRJ). Em seguida, as milícias apresentam controle de 37,37% da população controlada, correspondendo à 11,09% da população total da RMRJ, assim como 41,44 % da população controlada/influenciada (14,47% da população total da RMRJ). O TCP tem participação de 12,6% da população controlada (3,72% da população total da RMRJ) e 11,28% quando somados controle e influência (3,94% da total). Por fim, os ADA controlam 2,83% da população controlada (0,84% da população total) e 2,53% da população controlada/influenciada (0,89% da total).

Em linhas gerais o controle/influência populacional apresenta as principais tendências históricas da territorial, contudo, na participação dos grupos armados o cenário é um pouco diferente. Isto porque ao contrário do controle territorial, o CV tem hegemonia no controle populacional ao longo de todo o período e, por outro lado, a influência populacional de milícias não é suficiente para que, na somatória de controle/influência, esses grupos se mantivessem hegemônicos. Isto indica e, será amplamente explorado nas próximas partes desse relatório, que os lugares de controle e influência dos grupos armados apresentam diferenças importantes, sobretudo do ponto de vista da densidade demográfica, o que impacta diretamente no entendimento das suas formas de atuação. Para avançarmos nessa direção, seguiremos através do detalhamento das diferentes circunscrições geográficas da RMRJ.

### ***Evolução do controle/influência territorial e populacional: grupos armados e circunscrições geográficas***

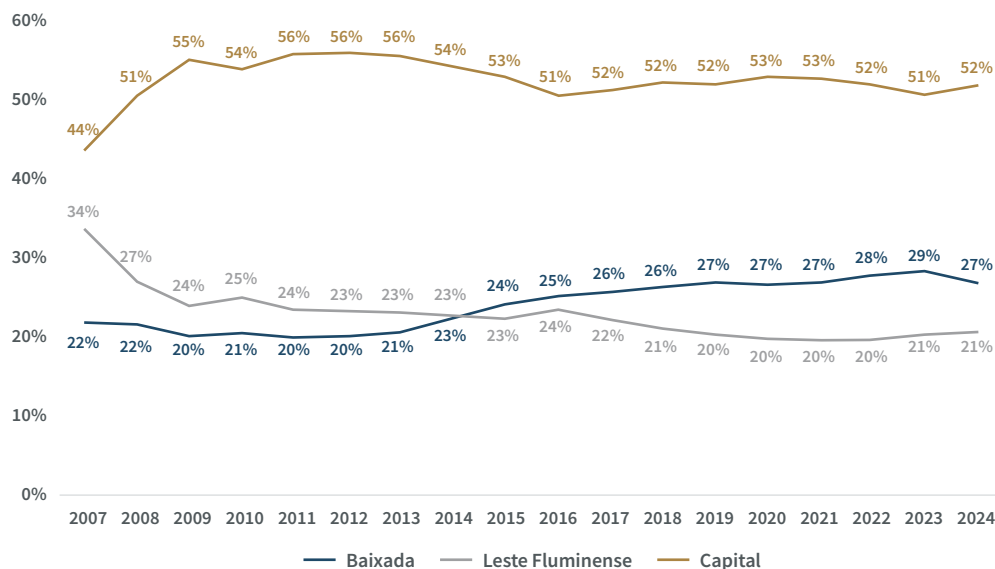
Para compreendermos de forma ainda mais precisa a evolução do controle e da influência territorial e populacional dos grupos armados, é preciso avançar sobre circunscrições geográficas em escalas inferiores à RMRJ. Para tanto, vamos apresentar os resultados para o Leste Fluminense, Baixada Fluminense e Capital (assim como para as zonas Oeste, Norte, Sul e Centro). Antes, contudo, é fundamental dimensionar cada uma dessas áreas para que seja possível compreender a participação territorial e populacional relativa do Leste Fluminense, da Baixada Fluminense e da Capital. A Baixada Fluminense representa a maior circunscrição geográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em termos de área urbanizada habitada, totalizando 853,14 Km<sup>2</sup>. Em seguida, o Leste Fluminense abrange 728,5 Km<sup>2</sup>, enquanto a Capital ocupa 671,37 Km<sup>2</sup>. Mas apesar da Baixada Fluminense ser maior em área, a Capital concentra a maior população, com 6.063.500 habitantes. A Baixada Fluminense aparece em segundo lugar, reunindo 3.521.300 habitantes, e o Leste Fluminense é a menos populosa, somando 1.881.800 habitantes.

Os gráficos abaixo (Gráficos 12 e 13) mostram a participação de cada uma dessas regiões no total dos territórios e da população sob controle e influência de grupos armados.

Gráfico 12

### Distribuição dos territórios sob controle e influência territorial armada por circunscrição geográfica

(Leste Fluminense, Baixada Fluminense e Capital, 2007-2024, porcentagem de Km<sup>2</sup> da RMRJ)

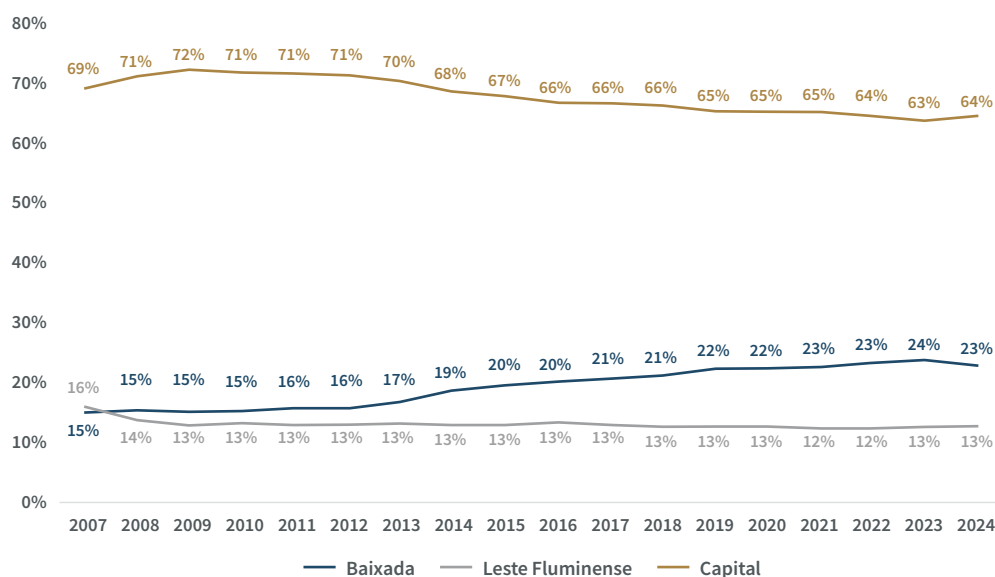


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 13

### Distribuição da população sob controle e influência populacional armada por circunscrição geográfica

(Leste Fluminense, Baixada Fluminense e Capital, 2007-2024, porcentagem de milhares de habitantes da RMRJ)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Os dados dos gráficos acima mostram que a Capital possui a maior proporção de territórios e população sob controle ou influência de grupos armados em toda a série histórica. A Baixada Fluminense, por sua vez, quase sempre ocupa a segunda posição em relação ao controle e influência populacional. Ela ultrapassa o Leste Fluminense no controle e influência territorial a partir de 2015. O Leste Fluminense, por outro lado, apresenta certa constância da sua participação no total tanto da área quanto a população sob controle e influência ao longo do período analisado, mantendo sua participação relativa estável.

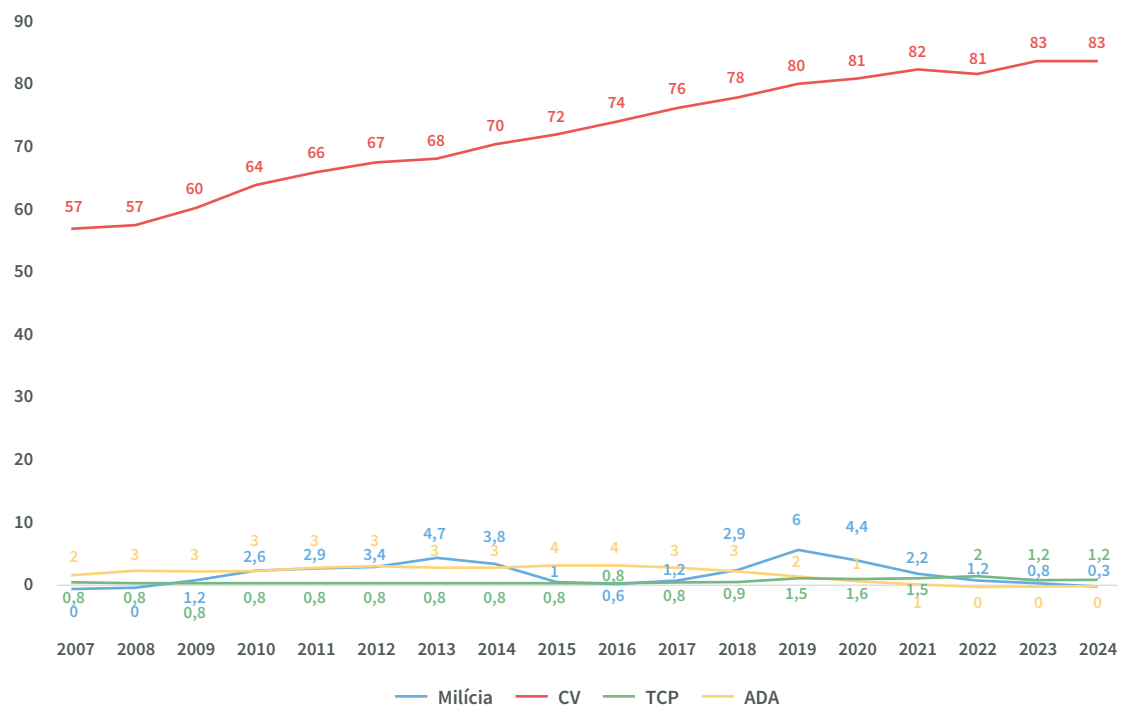
Entre 2007 e 2024 na Capital houve um crescimento de 173% da área controlada e influenciada (134,24Km<sup>2</sup>) e de 49% da população controlada e influenciada (846.200hab) no período. O aumento na Baixada Fluminense ao longo da série foi de 182% da área (71,07Km<sup>2</sup>) e 142% da população (538.500hab) controlada/influenciada e, no Leste Fluminense, houve crescimento de 42% de área (25,9Km<sup>2</sup>) e 27% da população (107.800). Estas diferenças na expansão do controle e influência territorial e populacional nos ajudam a compreender como a Baixada Fluminense foi se tornando proporcionalmente um espaço cada vez mais importante para estas dinâmicas.

Tão importante quanto o crescimento de conjunto do controle e influência territorial, é compreender a composição dos grupos armados em cada uma dessas circunscrições geográficas da RMRJ. Iniciaremos pelo Leste Fluminense (Gráficos 14 e 15).

Gráfico 14

### Controle e Influência Territorial por Grupo Armado

(Leste Fluminense, 2007-2024, KM<sup>2</sup>)

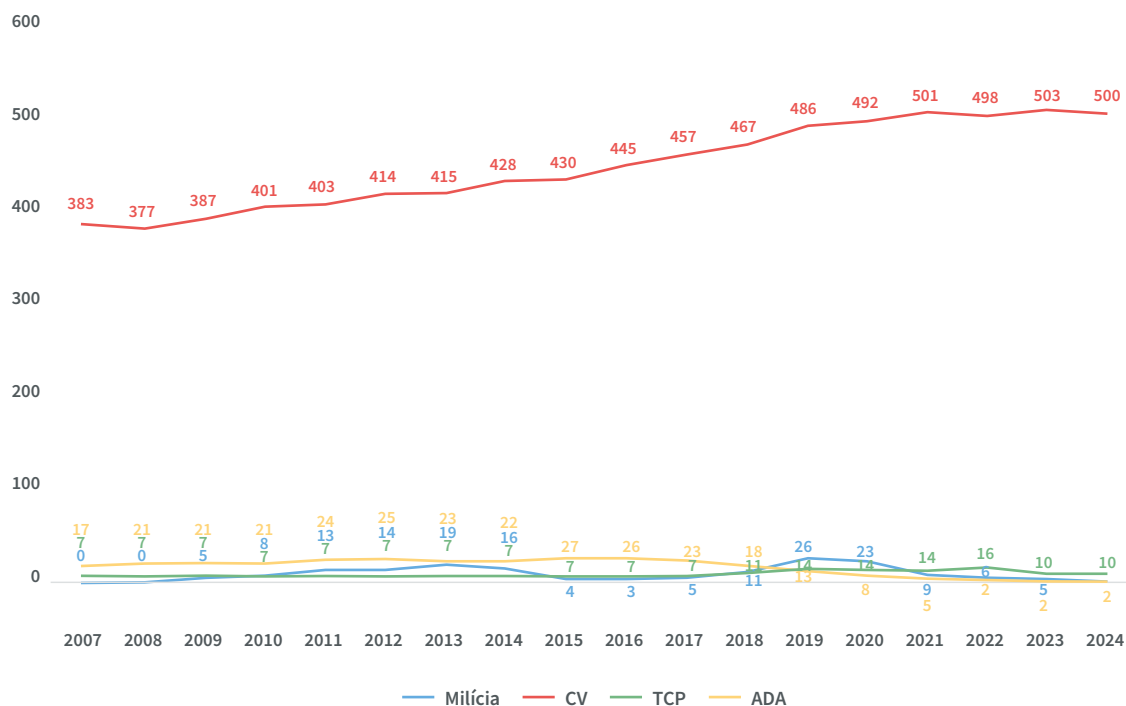


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 15

## Controle e Influência Populacional por Grupo Armado

(Leste Fluminense, 2007-2024, milhares de habitantes)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

O Leste Fluminense é a circunscrição geográfica com maior hegemonia do comando vermelho em toda a RMRJ. Como é evidente pela observação dos gráficos acima (Gráficos 10 e 11) o controle do CV nesta região é quase incontestado. Em termos absolutos, a área e a população controlada e influenciada pelo CV crescem praticamente de forma contínua, chegando, em 2024, a uma participação de 98,1% dos territórios controlados e influenciados e de 97,2% da população controlada e influenciada. A importância do Leste Fluminense para o CV é bastante grande, dado que ao longo do período considerado esta é uma região que responde por praticamente metade da extensão do seu controle e influência territorial total e de quase um terço do seu controle e influência populacional total na RMRJ.

Do ponto de vista proporcional, as pequenas variações negativas do CV no período se associam mais ao pequeno crescimento das milícias que a uma redução ou perda de territórios e população. Entre 2008 e 2013, as milícias apresentam um crescimento expressivo na região, momento coincidente com o ponto mais baixo da hegemonia relativa do CV. A partir de 2014, no entanto, o controle e influência territorial e populacional armado das milícias apresenta tendência de queda retornando em 2024 a quase o mesmo valor inicial da série (0,26Km<sup>2</sup> e 2.000hab). A presença dos ADA e do TCP na região tampouco parece afetar a hegemonia do CV. Em 2015 os ADA chegaram a apresentar participação de 4,8% no controle e influência territorial (3,68Km<sup>2</sup>) e

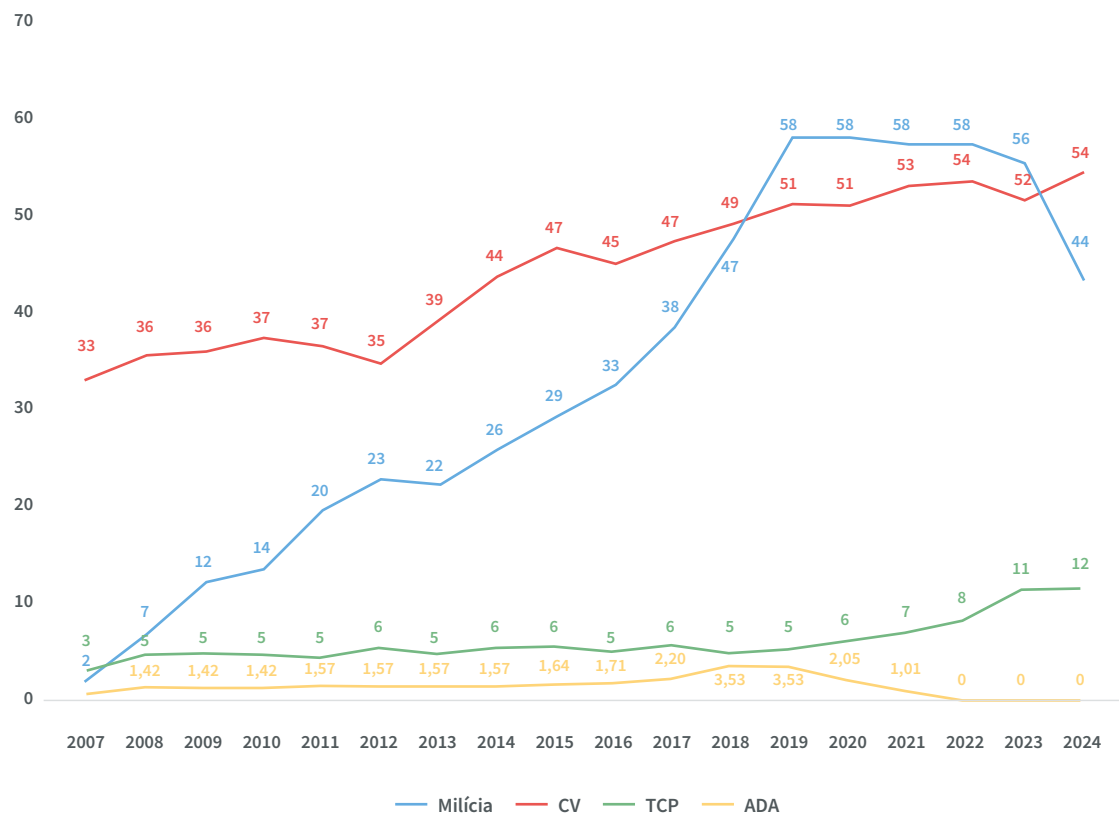
5,7% no controle e influência populacional (27.000hab), mas a partir de 2018 declina e perdeu quase todas as área e população sob seu controle e influência. O TPC apresenta trajetória de estabilidade até 2017, quando apresenta crescimento quase contínuo entre 2018 e 2022 (aumento de 106,98% no controle e influência territorial e de 51% no controle e influência populacional). Nos dois últimos anos, contudo, o TCP apresentou redução do seu controle e influência territorial e populacional. Como veremos na próxima parte, não há completa superposição dos territórios perdidos pelos ADA e conquistados pelo TCP.

A Baixada Fluminense é uma circunscrição geográfica com dinâmicas de controle e influência territorial e populacional diferentes do Leste Fluminense, pois nos últimos seis anos se tornou uma das áreas mais disputada pelos grupos armados presentes na RMRJ. Os gráficos abaixo (Gráficos 16 e 17) são bastante claros a esse respeito.

### Gráfico 16

## Controle e Influência Territorial por Grupo Armado

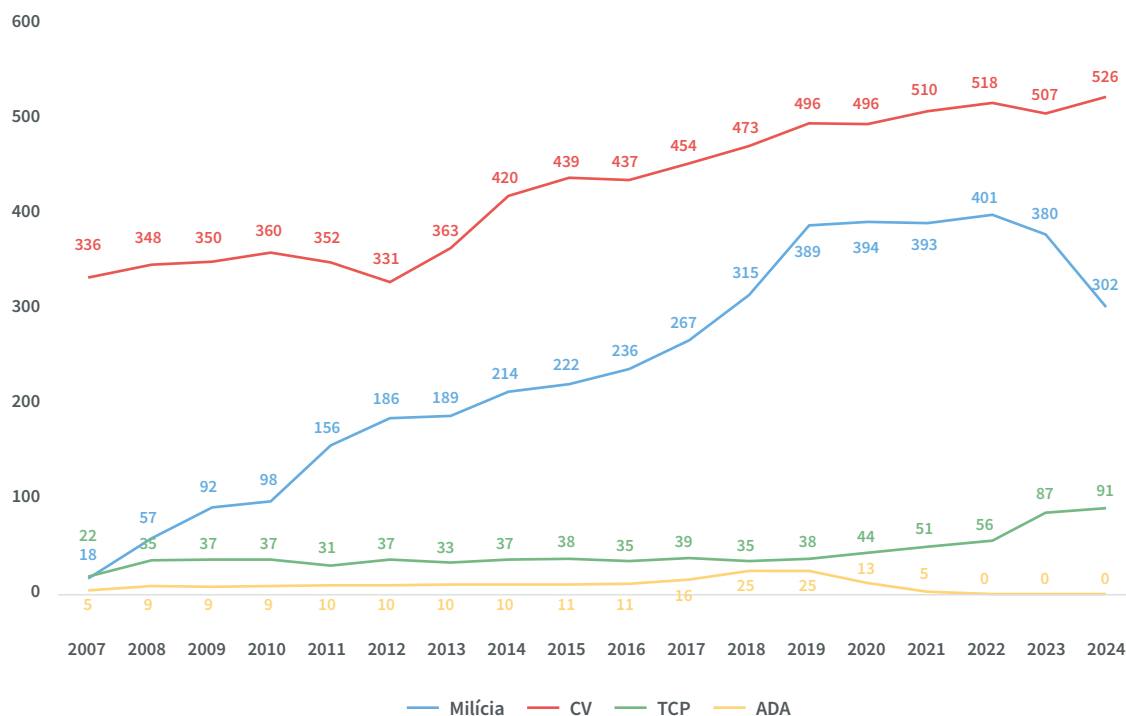
(Baixada Fluminense, 2007-2024, KM<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Controle e Influência Populacional por Grupo Armado

(Baixada Fluminense, 2007-2024, milhares de habitantes)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

O CV é o grupo hegemônico na Baixada Fluminense, embora tenha sido ultrapassado pelas milícias quanto à área controlada/influenciada entre 2019 até 2023. Durante toda a série histórica, o CV mantém-se como o grupo com maior participação da extensão territorial controlada na região, variando de 82,3% da área controlada, no ponto mais alto, que é o primeiro ano da série histórica, a 47,3% no ponto mais baixo, em 2023. Ao longo da série, o CV amplia continuamente seu controle territorial na região em 20,5KM<sup>2</sup>, 81,62% de crescimento, com exceção de pequenas quedas pontuais e anos específicos. A mesma tendência se reflete em termos de população com crescimento de 67,02%, acrescendo 174.493 habitantes. A Baixada Fluminense responde por mais ou menos um terço do controle e influência territorial e populacional do CV em toda a RMRJ, mostrando a importância da região para o grupo.

Mas essa hegemonia não é incontestada, pelo contrário. As milícias foram o grupo que mais se expandiu na região ao longo da série histórica, ampliando seu controle territorial em 1.608% (31,24 km<sup>2</sup>), saindo de 6,4% dos territórios controlados na região no início da série histórica, para 37,4% em 2024. A mesma tendência se reflete em termos de população, com um crescimento de 1.290,89% (212.429 hab). Neste período de expansão na Baixada Fluminense, a participação desta região no conjunto das ações das milícias na RMRJ passou de 6,5% a 21,9% dos seus territórios

controlados e influenciados e de 2,9% a 18,2% da população controlada e influenciada por milícias na RMRJ. Isto significa que a Baixada Fluminense passou a ter uma importância maior para as milícias, que então se colocam como o principal grupo a disputá-la com o CV. Neste contexto, cabe destacar que entre 2023 e 2024 as milícias apresentaram uma redução no controle territorial de 12% (4,6KM<sup>2</sup>) e populacional de 13% (34.000hab).

Interessante notar que, apesar de as milícias nunca passarem o CV em termos de controle territorial, quando incluímos na análise a influência, as milícias se tornam preponderantes entre 2019 e 2023. A análise da série histórica deixa claro o investimento das milícias em áreas de influência na Baixada. Em termos absolutos, desde 2016, as milícias passam a dispor de maior extensão territorial que o CV sob sua influência ano a ano, tendência que se amplia na Baixada significativamente entre 2017 e 2023. Em relação a este ponto, é importante destacar que as milícias reduzem em 2024 a sua influência territorial, sendo ultrapassadas pelo CV na Baixada.

Em termos populacionais, mesmo considerando áreas de controle/influência, as milícias nunca chegam perto de ultrapassar a hegemonia do CV. No seu ponto culminante da série histórica, as milícias, em 2020, controlam/influenciam 41,6% da população da Baixada Fluminense sob o controle/influência de grupos armados. O crescimento territorial das milícias (tanto em termos de controle, quanto de controle + influência) é sempre maior que o populacional na Baixada. Isso indica para uma estratégia de expansão sobre espaços menos densamente habitados, diferente do CV, que atua controlando espaços com densidade populacional maior.

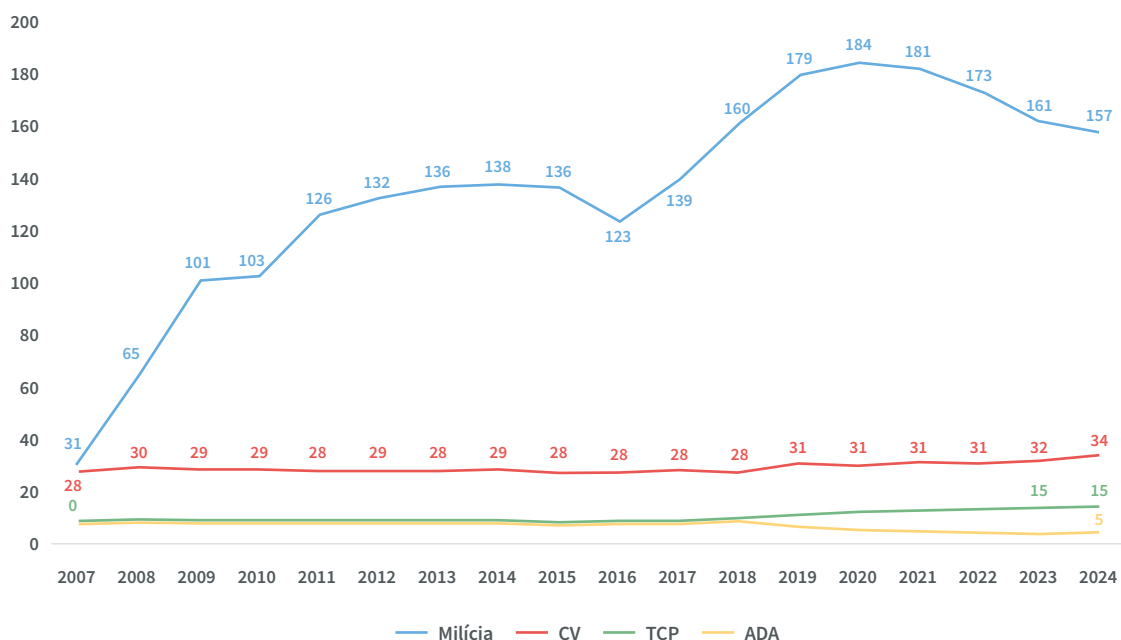
O TCP e os ADA apresentam trajetórias contrastantes. Os ADA apresentam estabilidade no controle e influência territorial e populacional até 2016, quando amplia sua participação, mas nos anos seguintes apresenta um declínio bastante acentuado de modo a não apresentar mais controle e influência na Baixada Fluminense nos últimos três anos. Já o TCP, que também apresentava trajetória de estabilidade, inicia uma expansão importante, sobretudo no momento de declínio dos ADA, ainda que a sobreposição de conquistas com este último não seja completa. Entre 2019 e 2024, o TCP amplia seu controle e influência territorial em 122% (6,47KM<sup>2</sup>) e populacional em 138%(53.000hab), demonstrando um crescimento bastante importante na região, chegando a 10,7% da área e 9,9% da população controlada/influenciada na Baixada Fluminense em 2024.

Em 2024, 31,6% da superfície urbanizada da capital (212 km<sup>2</sup>) e 42,4% da população (2.573.932 hab.) se encontrava sob controle/influência de grupos armados e 22,5% da sua área (150,9 km<sup>2</sup>) e 36,3% (2.200.325 hab.) da sua população se encontrava sob controle armado. Como exposto acima, ao longo da série histórica analisada, verificou-se na Capital um crescimento de 173% no controle e influência territorial, o que representa um acréscimo de 134,24 km<sup>2</sup>, bem como um aumento de 49% na população sob controle e influência, equivalente a cerca de 846 mil habitantes. Como pode ser observado nos gráficos abaixo (Gráficos 18 e 19) esse crescimento se deveu principalmente à expansão das milícias, que é o grupo hegemônico na Capital.

Gráfico 18

## Controle e influência territorial por grupo armado

(Capital, 2007-2024, KM<sup>2</sup>)

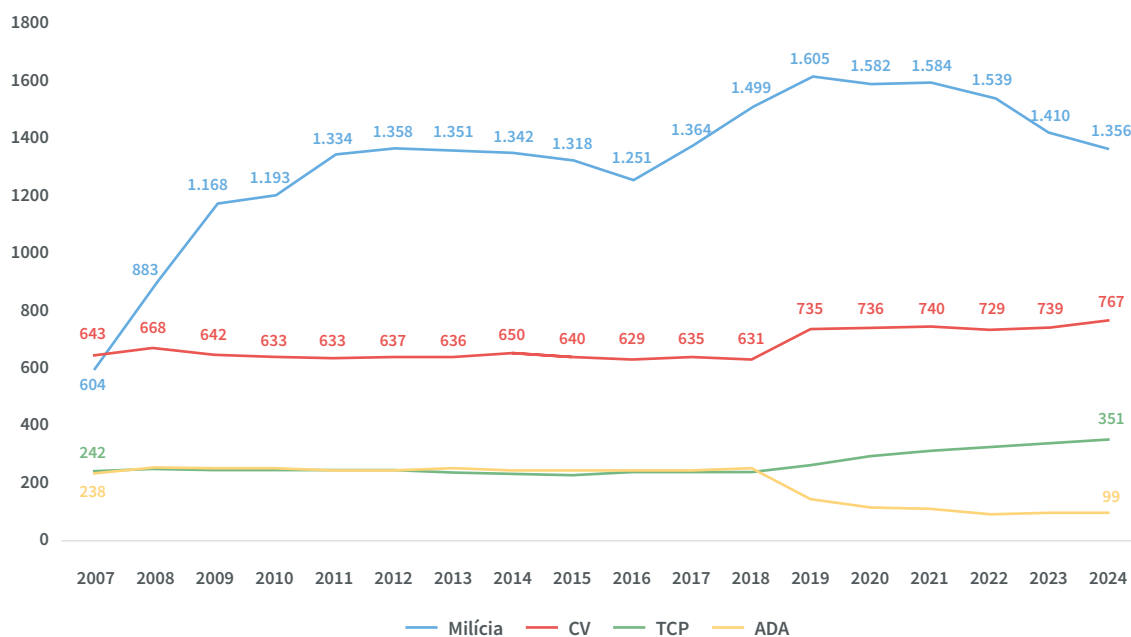


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 19

## Controle e influência populacional por grupo armado

(Capital, 2007-2024, milhares de habitantes)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Em 2024, as milícias controlavam/influenciavam 74,1% da extensão territorial sob controle/influência dos grupos armados e 67,9% daquela sob controle, além de 52,7% da população controlada/influenciada e 47,3% da população controlada. O CV controlava/influenciava 16,2% do território (19,6% quando apenas controle) e 29,8% da população (32,9% apenas controle). O TCP controlava/influência 7,2% do território (9,5% quando apenas controle) e 13,7% da população (15,5% apenas controle) e os ADA controlavam/influenciavam 2,5% do território (3,0% quando apenas controle) e 3,9% da população (4,3% apenas controle).

Observa-se, ademais, que a escala do crescimento do controle territorial (103%) e populacional (30%) é bem inferior àquela constatada na influência territorial (1.745%) e populacional (993%). Esses dados indicam uma tendência predominante de expansão dos grupos armados por meio da influência na Capital que, como visto acima, é um padrão de atuação mais característico das milícias. Além disso, esses mesmos dados mostram uma diferença do crescimento do controle territorial e populacional menor que entre a influência territorial e populacional. Isso pode indicar que o controle ocorre principalmente em áreas menos densamente povoadas, enquanto a influência está associada a regiões com maior densidade populacional. Isto parece se organizar pelas diferenças entre os grupos armados e suas áreas de hegemonia, como veremos a seguir.

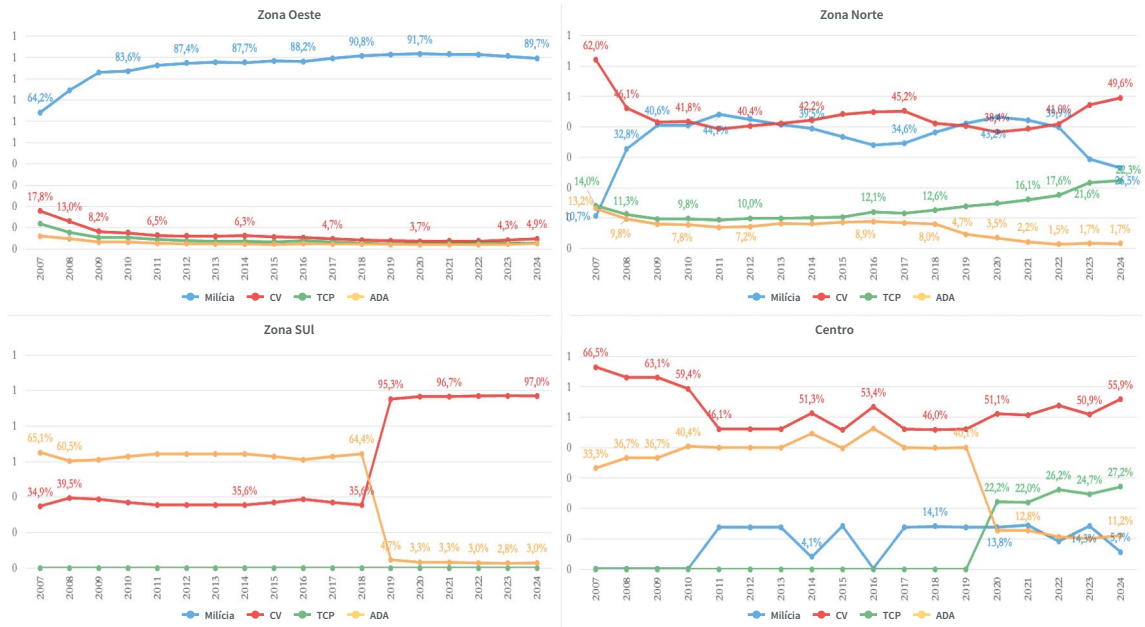
Em primeiro lugar as milícias, grupo armado hegemônico na Capital durante praticamente todo o período considerado. Do ponto de vista do controle e influência territorial, as milícias apresentam dois períodos de grande expansão (entre 2007-2014 e 2016-2020), próximos àquelas de seu crescimento populacional (entre 2007-2013 e 2016-2021), seguidos de leve e contínua retração territorial (entre 2021-2024) e populacional (2020-2024). De fato, na Capital as milícias são o grupo com maior expansão do controle e influência territorial (aumento de 401%) e populacional (125%), mantendo-se com participação sempre acima dos 70% do total dos territórios controlados e influenciados desde 2011 e acima de 50% da população controlada e influenciada desde 2008. A Capital é um lugar estratégico para as milícias, ainda que a expansão para outros lugares, sobretudo a Baixada Fluminense, venha paulatinamente diminuindo a participação do Rio de Janeiro no total de territórios e população sob seu controle e influência. No primeiro ano da série a Capital representa 94,1% da área controlada e influenciada e 97,3% da população sob controle e influência das milícias. Embora essa participação tenha caído, permanece acima de 80%.

A Capital possui especificidades bastante marcadas entre as zonas Oeste, Norte, Central e Sul. Observemos nos gráficos sínteses abaixo (Gráficos 20 e 21) como os grupos se distribuem segundo as zonas da Capital

Gráfico 20

## Controle e Influência Territorial por Grupo Armado

(zonas da Capital, 2007-2024, porcentagem das áreas)

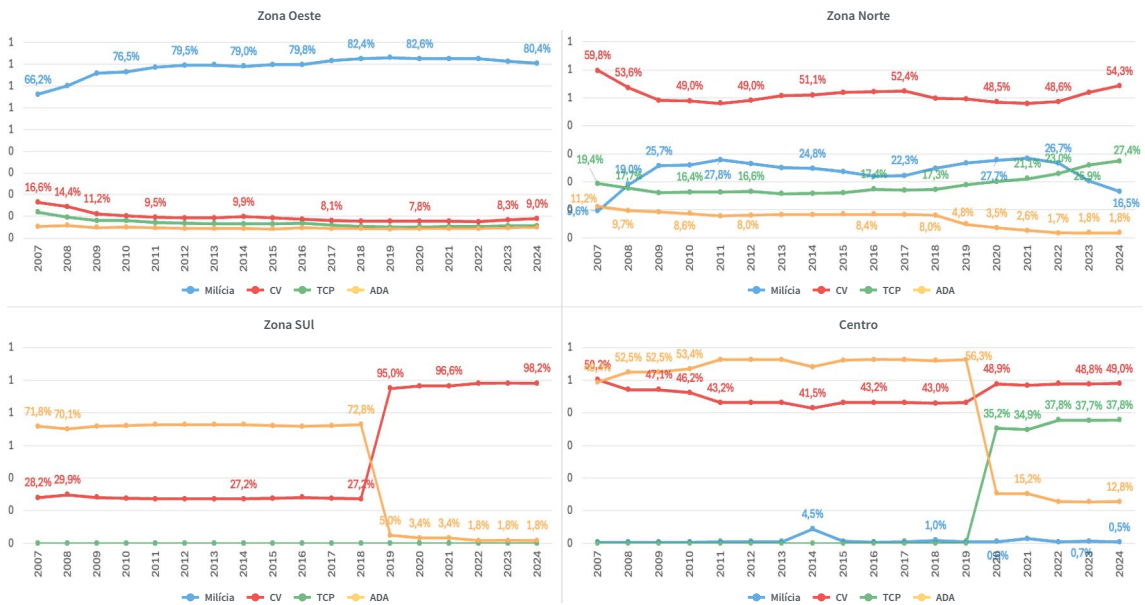


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 21

## Controle e Influência Populacional por Grupo Armado

(Capital, 2007-2024, porcentagem dos habitantes)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

A hegemonia das milícias na Capital se realiza sobretudo na Zona Oeste. Cabe sempre destacar que a Zona Oeste abarca 65% da superfície territorial urbanizada habitada da Cidade do Rio de Janeiro (438,73Km<sup>2</sup>). A Zona Oeste é mais de duas vezes maior que Zona Norte (195,54 Km<sup>2</sup>) e mais de onze vezes a soma da Zona Sul e do Centro (40,82 Km<sup>2</sup>). Ademais, com 2.964.400 habitantes, a Zona Oeste tem 49% da população total da cidade, frente a 39% da Zona Norte (2.361.700 hab.) e 12% da soma da Zona Sul e do Centro (737.300 hab.). Desta forma, o fato de as milícias controlarem e influenciarem durante todo o período analisado quase 90% da área e quase 80% da população da Zona Oeste é decisivo para sua hegemonia na Capital como um todo. Cabe destacar, contudo, que desde 2021 houve redução de 10% no controle e influência territorial (perda de 15,61Km<sup>2</sup>) e desde 2020 de 11% do controle e influência populacional (perda de 143.000 hab.) das milícias na Zona Oeste, sobretudo com o crescimento do CV (aumento de 21% de Km<sup>2</sup> e de 8% de hab.), ADA (aumento de 16% de Km<sup>2</sup> e de 10% hab.) e TCP (aumento de 3% de Km<sup>2</sup> e de 3% hab.).

Em todas as outras zonas da Capital (Zona Norte, Sul e Centro), a presença do CV é central. Em primeiro lugar, no Centro e na Zona Sul. Nessas duas zonas, dadas as dimensões muito menores em relação às outras, as variações do controle e influência territorial e populacional podem ser entendidas através de eventos específicos. Nos dois casos, houve uma mudança brusca, como será detalhado na próxima parte. Pode-se dizer, contudo, que no caso do Centro isto se concentrou em perdas dos ADA para o TCP no Catumbi, Caju e São Carlos e, para a Zona Sul, eles perderam a Rocinha e o Vidigal para o CV.

No Centro, o CV é hegemônico no controle e influência territorial durante todo o período, apesar de importante presença dos ADA até 2019, quando esta última entra em decadência, abrindo espaço para as milícias e, sobretudo, o TCP, que se torna a segunda força. De fato, há três momentos bem consolidados: entre 2007 e 2011 o CV perde territórios controlados e influenciados, os ADA e as milícias ganham; em seguida um cenário de relativa estabilização até 2019; por fim entre 2020 a 2024 os ADA despencam, o TCP tem um aumento vertiginoso. Do ponto de vista do controle e influência populacional os ADA eram hegemônicos em relação ao CV entre 2008 e 2019 quanto à população controlada/influenciada, mas são largamente ultrapassados pelo CV e TCP a partir de 2020. Na Zona Sul, de 2007-2018 os ADA eram hegemônicos no controle e influência territorial e populacional, mas despencam a partir de 2019, sendo substituídos em muito territórios pelo CV, que se torna quase totalmente hegemônico tanto em termos territoriais quanto populacionais.

Consideradas todas as circunscrições geográficas da RMRJ, a Zona Norte da Capital é a mais disputada, sendo possível dizer que, além disso, a Zona Norte vem ganhando complexidade. Isto porque a disputa histórica entre CV e milícias agora tem o TCP como mais um grupo central. Durante a maior parte da série, entre 2008-2022 a hegemonia do controle e influência territorial armado na Zona Norte se alternou algumas vezes entre o CV e as milícias, sendo o TCP e ADA, forças menos importantes. Nos últimos dois anos, contudo, o CV cresce e se consolida na liderança, havendo diminuição das milícias e dos ADA e um grande crescimento do TCP. Com relação

ao controle e influência populacional, o CV tem hegemonia muito mais clara porque constante, sendo o segundo lugar ocupado pelas milícias entre 2008 e 2022, apenas superadas no primeiro ano da série e nos dois últimos pelo TCP.

## | *Conclusões sínteses*

Nessa terceira parte, ao apresentar os conceitos de controle e de influência territorial e populacional armada, alguns apontamentos fundamentais foram sendo realizados, retomados pontualmente abaixo:

- 1** Em 2024, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), 18,1% da superfície territorial urbanizada da RMRJ e 34,9% da população se encontravam sob controle ou influência exercida por algum grupo armado, estando 14,0% da superfície territorial urbanizada e 29,7% da população efetivamente sob controle de grupos armados. Isso significa que há mais de 4 milhões de habitantes da RMRJ sob controle ou influência de grupos armados, havendo 3,4 milhões habitantes sob controle.
- 2** Entre 2007 e 2024, a área total da RMRJ sob controle ou influência de grupos armados cresceu 130,4% (aumento de 98,4% do controle e de 420,1% da influência) e, no mesmo período, a população total sob controle ou influência cresceu 59,4% (aumento de 43,6% controle e de 317,7% da influência).
- 3** Ao analisar o controle/influência territorial e populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é possível identificar quatro períodos de variações importantes na evolução da expansão dos grupos armados. Dentre eles, aquele de maior crescimento, entre 2016 e 2020 (“a grande expansão”), assim como uma pequena tendência recente de diminuição, a partir de 2020 (“a gradual retração”).
- 4** Em 2024, o grupo armado com maior extensão territorial sob seu controle ou influência foram as milícias, que controlavam/influenciavam 49,4% dos territórios sob o domínio de grupos armados, o que corresponde a 201 km<sup>2</sup>. No entanto, quando considerado apenas o controle territorial, o Comando Vermelho é quem assume a primeira posição com 47,5% dos territórios controlados (150 km<sup>2</sup>) sob seu domínio. Isso deve ao fato de as milícias serem o grupo hegemônico do ponto de vista da influência sobre territórios e população.
- 5** Entre 2007 e 2024, as milícias foram o grupo armado que mais cresceu: os territórios sob seu controle aumentaram 315% (103Km<sup>2</sup>), e somados controle e influência o crescimento foi de 501% (168 Km<sup>2</sup>). O CV, por sua vez, teve um aumento de 46,4% dos territórios sob seu controle e 45,1% dos territórios sob seu controle e influência somados, ao longo da mesma série de 18 anos.

- 6** No que se refere ao controle e influência armada sobre a população, no ano de 2024, constatou-se a liderança do CV, com 47,2% (1.607 mil habitantes) da população sob controle dos grupos armados e 44,7% (1.792 mil habitantes) da população sob controle e influência somados. No entanto, também nesse quesito as milícias foram o grupo armado que mais cresceu entre 2007 e 2024, tendo aumentado o seu controle populacional em 106,6% e o seu controle/influência populacional em 167,1%.
- 7** Os dois principais grupos armados são as milícias e o CV. As milícias têm maior participação nas oscilações relativas ao crescimento ou redução do controle/influência territorial e populacional, visto que a “grande expansão” e a “gradual retração” do controle/influência territorial total espelham os movimentos de expansão e retração desse grupo. Já o CV apresenta uma trajetória de crescimento praticamente contínuo e constante em toda a série, assim como o TCP, mas este em menor escala. Os ADA são o único grupo com redução de territórios e população consistente.
- 8** O CV tem no Leste Fluminense sua área de maior hegemonia territorial, além de ser o local responsável pela maior área em Km<sup>2</sup> sob seu controle e influência. O grupo é também incontestavelmente hegemônico na Zona Sul e no Centro da Capital. Do ponto de vista do controle e influência populacional, a Zona Norte da Capital, o Leste Fluminense e a Baixada fluminense, nesta ordem, são as áreas mais importantes de hegemonia do CV.
- 9** As milícias são o grupo hegemônico na Capital, onde controlam 67,9% dos territórios e 47,3% da população sob controle armado e, somados o controle e a influência armada, controlam 74,1% do território e 52,7% da população. Isso se deve principalmente à sua forte hegemonia na Zona Oeste da Capital. Também a Zona Norte e a Baixada Fluminense são regiões que concentram parte importante do controle/influência territorial e populacional das milícias, embora o CV seja o principal grupo nessas áreas.
- 10** TCP, a terceira força e com tendência ao crescimento, também tem participação significativa nessas duas áreas, além da Zona Oeste. Os ADA perderam territórios e população onde eram mais fortes, casos da Zona Sul da Capital, Baixada, Leste Fluminense, mantendo algum controle na Zona Norte e Oeste.

Como interpretação conjunta destes dez apontamentos, podemos dizer que os dois períodos destacados (“a grande expansão” e a “gradual retração”) são sobretudo resultados da atuação das milícias, que por sua vez expandem-se sobre territórios e população, proporcionalmente, muito mais através da influência que do controle propriamente dito. O CV, por sua vez, atravessa o período sem grandes oscilações e por meio do controle, sendo que esta mesma dinâmica se aplica ao TCP, mas em menor escala. Os ADA são um grupo em franca retração.

Como hipótese, poderíamos sustentar que o modelo de atuação política e econômica das milícias, centrado na exploração de mercados legais e ilegais de bens e serviços urbanos e na co-

opção de atores estatais, é mais impactado pelas políticas de Estado, estagnando-se no período da CPI das milícias, expandido em períodos de baixa coerção e de grandes investimentos em infraestrutura na Zona Oeste e retraindo após a deflagração de uma série de operações repressivas lideradas pelo GAECO/MPRJ. Já as facções têm atuação mais ostensiva, que necessita maior defesa bélica de territórios e população e sua expansão não é afetada pelas políticas repressivas que lhes são dirigidas, centradas em operações policiais.

A hegemonia das milícias no que se refere à influência territorial e populacional indica que a ascendência associativa e política das milícias necessita de menos intensidade para se realizar, mostrando-se capaz de praticar a extração de recursos de territórios e população que não controla efetivamente e diferindo em relação às facções do tráfico que dependem do controle armado ostensivo sobre territórios e população para operar a extração de recursos. Esse modelo político e econômico das milícias, contudo, se mostra mais vulnerável às ações que desmantelam a rede clientelista que a sustenta para conseguir realizar as mediações da implementação de seus negócios e com a política institucional. A influência tem vantagens de ganho de escala econômico e político, mas também apresenta vulnerabilidades, por ser mais sensível a mudanças. O controle, tal como realizado por facções, é mais estável, contudo, depende de mais tempo para se expandir por ser uma estrutura mais custosa de ser mantida.

De forma mais precisa, a “grande expansão” (2016-2020) nos parece ser resultante de um momento que conjugou oportunidades nos mercados de terras e ampliação de serviços de infraestrutura urbana, sobretudo devido aos investimentos associados aos megaeventos, como também de maior disfuncionalidade estatal, com a falência do estado, o desmantelamento das UPP’s, do sistema de metas, além da desastrosa intervenção federal na segurança pública do Estado. Já a “gradual retração” é um momento em que as redes criminais e suas associações com a economia formal (mercado de terras) e política (política partidária) sofreram abalos importantes devido a atuação persecutória dirigida a essas mediações construídas anteriormente.

Para o caso das facções, o impacto das UPP’s, com seu conhecido “efeito balão”, foi talvez o grande impulsionador da expansão do controle territorial para a Baixada e o Leste Fluminense. Na ocasião de ocupação de territórios pela polícia, integrantes das facções que possuíam mandado de prisão em aberto refugiaram-se em outras áreas da RMRJ e do interior do estado, lá estabelecendo novos negócios, sem que o domínio sobre as áreas ocupadas fosse prejudicado. Esta variação veio a se somar ao crescimento contínuo desse modelo de organização.

As hipóteses aqui esboçadas ficarão mais claras e ganharão maior sustentação na próxima parte deste relatório. Nela, serão analisadas as diferentes formas de expansão dos grupos armados – se por “conquista” ou “colonização” –, assim como as características específicas dos territórios e população controlados/influenciados, como a densidade demográfica e tipos de urbanização. A compreensão das diferenças entre os grupos armados quanto aos seus modos de expansão e os territórios/população que controlam/influenciam muito nos revela sobre o modo de atuação de cada grupo.



# Parte 3:

## Caracterização da expansão feita através da colonização e da conquista

### *Definição conceitual-operacional e dimensões da expansão por colonização e conquista*

A expansão do controle territorial/populacional exercido por grupos armados pode ser realizada por meio de processos diferentes, cuja caracterização é útil para desvelar as dinâmicas dos grupos armados no Rio de Janeiro. Propomos a distinção entre expansão de cada grupo por colonização ou por conquista. A colonização é um processo de expansão realizado por meio da imposição do controle territorial e populacional armado em áreas anteriormente não controladas por outro grupo. Já a conquista refere-se ao movimento de expansão que pressupõe a substituição de outro grupo que controlava determinado território/população.

Existem três dimensões importantes a serem levadas em consideração nas análises esboçadas a partir desses conceitos. A primeira é espacial, pois o tipo de urbanização característico das diferentes circunscções geográficas nos informam sobre as estratégias de expansão dos grupos armados, sobretudo do ponto de vista das suas práticas de exploração econômica. O modo como

historicamente ocorreu a ocupação do solo e urbanização dos territórios, faz com que certas regiões sejam mais propícias à colonização ou conquista por grupos armados. A segunda refere-se às características específicas de cada grupo armado que ensejam a aposta na colonização ou na conquista como meio prioritário de expansão. Tais características referem-se, sobretudo, aos modelos de atuação política e econômica de cada grupo, havendo diferenças quanto aos mercados urbanos em que atuam, os modos como exploram esses mercados e as redes criminais que mobilizam. Por fim, a última dimensão é temporal, na medida em que a análise dos processos históricos e suas sedimentações nos permite levantar hipóteses acerca da predominância em determinados períodos da colonização ou da conquista nos processos de expansão. De fato, essas três dimensões se sobrepõem e se articulam e, portanto, sua separação é um recurso estritamente analítico. Para uma análise da expansão de grupos armados a partir das características de cada grupo e dos espaços e períodos em que ela ocorre é necessário entender a relação entre essas dimensões.

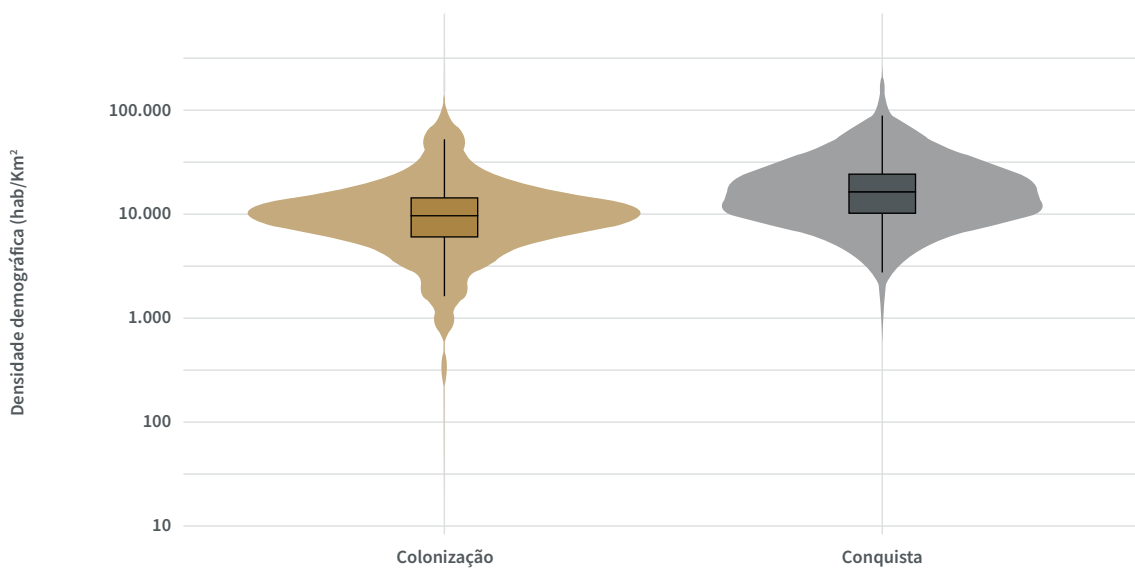
## *Expansão dos grupos armados segundo características espaciais*

A primeira dimensão a ser explorada é espacial. A pergunta que norteia esta dimensão é acerca da especificidade das áreas submetidas à colonização ou conquista por grupos armados. O gráfico baixo (Gráfico 22) demonstra como podemos pensar a respeito dessas especificidades.

Gráfico 22

### **Densidade demográfica em áreas colonizadas e conquistadas**

(RMRJ, 2007-2024, hab./Km<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC; Censo Demográfico 2022

O gráfico acima (Gráfico 22) dispõe no eixo vertical a densidade demográfica e no eixo horizontal a expansão armada por colonização e conquista, deixando claro que há um padrão distinto das áreas para às quais os grupos armados expandem seu controle e influência territorial em cada uma dessas modalidades. Em síntese, as áreas com densidade populacional mais baixa são mais frequentemente sujeitas à expansão por colonização e aquelas com maior densidade populacional, mais sujeitas à conquista.

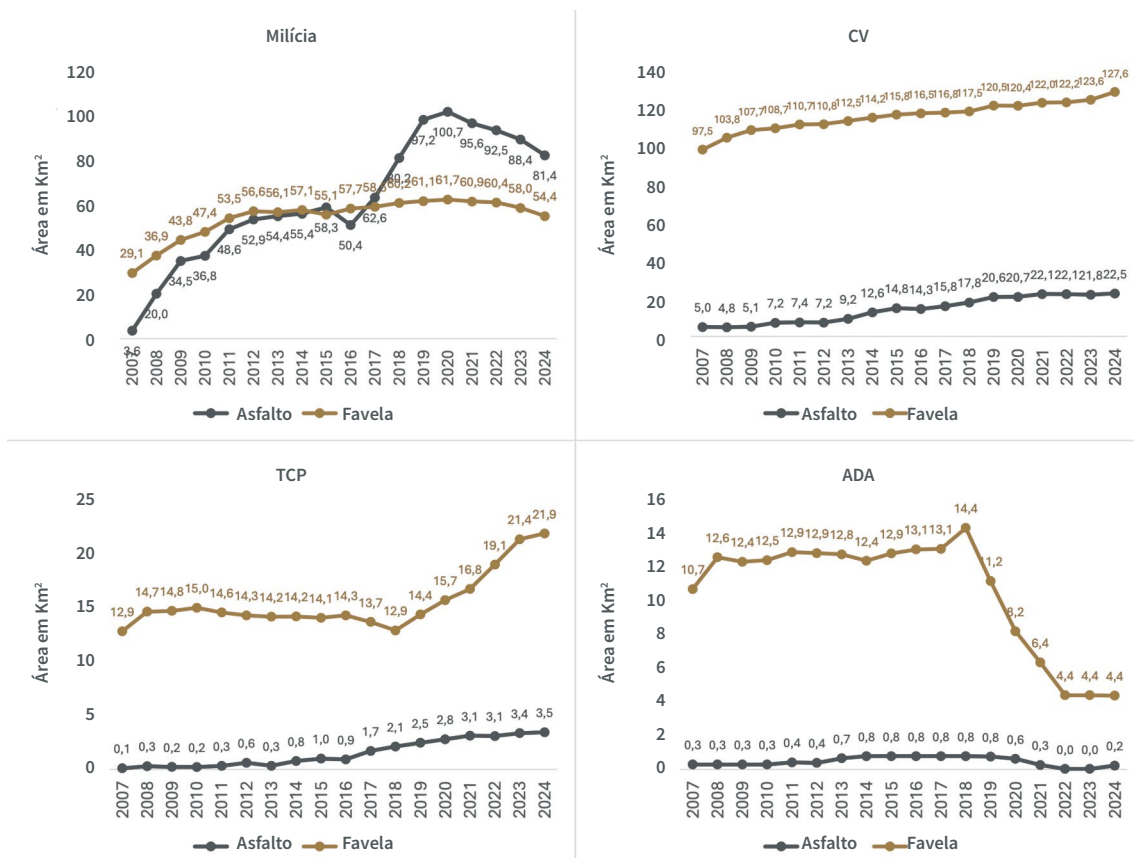
Se tomarmos a densidade demográfica como um *proxy* do nível de urbanização, seria possível formular uma série de hipóteses relacionadas às formas de atuação desses grupos nos locais para onde se expandem via colonização ou conquista. Em territórios de baixa densidade populacional nos quais predomina a expansão por colonização, grupos armados tenderiam a se implantar em áreas de urbanização recente, frequentemente fronteiras urbanas em processo de ocupação e desenvolvimento. Nesses espaços, a expansão dos grupos armados assumiria um caráter extensivo, reproduzindo uma lógica de ocupação que antecede ou acompanha o crescimento populacional, residencial, comercial e da infraestrutura urbana (serviços e equipamentos urbanos). Desta forma, o grupo armado pode atuar como “agente de organização territorial”, controlando a venda de lotes, a construção imobiliária e a oferta de serviços e equipamentos de infraestrutura urbana.

Ao contrário, em áreas de alta densidade populacional, onde a ocupação já está consolidada, onde os serviços e equipamentos já se encontram razoavelmente instalados e a atividade econômica é mais complexa, os grupos armados tendem a se expandir sob a forma de conquista. A expansão, aqui, é intensiva, possivelmente assentada na capacidade de impor a cobrança de taxas ilegais e informais sobre a economia popular, sobretudo aos comércios, mas também aos moradores. No que diz respeito às dimensões urbanas, a imposição de influência ou controle será feita de forma mais coercitiva, fazendo uso da força armada para impor novas lideranças e monopólios econômicos em substituição às lideranças e empresas que atuavam na área e/ou subordinando-as às suas práticas extorsivas e modos de atuação.

No que se refere às características espaciais dos territórios para onde se expandem os grupos armados, uma distinção importante a ser feita é entre os tipos de urbanização dessas áreas, se se são áreas de favela, - isto é, de ocupação irregular, caracterizada por padrão urbanístico precário e falta ou má qualidade de serviços públicos essenciais, como saneamento básico, água e energia elétrica - ou se são áreas de urbanização regular comumente designadas pelo termo “asfalto”. O gráfico abaixo (Gráfico 23) mostra que existem significativas diferenças entre os grupos armados no que se refere ao tipo de urbanização dos territórios que controlam e para os quais se expandem. Em 2024, 59,9% das áreas controladas por milícias era de asfalto, ao passo que, no mesmo ano, 73,9% das áreas controladas por facções do tráfico de drogas eram de favelas.

## Evolução do controle territorial em favelas e sub-bairros (favelas) por grupo armado

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2007-2024, Km<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Como pode ser visto, seja via colonização ou conquista, os principais novos territórios capturados por grupos armados se deram no asfalto, representando 55,5% da expansão do controle armado total entre 2007 e 2024 na RMRJ. Essa preponderância de áreas de asfalto como tipos principais de território para a expansão é uma característica bastante evidente das milícias, responsáveis por 84,1% dessa expansão para o asfalto. Ao longo da série histórica, 71,7% da expansão das milícias na RMRJ se deu no asfalto. Já o tráfico expande mais em áreas de favelas: 70,8% do crescimento do CV e 80,5% do crescimento do TCP se deu em áreas de favelas. Mesmo a ADA, que não teve ganhos nos últimos três anos, quando expandiu, expandiu predominantemente em áreas de favelas: foram mais 7,42 km<sup>2</sup> em favelas, contra apenas 0,50 km<sup>2</sup>, em áreas de asfalto, de 2007 a 2021.

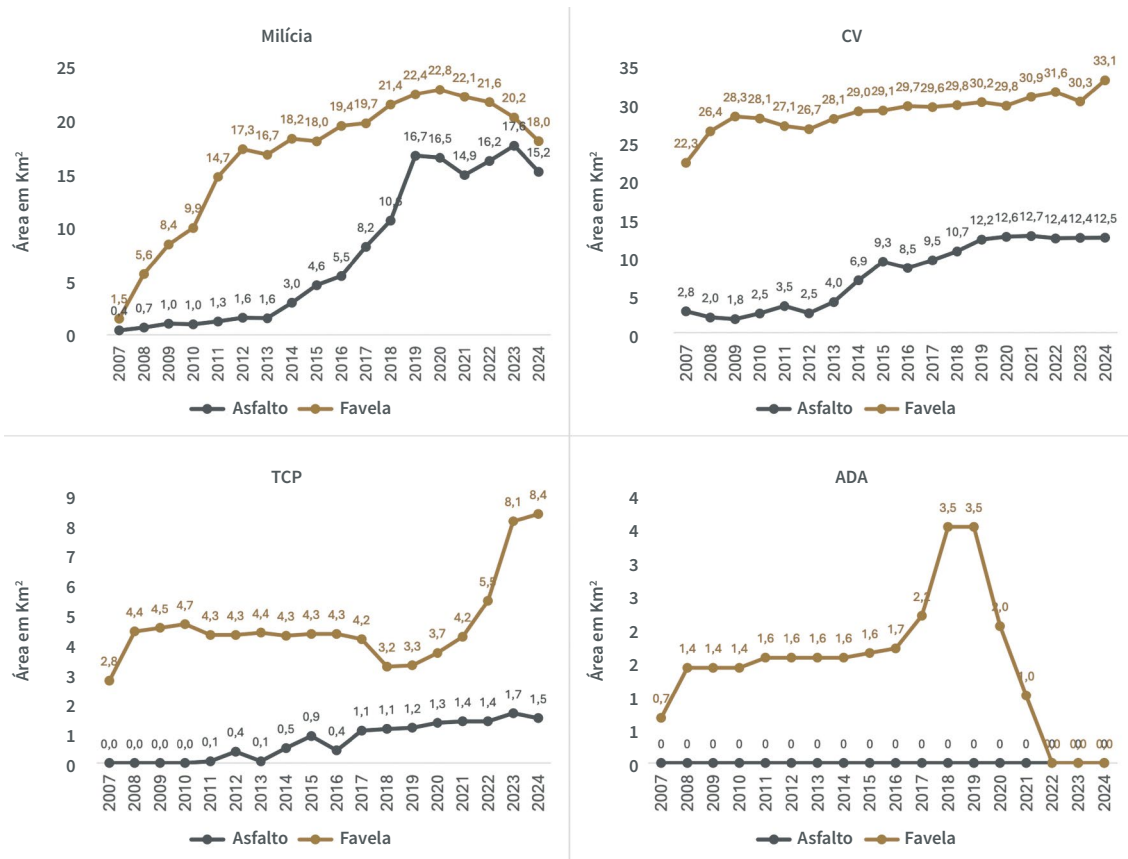
As particularidades entre favela e asfalto permitem perceber um aspecto bastante distintivo da atuação das milícias com relação às facções do tráfico. As milícias se expandem principal-

mente para áreas de asfalto, enquanto a favela é o alvo de colonizações e conquistas das facções do tráfico. Nota-se inclusive que a expansão para o asfalto em detrimento das favelas é uma tendência crescente das milícias. No entanto, quando consideradas separadamente as regiões da RMRJ é possível perceber especificidades da expansão dos grupos armados em cada uma. Destacaremos aqui a Baixada Fluminense e a Zona Norte da Capital, justamente por serem elas regiões onde a disputa pela hegemonia entre CV e milícias é mais acirrada, uma vez que apesar da dominância do CV, são elas frentes de expansão importantes para as milícias. Os gráficos a seguir (Gráfico 24 e 25) mostram essas diferenças no que tange ao tipo de urbanização das áreas para onde os grupos se expandem.

Gráfico 24

### Evolução do controle territorial em favelas e sub-bairros (favelas) por grupo armado

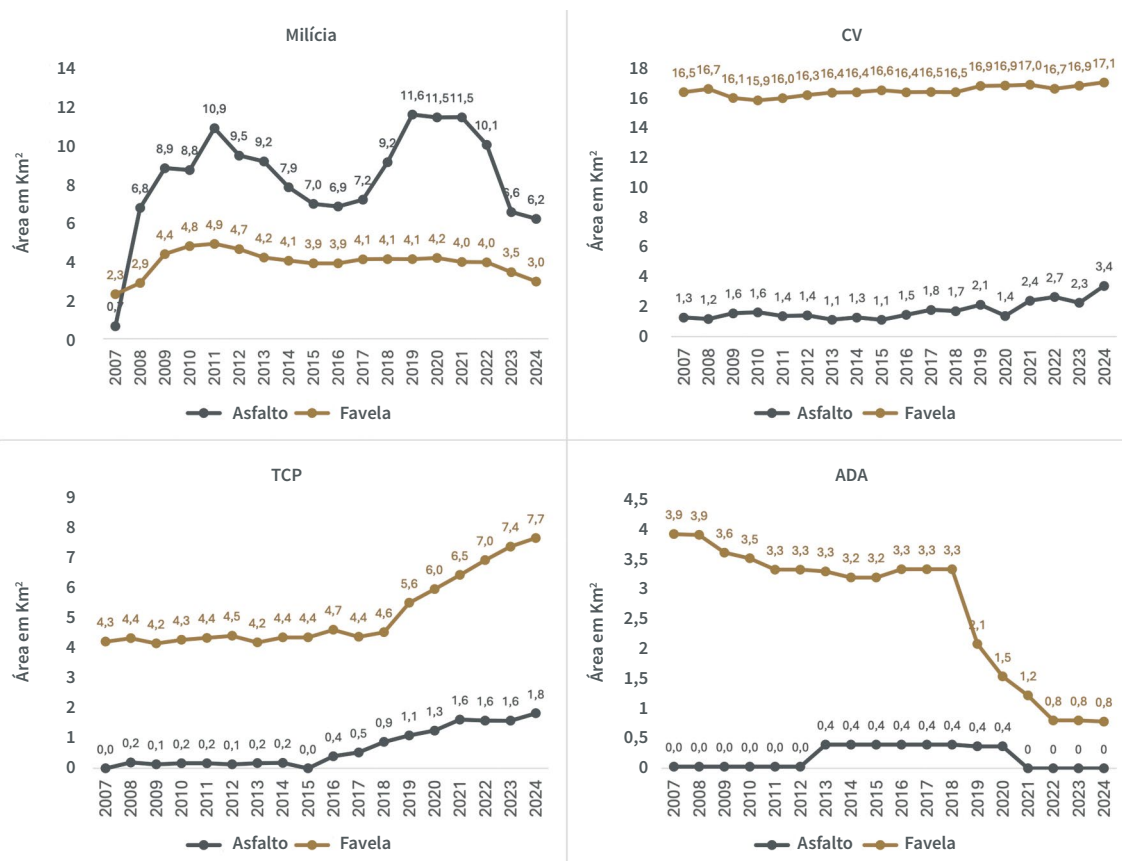
(Baixada Fluminense, 2007-2024, Km<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Evolução do controle territorial em favelas e sub-bairros (favelas) por grupo armado

(Zona Norte, 2007-2024, Km<sup>2</sup>)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Os gráficos deixam muito claro que na Baixada Fluminense todos os grupos armados se expandem prioritariamente em favelas ao passo que na Zona Norte as milícias vão crescendo através da sua atuação em sub-bairros. Contudo, no primeiro caso a tendência é de diminuição da participação da expansão em favelas, ao passo que no segundo são os sub-bairros que passam a apresentar uma participação menor. Tais observações serão retomadas uma vez que são pertinentes à interpretação dos dados da sessão a seguir, que aborda a constatação de que uma substituição da colonização pela conquista como principal forma de expansão dos grupos armados.

## Formas de expansão segundo grupo armado

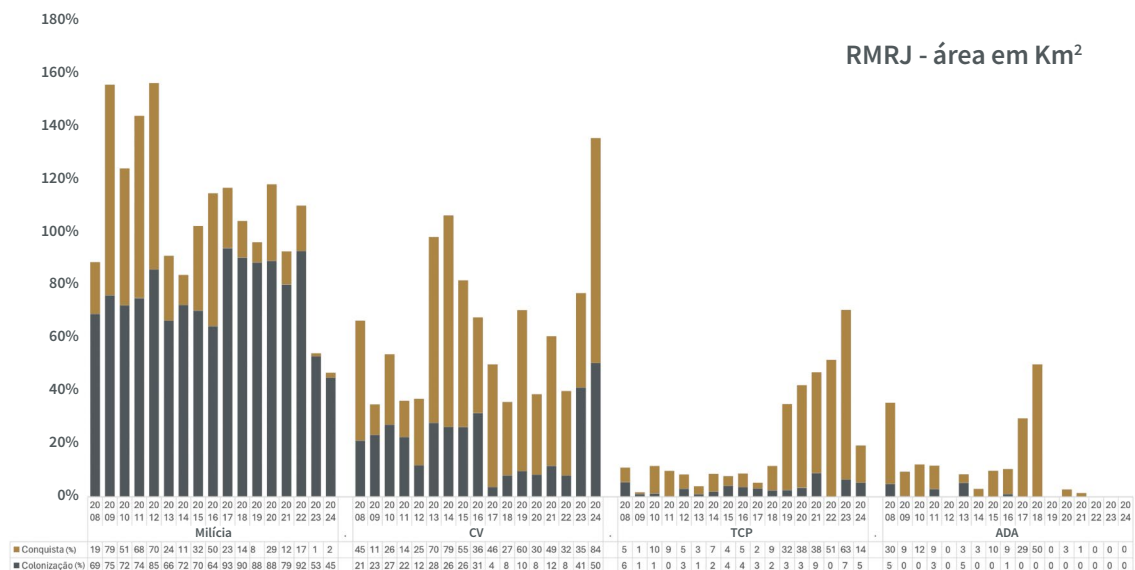
A segunda dimensão se refere às características da atuação de cada grupo armado, que se expressam em suas formas preferenciais de expansão, se por colonização e conquista. Entre 2007 e 2024 na RMRJ, 91,2% da expansão do controle territorial e 83,6% da expansão do controle populacional das milícias se deu por colonização. Embora o CV tenha colonizado mais que conquistado em toda a série histórica, com 60,4% de expansão por colonização, foi ele o grupo que mais conquistou territórios, sendo responsável por 44,2% do total de conquistas no período. Assim, as milícias conquistaram 25,7% e TCP conquistou 21,5%. Mesmo que apenas 39,6% do avanço territorial do CV tenha sido por conquista, 55,5%, ou seja, mais da metade da sua expansão populacional no período considerado foi por conquista, demonstrando que as conquistas do CV se deram em locais mais densamente povoados. No caso do TCP e ADA a predominância da conquista sobre a colonização é ainda maior. Embora o saldo total dos ADA tenha sido negativo no período considerado na RMRJ, 64,5% do avanço territorial e 70,9% do avanço populacional observado nas variações anuais ao longo da série decorreram de processos de conquista, e não de expansão sobre áreas anteriormente não controladas. Quanto ao TCP, 68% e 77,7% do avanço do controle territorial e populacional, respectivamente, se deu por conquista.

Os gráficos a seguir (Gráficos 26 e 27), representam a expansão do controle territorial e populacional de cada grupo armado por colonização e conquista em todo o período considerado.

Gráfico 26

### Expansão do controle territorial por colonização e conquista por grupo armado

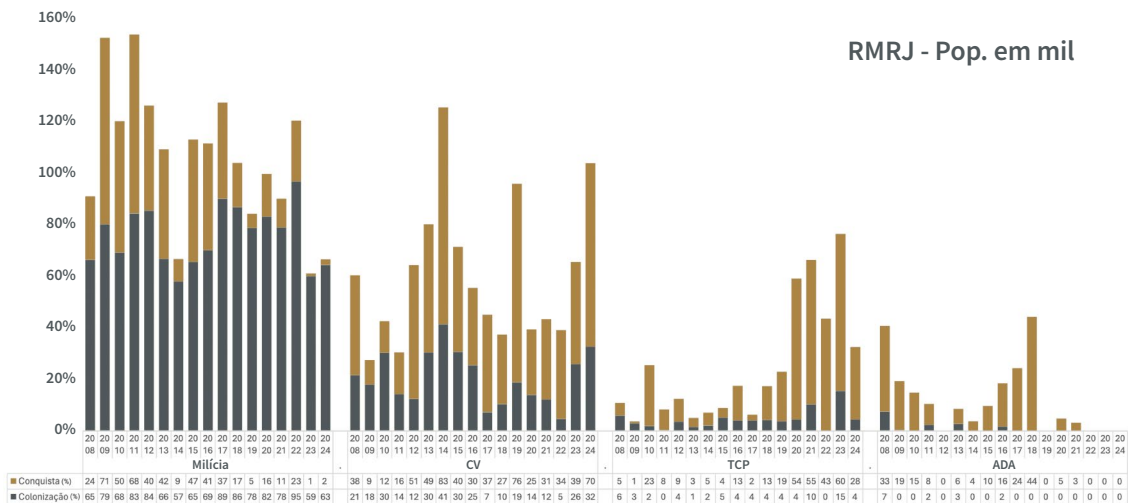
(RMRJ, 2007-2024, % de área de colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Expansão do controle populacional por colonização e conquista por grupo armado

(RMRJ, 2007-2024, % da população sob colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Parece bastante evidente que as milícias apresentam uma participação muito maior na expansão por colonização ao passo que as facções do tráfico de drogas, particularmente o CV, têm maior participação na conquista de territórios. Se considerada a média anual de todas as colonizações e conquistas de territórios e população ocorridas ao longo da série, as milícias respondem em média por 75% de todos os territórios e da população colonizada período, mas somente em 30% dos territórios conquistados e 29,7% da população conquistada. Dentre os grupos, CV tem participação média de 21% do território e 20% da população colonizada, mas em 43% do território e 39% da população conquistada. O TCP apresenta média de 3% dos territórios e 4% da população colonizada e 18% de territórios e 20,25% da população conquistadas, respectivamente. Já para os ADA, a média é de 0,84% dos territórios e 0,86% da população colonizada e 10% dos territórios e 11% da população conquistada. Isto significa que do ponto de vista das colonizações as milícias têm participação maior que de todos os outros grupos (facções) somadas. O inverso ocorre com a expansão por conquista, na qual considerando somente o CV, já se observa participação percentual maior que a das milícias e, somados ademais TCP e ADA, as facções foram responsáveis por mais que o dobro das conquistas territoriais e populacionais.

A predominância da expansão por colonização no caso das milícias e maior participação nas conquistas no caso das facções do tráfico de drogas parece associar-se aos modos de atuação desses grupos e também às características espaciais dos territórios sobre os quais eles avançam. A maior expansão por colonização relaciona-se ao fato de as milícias avançarem principalmente sobre áreas de asfalto, que na maioria das vezes não se encontram sob o controle armado por

outro grupo. Também é indicativo de que elas avançam para áreas com baixa densidade demográfica, principalmente as de urbanização recente. Essas duas características relacionam-se intimamente com o seu modelo de atuação centrado na exploração e imposição de taxas extorsivas aos serviços e mercados urbanos, seja pela cobrança de taxas de proteção e a imposição de monopólios econômicos em áreas regularmente urbanizadas ou pela organização da ocupação do espaço nas frentes de expansão urbana. A bem conhecida participação de agentes públicos – como políticos e policiais – nos quadros desses grupos, parece também favorecer o seu avanço sobre essas novas áreas, cujas características as tornariam mais suscetíveis à repressão pelo Estado, não fosse pela sua habilidade de cooptação do poder público.

No caso das facções do tráfico a sua maior participação nas conquistas territoriais e populacionais pode ser entendida junto à maior participação das favelas dentro suas áreas de controle e expansão territorial. Esses dados condizem com o seu modo de atuação mais centrado do porte ostensivo de armas de fogo em territórios controlados e em maiores investimentos na defesa armada de territórios contra as ofensivas de outros grupos ou operações policiais, uma vez que as favelas são territórios não sujeitos ao patrulhamento policial rotineiro. A maior participação do tráfico nas conquistas territoriais e populacionais indica também que o tráfico tende avançar mais sobre áreas mais densamente povoadas.

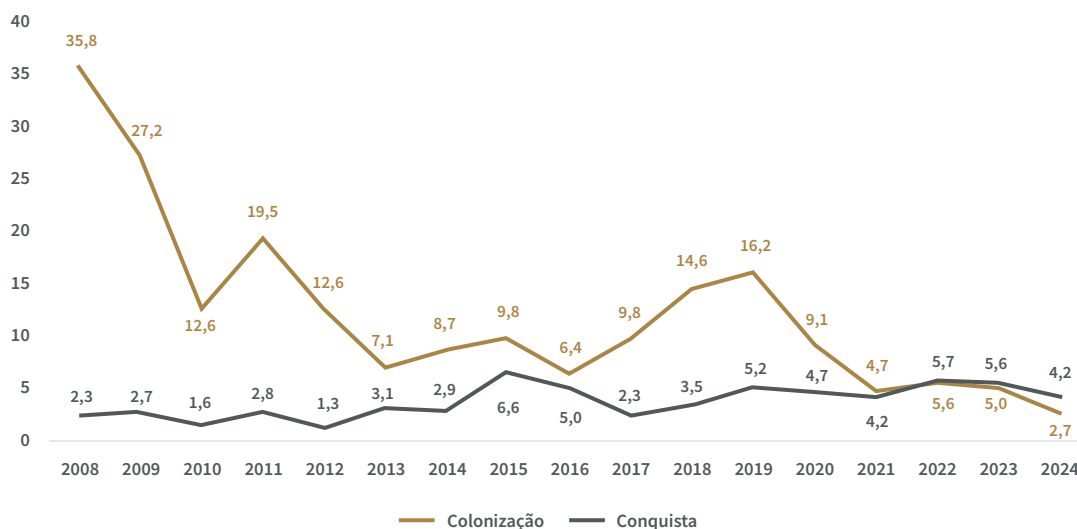
### *Variação histórica nos modos de expansão do controle armado*

A terceira dimensão para compreender a expansão por colonização ou conquista é o tempo. O gráfico abaixo (Gráfico 28) nos permite observar que a colonização foi o principal método de expansão dos grupos armados ao longo da série, sendo responsável por 77,7% do somatório da expansão territorial anual de todos os grupos armados. No entanto, o gráfico mostra que o período identificado neste relatório como de “gradual retração” (2020-2024) marca o início de uma significativa tendência de queda do avanço dos grupos por colonização, fazendo com que a conquista se tornasse a principal forma de expansão dos grupos a partir de 2023. Note-se, contudo, que essa mudança se deve antes à redução das colonizações, do que propriamente a um aumento substantivo das conquistas, posto que elas se mantêm num patamar relativamente estável desde 2019.

Gráfico 28

## Extensão territorial colonizada e conquistada por grupos armados

(RMRJ, 2007-2024, Km<sup>2</sup> de colonização ou de conquista)

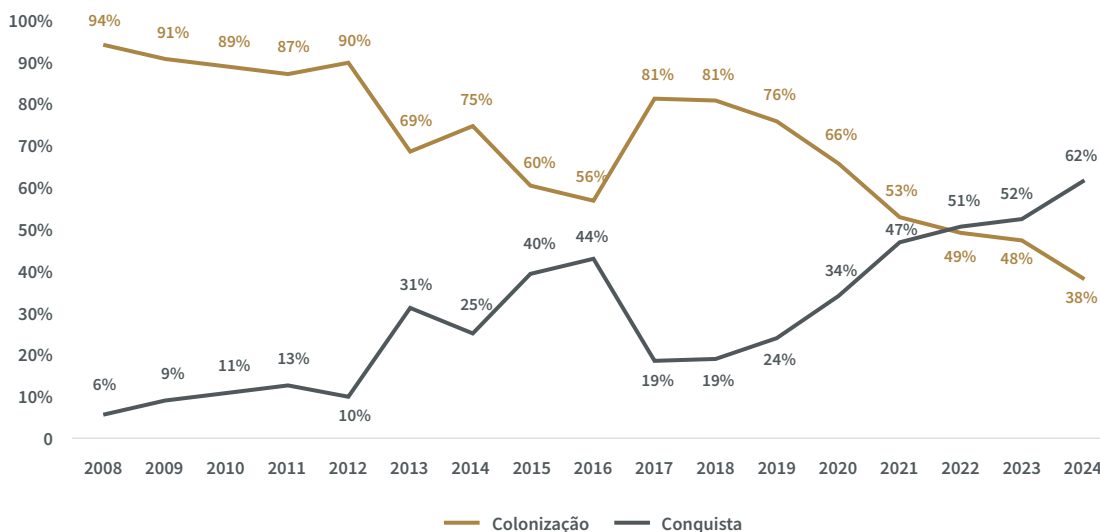


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 29

## Extensão territorial colonizada e conquistada por grupos armados

(RMRJ, 2007-2024, porcentagem de Km<sup>2</sup> de colonização ou de conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

A substituição da colonização pela conquista como principal método de expansão dos grupos armados pode ser mais bem observada no gráfico acima (Gráfico 29) no qual estão representados os percentuais de expansão territorial por colonização e conquista sobre o total anual da expansão de todos os grupos armados no período de 2007-2024. Existem quatro períodos bem definidos quando se observa o gráfico acima. Um primeiro momento entre 2008 e 2012 no qual a colonização é responsável por 107Km<sup>2</sup> (770.000 hab) e a conquista por apenas 10,8Km<sup>2</sup> (172.000hab), ou seja, os grupos armados se expandiram quase dez vezes mais através da colonização que por meio da conquista (4,5 vezes em termos populacionais). Nos parece que mesmo com o rigor na construção do *prior* deste estudo, detalhado no anexo metodológico, este número pode estar superestimado, contudo, dada a ordem de grandeza desta diferença, é muito provável que ela seja realmente significativa. Um segundo momento importante é entre 2013 e 2016, no qual, mesmo com alguma variação em 2014, há tendência de queda na participação da expansão por colonização, cujo aumento é menos de duas vezes a conquista - aumento de 32 Km<sup>2</sup>, frente a 17,6Km<sup>2</sup> da expansão por conquista. Em termos populacionais, a diferença é muito pequena, de 208.000 hab. por colonização ente 201.000 hab. por conquista. O ano de 2017 curiosamente retorna um patamar alto da diferença entre a colonização (9,8 Km<sup>2</sup> e 65.000Hab) frente a conquista (2,3 Km<sup>2</sup> e 36.000 hab.). Do ponto de vista da expansão territorial, ainda entre 2018 e 2019 continue a haver diferença importante através da colonização (30,8 Km<sup>2</sup>) ante a conquista (8,6 Km<sup>2</sup>). Já para a expansão populacional a diferença é pequena (199.000 hab. por colonização e 178.000 hab. por conquista), sendo que em 2019, a conquista (142.000 hab.) supera a colonização (107.000 hab.). No último período, entre 2020 e 2024, não apenas consolida-se a tendência de diminuição da diferença entre colonização (27,1 Km<sup>2</sup>) e conquista (24,4 Km<sup>2</sup>), como a partir de 2022 e em tendência crescente, a conquista passa a ser a forma mais frequente de expansão territorial. Do ponto de vista da expansão populacional, a diferença aumenta em favor da conquista (334.000 hab.) ante a colonização (167.000 hab.).

Cada uma das três dimensões da expansão territorial e populacional por colonização e conquista nos conduz a um apontamento importante. Em primeiro lugar a colonização se realiza preferencialmente em áreas menor densidade demográfica e a conquista em áreas com maior densidade demográfica. Em segundo, a colonização parece se associar às milícias e a conquista às facções, sobretudo o CV. Terceiro, há uma tendência de queda da proporção da expansão que se faz através da colonização frente à conquista, sobretudo nos últimos anos, quando a conquista supera a colonização em área e população. A partir desses três apontamentos, à primeira vista teríamos então dois padrões típicos: áreas com alta densidade demográfica com expansão de facções através da conquista de territórios e população e, por outro lado, áreas com baixa densidade demográfica com expansão de milícias através da colonização de territórios e população. Ao longo da série este último padrão foi predominante, mas nos últimos anos houve uma inversão e o primeiro ganhou prevalência. Contudo, padrões tão bem definidos muito raramente se realizam concretamente e a tendência para a RMRJ pode não ser constada de forma igual em todos os lugares. Para avançar neste entendimento, é importante apresentar a composição

concreta entre as características espaciais (densidade demográfica e tipo de urbanização), o tipo de grupo armado e a expansão por colonização e conquista ao longo do tempo nas diferentes circunscrições geográficas da RMRJ, combinado, assim, as três dimensões da análise.

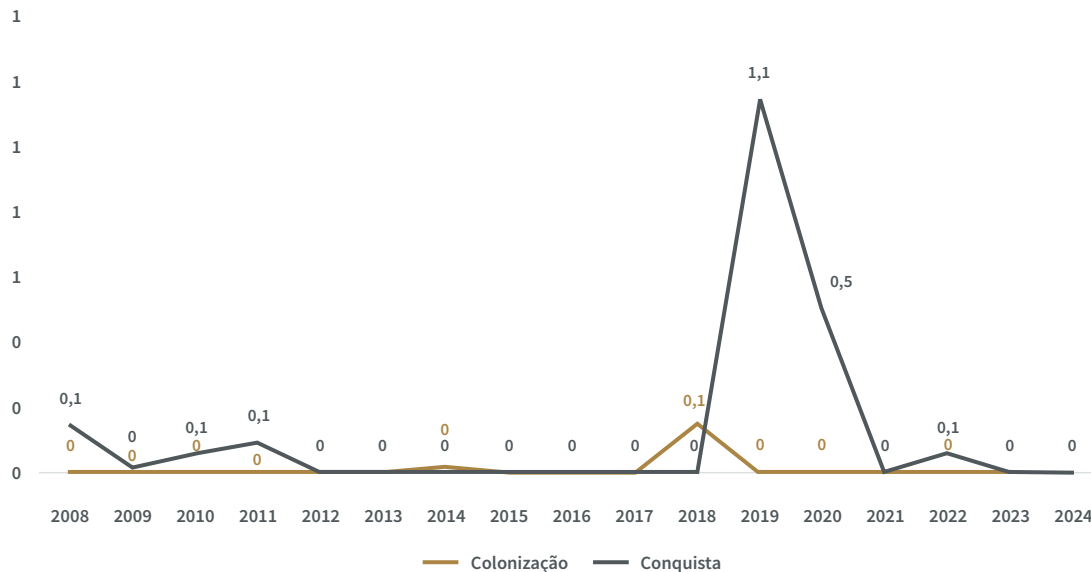
## *Evolução da expansão por colonização e conquista segundo os grupos armados e circunscrições geográficas*

A Zona Sul e o Centro do Rio de Janeiro são as áreas que mais se aproximam do que seria um padrão típico em que se encontra uma área com alta densidade demográfica e trocas de controle via conquista por facções. A Zona Sul é a área com a maior densidade populacional na Capital e em toda a RMRJ (22,1 mil hab./Km<sup>2</sup>) e o Centro fica em terceiro lugar (11,4 mil hab./Km<sup>2</sup>). Somadas as expansões anuais de todos os grupos nas duas zonas em toda a série histórica considerada, 92% da expansão territorial e 99,7% da expansão populacional foi realizada através da conquista. Nos gráficos abaixo (Gráficos 30 e 31) é possível observar a prevalência ao longo de todo o período da expansão por conquista em detrimento da colonização. No período considerado, o CV foi responsável por 68% dessas conquistas de território e 97,13% da população, o TCP por 21% das conquistas de territórios e 0,48% da população e os ADA 10% dos territórios e 2,39% da população no período considerado. Destaca-se, para a expansão via conquista do CV, lugares como a Rocinha e parte do Vidigal, na Zona Sul, que são áreas de favela. As milícias foram o único grupo armado que atuou colonizando territórios e população, mas de forma bem pontual, apenas em 2014 e 2018, respectivamente. As áreas colonizadas foram na Lapa (proximidades da Mem de Sá - 2014) e Centro (proximidades da Presidente Vargas - 2018), tratando-se de áreas de asfalto. Este cenário tão claro e consolidado exige determinadas condições, sobretudo associados a antiguidade do assentamento urbano e da presença também antiga das facções, particularmente o CV, de modo que a consolidação urbanística e dos grupos armados oferece condições singulares no contexto da RMRJ.

Gráfico 30

### Expansão territorial por colonização e conquista por grupo armado

(Zona Sul e Central, 2007-2024, Km<sup>2</sup> de colonização ou de conquista)

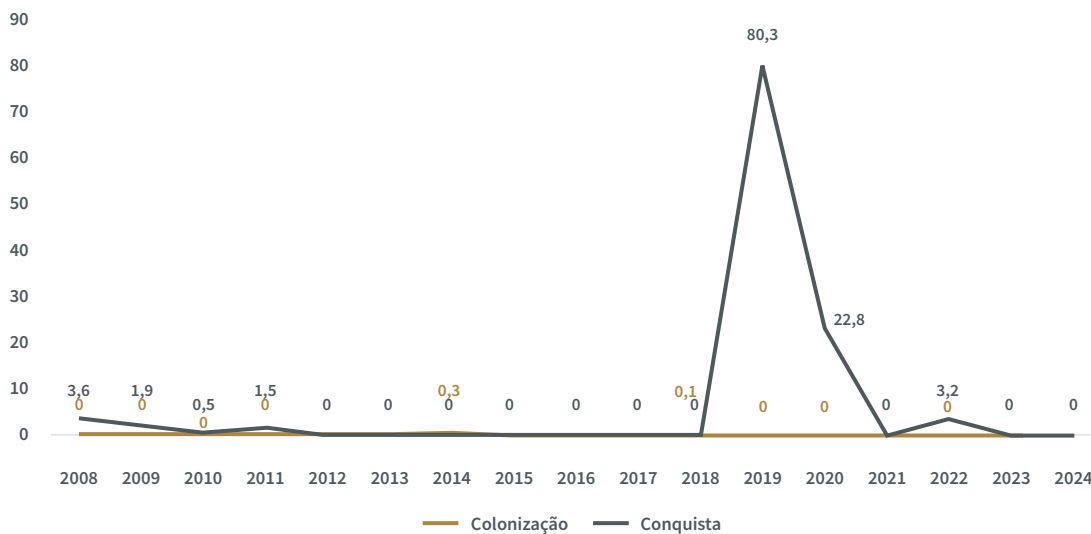


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 31

### Expansão populacional por colonização e conquista por grupo armado

(Zona Sul e Central, 2007-2024, milhares de habitantes colonizados ou de conquistados)



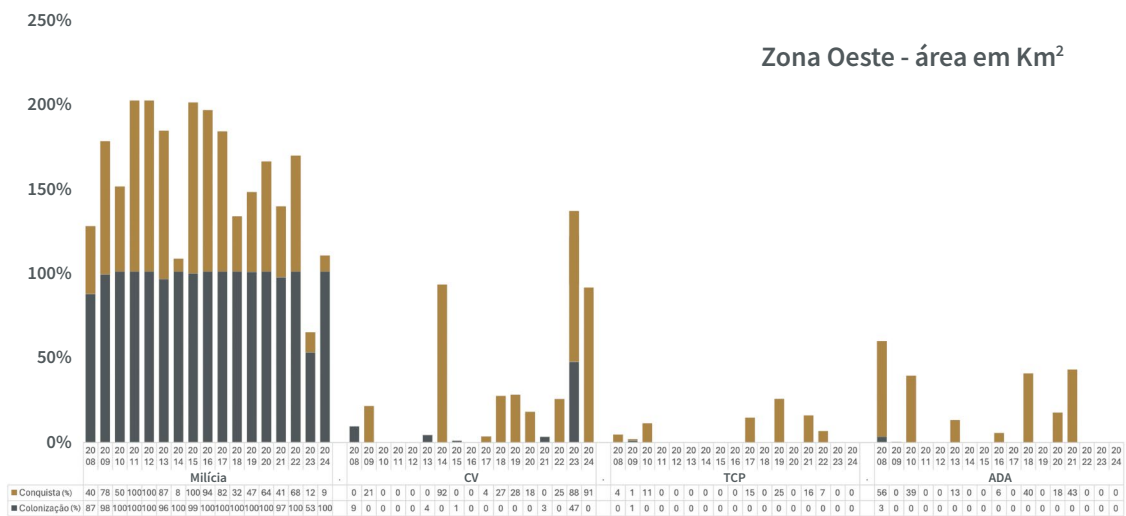
Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Já a Zona Oeste do Rio de Janeiro apresenta uma área com densidade demográfica média e expansão por colonização marcada pela atuação das milícias. Na Capital, a Zona Oeste é a área com menor densidade populacional, com 6,7 mil hab./Km<sup>2</sup>, entretanto, permanece ainda um pouco acima da média da RMRJ (5,1 mil hab./Km<sup>2</sup>). Nesta área, 89% do somatório da expansão territorial anual de todos os grupos e 76,1% da populacional foram feitos através da colonização no período de 2007 a 2024. Desse total, as milícias tiveram participação de 97% da colonização territorial e 92% da populacional. Contudo, ao observar os gráficos abaixo (Gráficos 32 e 33) é possível identificar as variações ao longo do período. É importante destacar na série uma inversão na qual a conquista ultrapassa a colonização no que se refere aos avanços territoriais dos grupos em 2026 e aos ganhos populacionais em 2020. Em 2024 a conquista foi responsável por 76% do somatório da expansão territorial de cada grupo e por 80,34% da populacional, mantendo a tendência iniciada anos antes. A maior participação da conquista no total da expansão populacional dos grupos indica que as áreas conquistadas apresentavam maior densidade populacional, como é o caso da Taquara, Freguesia – JPA e Vila Valqueire. Nota-se claramente um avanço do CV em direção à Zona Oeste, com participação de 91% das conquistas territoriais e 91% da populacional em 2024. Na tabela abaixo (Tabela 1) é possível perceber a centralidade do CV na expansão via conquista desta região.

### Gráfico 32

## Expansão territorial por colonização e conquista por grupo armado

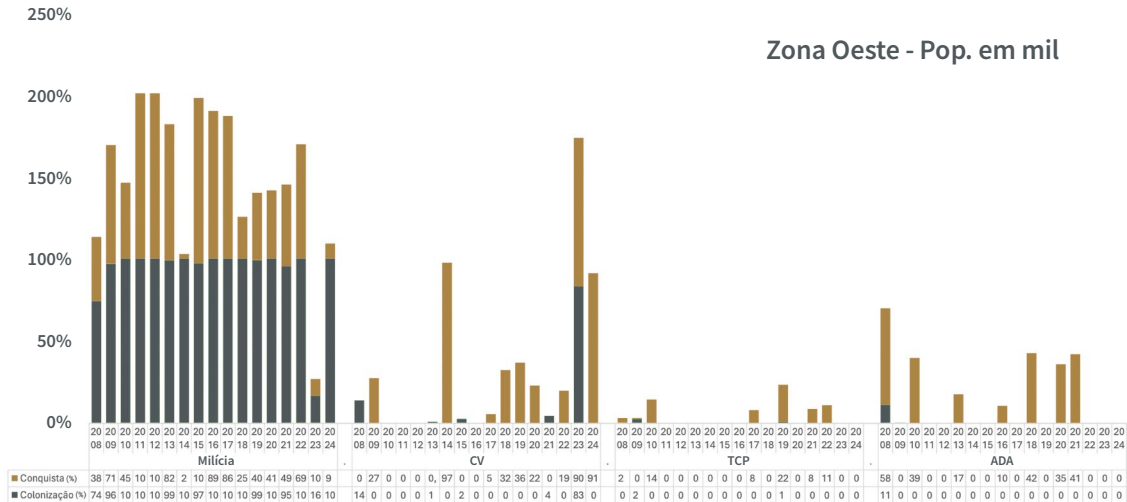
(Zona Oeste, 2007-2024, % de área de colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Expansão populacional por colonização e conquista por grupo armado

(Zona Oeste, 2007-2024, % da população sob colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Tabela 1

### Conquistas por grupo armado

(Zona Oeste, 2022-2024, números absolutos em Km<sup>2</sup> e porcentagem)

CONQUISTADOR	CONQUISTADO	% SOBRE CONQUISTADOS	SALDO (em km <sup>2</sup> )
CV	Milícias	100%	0,75
	TCP	0%	
	ADA	0%	
Milícias	CV	100%	-0,79
	TCP	0%	
	ADA	0%	
TCP	Milícias	100%	0,04
	CV	0%	
	ADA	0%	
ADA	Milícias	0%	0
	CV	0%	
	TCP	0%	

Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

O Leste Fluminense é uma área de baixa densidade demográfica, onde a expansão do controle dos grupos se realizou principalmente através da colonização de novas áreas por grupos armados. Trata-se da área com a menor densidade demográfica da RMRJ, com 2,6 mil hab./Km<sup>2</sup>. Entre 2007 e 2024, no Leste Fluminense, 72,32% do somatório da expansão territorial anual de todos os grupos e 60,65%

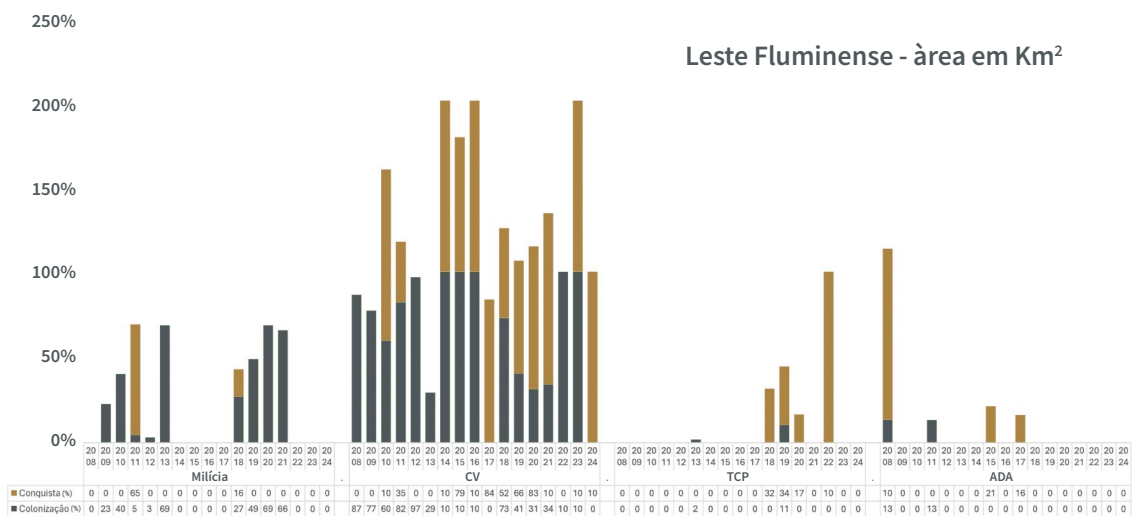
da populacional foi realizada por meio da colonização. O CV, desse total, foi responsável por 72,5% da colonização territorial e 69,6% da colonização populacional totais, as milícias aparecem muito abaixo, mas de forma significativa, com 23,7% dos territórios colonizados e 25,6% da população. Esta parcela da colonização realizada pelas milícias se concentra entre os anos de 2008 a 2013, quando estes grupos passam a atuar em São Gonçalo, nos bairros do Zumbi e Engenho Pequeno, atuando também no bairro Jardim Itambi, em Itaboraí. Do ponto de vista das conquistas, o CV também é hegemônico, com 73,1% das conquistas territoriais totais na série histórica e 64,3% das conquistas populacionais, seguido do TCP (12,9% dos territórios e 14,7% da população) e ADA (10,0% dos territórios e 13,2% da população). As conquistas das outras facções se concentram pontualmente. O TCP em 2018 e 2019, quando conquista o Morro do Estado, em Niterói, em 2018, e em São Gonçalo, no bairro Amendoeira, em 2019. Os ADA sobretudo em 2015 quando conquistam o Morro do Tamanco (bairro Santa Catarina) e o Morro da Boa Vista (bairro Boa Vista), em São Gonçalo e, em menor escala, em 2017, quando conquistam o Morro do Mineiro, no bairro Lindo Parque, em São Gonçalo.

Como é possível observar nos gráficos abaixo (Gráficos 34 e 35), para a compreensão da expansão dos grupos armados no Leste Fluminense é importante destacar que a partir de 2014 inicia-se uma alternância entre colonização e conquista no que diz respeito aos territórios e população e, desde 2017, para a população, a conquista prevalece sobre a colonização. Isto porque o grupo hegemônico, o CV, em um primeiro momento disputa a colonização nas zonas com menor densidade demográfica com as milícias e, em um segundo, disputa as conquistas com o TCP e ADA, agora em zonas com maior densidade demográfica.

Gráfico 34

### Expansão territorial por colonização e conquista por grupo armado

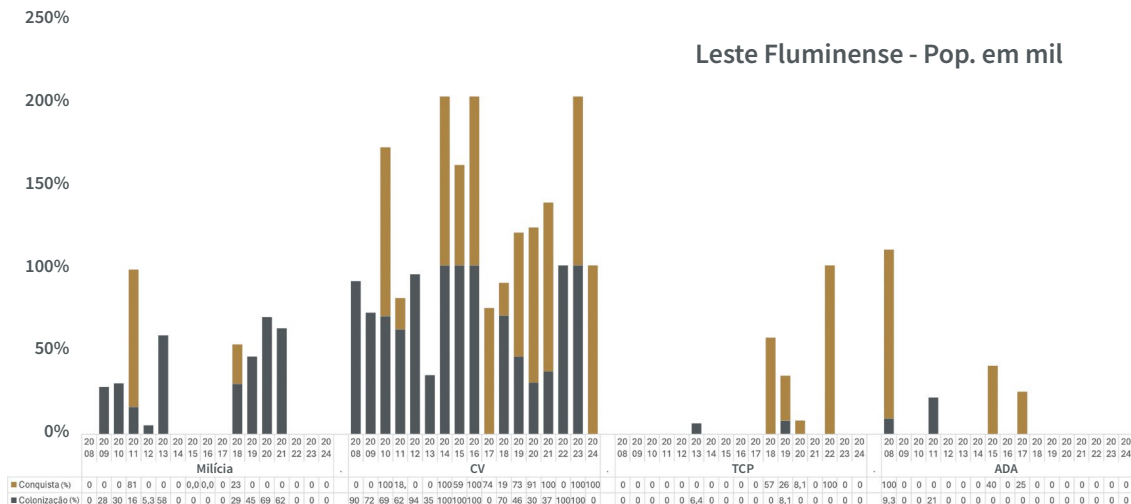
(Leste fluminense, 2007-2024, % de área de colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Expansão populacional por colonização e conquista por grupo armado

(Leste fluminense, 2007-2024, % da população sob colonização ou conquista)



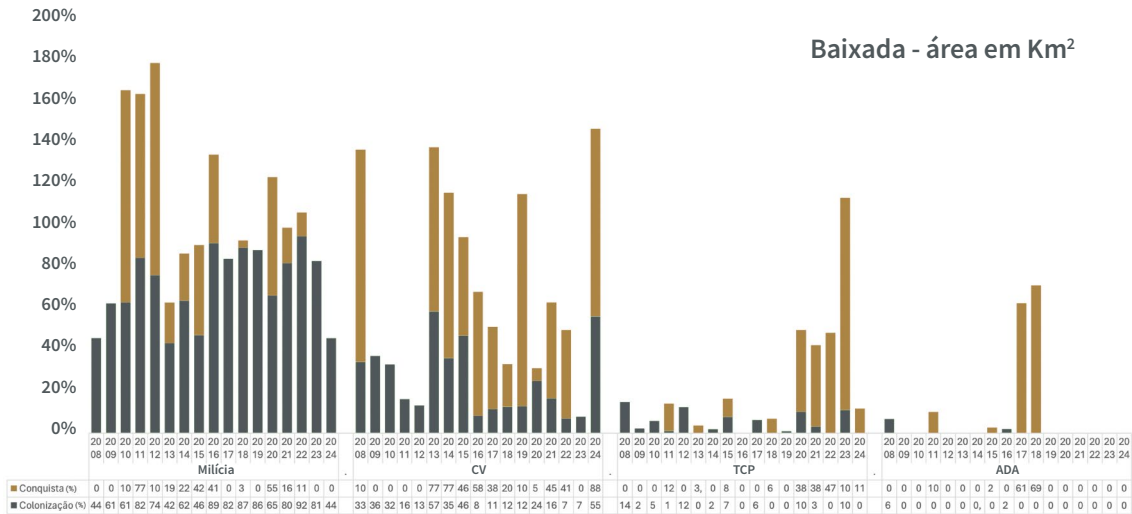
Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

A Baixada Fluminense, por sua vez, se caracteriza por apresentar uma densidade demográfica média e uma expansão por colonização de facções no período. A área tem densidade demográfica de 4,1 mil hab./Km<sup>2</sup>, próxima da média da RMRJ (5,1 mil hab./Km<sup>2</sup>). Na Baixada Fluminense 72,6% da expansão territorial e 70,5% da populacional foi realizada através da colonização. Desse total, as milícias tiveram participação em 69,1% do território e 65,2% da população colonizada, ao passo que o CV também tem peso importante, em 24,8% do território e 28,4% da população. A expansão por conquista, por sua vez, tem participação relevante para todos os grupos armados: CV (43,5% do território e 42,4% da população conquistada), milícias (24,5% do território e 27,2% da população conquistada), TCP (24,4% do território e 23,3% da população conquistada) e ADA (7,7% do território e 7,2% da população conquistada). Como é possível observar nos gráficos abaixo (Gráficos 36 e 37) a expansão, com algumas exceções pontuais, a colonização foi muito predominante entre 2008 e 2019 e conduzida pela expansão de milícias e do CV. Como visto em sessão anterior, na Baixada, ambos grupos cresceram predominantemente em favelas, embora as milícias também em grande proporção no “asfalto”. A partir de 2020 até 2024 o cenário se modifica, pois há alternância na expansão por colonização e conquista e, neste período, o TCP expande-se conquistando territórios importantes, como Jardim Redentor e Santa Tereza, em Belford Roxo e o Parque Alian, em São João de Meriti, – tendo conquistado principalmente territórios de favelas – e colocando-se ao lado de milícias e CV. A tabela abaixo (Tabela 2) mostra um resumo disputa territorial na Baixada.

Gráfico 36

### Expansão territorial por colonização e conquista por grupo armado

(Baixada fluminense, 2007-2024, % de área de colonização ou conquista)

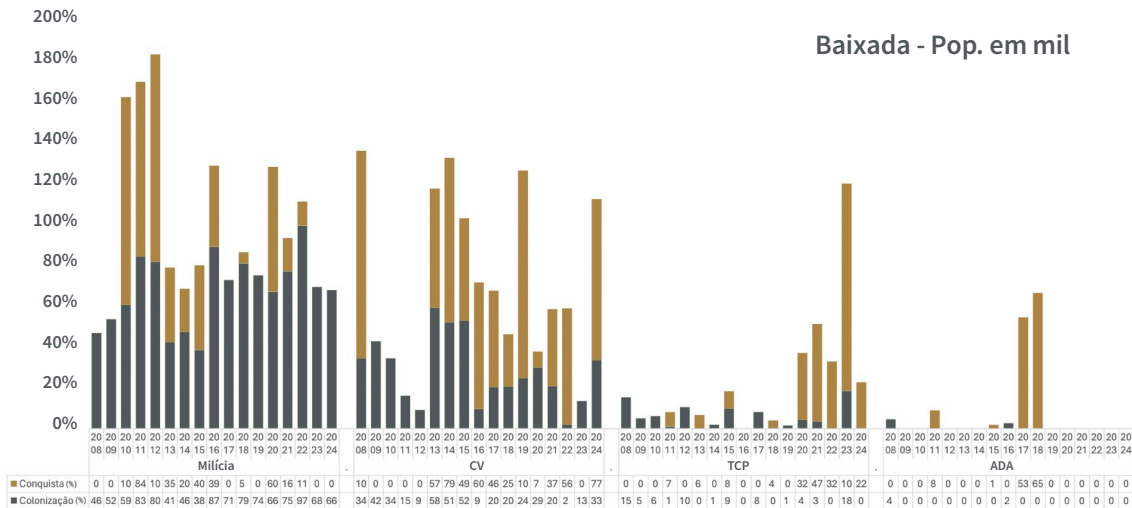


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 37

### Expansão populacional por colonização e conquista por grupo armado

(Baixada fluminense, 2007-2024, % da população sob colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Tabela 2

## Conquistas por grupo armado

(Baixada fluminense, 2020-2024, números absolutos em Km<sup>2</sup> e porcentagem)

CONQUISTADOR	CONQUISTADO	% SOBRE CONQUISTADOS	SALDO (em km <sup>2</sup> )
CV	Milícias	96,2%	1,99
	TCP	3,8%	
	ADA	0%	
Milícias	CV	55,6%	-4,52
	TCP	39,4%	
	ADA	5,0%	
TCP	Milícias	29,0%	5,04
	CV	28,6%	
	ADA	42,4%	
ADA	Milícias	0%	-2,51
	CV	0%	
	TCP	0%	

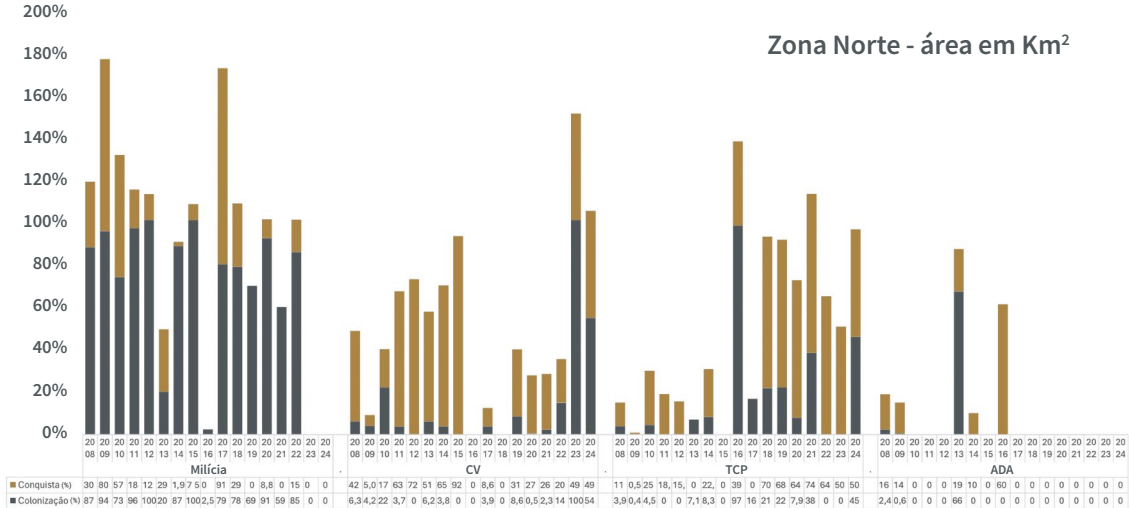
Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

A Zona Norte da Capital com alta densidade demográfica e uma expansão por conquistas e colonizações de facções durante o período considerado. A área apresenta densidade demográfica de 12,3 mil hab./Km<sup>2</sup>, sendo a segunda mais densa em toda a RMRJ. Na Zona Norte apresenta um quadro complexo, pois 62,31% da expansão territorial é realizada através da colonização, contudo, 60,81% da expansão populacional é feita através da conquista. Isto significa que a colonização ocorre em áreas com menor densidade populacional e a conquista em áreas maior densidade. Para o primeiro caso, as milícias têm participação em 81,2% dos territórios colonizados totais (79,09% da população), movimento que, como visto em sessão anterior, se deu principalmente em áreas de “asfalto”. Já entre a população conquistada, existe uma participação mais equilibrada entre os grupos armados: o TCP tem 40,67% da população (36,95% do território), o CV 30,13% (34,03% do território), as milícias 20,72% (21,16% do território) e os ADA 8,48% (7,86% do território). Como é possível observar nos gráficos abaixo (Gráficos 38 e 39), as estratégias de expansão dos diferentes grupos armados foram muito distintas e mudaram ao longo do período. As milícias expandiram-se para áreas anteriormente não controladas e com baixa densidade demográfica, como Marechal Hermes, Cachambi e Ramos, mas também para áreas de alta densidade, como a Penha, Penha Circular e Oswaldo Cruz. Por outro lado, as facções expandiam-se através de conquistas de áreas com alta densidade demográfica, e, desta forma, sua expansão foi populacional e dirigida para áreas como Parada de Lucas, Tauá, Manguinhos e Maré. Cabe destacar, finalmente, que apensar desse movimento de alternância da expansão dos grupos armados, desde 2021 a expansão populacional e territorial na Zona Norte é predominantemente via conquistas. A Tabela abaixo (Tabela 3) descreve as conquistas desses grupos.

Gráfico 38

### Expansão territorial por colonização e conquista por grupo armado

(Zona Norte, 2007-2024, % de área de colonização ou conquista)

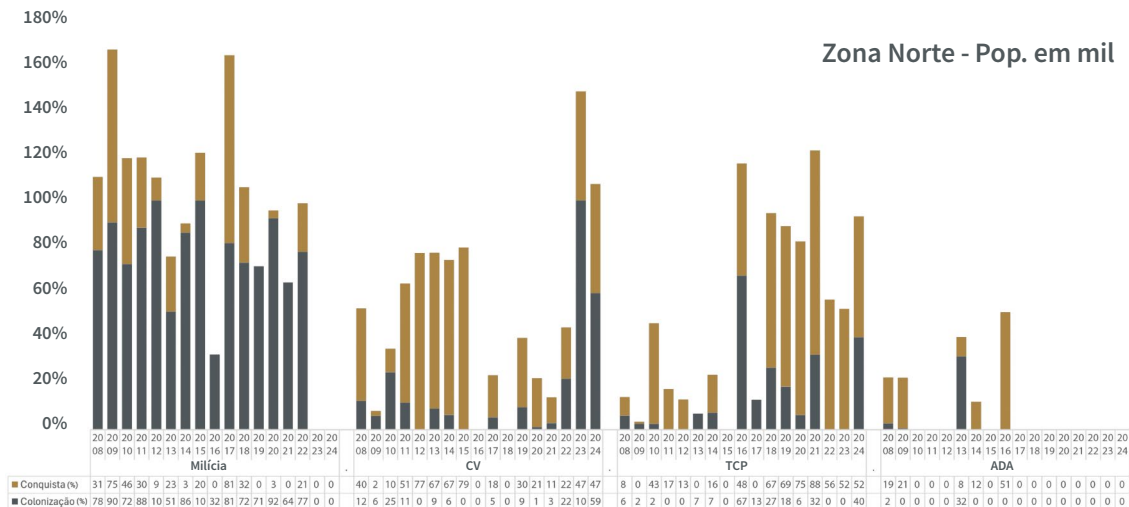


Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Gráfico 39

### Expansão populacional por colonização e conquista por grupo armado

(Zona Norte, 2007-2024, % da população sob colonização ou conquista)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Tabela 3

## Conquistas por grupo armado

(Zona Norte, 2020-2024, números absolutos em Km<sup>2</sup> e porcentagem)

CONQUISTADOR	CONQUISTADO	% SOBRE CONQUISTADOS	SALDO (em km <sup>2</sup> )
CV	Milícias	26,2%	0,45
	TCP	3,3%	
	ADA	4,5%	
Milícias	CV	1,5%	-1,35
	TCP	9%	
	ADA	4,5%	
TCP	Milícias	6,9%	2,05
	CV	17,9%	
	ADA	15,5%	
ADA	Milícias	0%	-1,16
	CV	0%	
	TCP	0%	

Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

## Conclusões sínteses

Feita essa passagem pelas dinâmicas específicas da expansão dos grupos armados nas principais circunscrições geográficas da RMRJ, algumas conclusões podem ser realizadas por meio da retomada qualificada das dimensões apontadas no início desta parte:

- 1 A colonização foi o principal método de expansão dos grupos armados ao longo da série, sendo responsável por 77,7% do somatório da expansão territorial anual de todos os grupos armados. No entanto, o período identificado neste relatório como de “gradual retração” (2020-2024) marca o início de uma significativa tendência de queda do avanço dos grupos por colonização, fazendo com que a conquista se tornasse a principal forma de expansão dos grupos a partir de 2023.
- 2 Entre 2007 e 2024 na RMRJ, 91,2% da expansão do controle territorial e 83,6% da expansão do controle populacional das milícias se deu por colonização. Embora o CV tenha colonizado mais que conquistado em toda a série histórica, com 60,4% de expansão por colonização, foi ele o grupo que mais conquistou territórios, sendo responsável por 44,2% do total de conquistas no período. Assim, as milícias conquistaram 25,7% e TCP conquistou 21,5%. Mesmo que apenas 39,6% do avanço territorial do CV tenha sido por conquista, 55,5%, ou seja, mais da metade da sua expansão populacional no período

considerado foi por conquista, demonstrando que as conquistas do CV se deram em locais mais densamente povoados. No caso do TCP e ADA a predominância da conquista sobre a colonização é ainda maior. O saldo total dos ADA foi negativo no período considerado na RMRJ, mas 64,5% e 70,9% do seu avanço no controle territorial e populacional, respectivamente, ao longo da série se deu por conquista. Quanto ao TCP, 68% e 77,7% do avanço do controle territorial e populacional, respectivamente, também se deu por conquista.

- 3** A tendência de reversão do predomínio da expansão por colonização em detrimento da conquista é percebida não apenas para o conjunto da RMRJ, como também em áreas caracteristicamente marcadas pelo anterior predomínio da colonização, como é o caso da Zona Oeste, do Leste e da Baixada Fluminense. Se considerado o acumulado da expansão dos grupos armados no período, a colonização territorial e populacional tem participação absoluta e proporcional maior, mas, ambos os indicadores tendem à redução ao passo que a conquista vai se tornando cada vez mais central, especialmente entre o início dos anos 2020 e o último ano da série histórica (2024).
- 4** Ao longo do período de predomínio da expansão por colonização, as milícias cresceram de forma silenciosa e consistente na Zona Oeste, Baixada e na Zona Norte. O CV também se expandiu de forma importante via colonização no Leste Fluminense e na Baixada Fluminense. No bojo do predomínio da expansão por conquista os confrontos envolvendo facções (entre si e com as milícias) abarcavam muita exposição e pouco retorno relativo em termos territoriais e, em certa medida, populacionais. Este foi o cenário na Zona Sul e Central, com expansão e consolidação do CV. No período mais recente, de 2020 a 2024, o TCP emerge como grupo ascendente, sobretudo nas áreas em disputas (expansão por conquista), como a Zona Norte e a Baixada, mas também com participação importante na Zona Oeste e, em menor medida, no Leste Fluminense. O CV e as milícias também compõem as disputas associadas a expansão por conquista nessas três áreas.
- 5** A mudança da predominância da expansão via colonização pela conquista dirige os interesses dos grupos armados para áreas com grande densidade demográfica, não apenas na Zona Norte e na Baixada, mas também nas no interior das áreas mais densas da Zona Oeste e até do Leste Fluminense. Isto significa que as fronteiras urbanas (sobretudo na Zona Oeste, Baixada e Leste Fluminense) passam a ser colonizados em um ritmo muito menor, mas também que a colonização também pode ser feita em sub-bairros próximos a favelas, como é bastante típico na Zona Norte, onde em favelas atuam preferencialmente facções e no chamado “asfalto” a probabilidade da atuação de milícias é sempre constante.

A inversão de tendência identificada no período, da expansão por colonização para a expansão por conquista tem significados diferentes e não excludentes que é preciso explicitar. A colonização é sempre a primeira forma de atuação de dado grupo armado sob um território e uma população, por vezes até mesmo antecedendo os assentamentos. A colonização de certas áreas por grupos milicianos é parte do processo de urbanização, que vai construir vender e administrar casas, prédios e condomínios, levar transporte para essas residências, além de outros elementos infraestruturais elementares, como eletricidade, coleta de lixo, gás de cozinha, internet, dentre muitos outros. Ainda não nos parece que atingimos um ponto de “saturação” da disponibilidade de terras a serem colonizadas desta forma. Mas pode ocorrer que esta expansão encontre limites de ser operacionalizada, seja por avançar sobre certas áreas com maior e melhor controle e fiscalização, pode ocorrer que as formas de flexibilização legislativa para esta exploração do território tenham momentos mais difíceis dada a visibilidade que este esquema tomou no espaço público, pode ocorrer de certas partes da cadeia de construção civil tenham sido impactadas por investimentos que prendem elos importantes da rede criminal.

De toda forma, não é evidente que este tipo de colonização, associado a produção das cidades nas suas fronteiras urbanas, tenha possibilidade de crescer sempre no mesmo ritmo todo o tempo. Este tipo de colonização é bastante típico da atuação das milícias na Zona Oeste do Rio de Janeiro, praticamente ao longo de toda o período considerado. Contudo, o CV, com menor centralidade da produção do urbano, também liderou a colonização em áreas da fronteira urbana no Leste Fluminense, sobretudo nos anos iniciais da série histórica. Ambos os grupos, adentram a Baixada Fluminense através da expansão por colonização, ainda que com maior centralidade para as milícias.

Ocorre, contudo, que nestes três lugares, sobretudo na Zona Oeste e na Baixada, em menor medida no Leste Fluminense, as conquistas passaram ocupar parte importante da expansão desses grupos nos últimos anos. Como já mencionado neste relatório, o enfraquecimento da maior milícia da Zona Oeste abre o caminho para o CV, e em menor grau o TCP, avançarem via conquista. Na Baixada, somado a esse mesmo episódio, os territórios colonizados são mais contíguos, abrindo espaço para as tensões e, assim as conquistas. No caso do Leste Fluminense, apesar da grande hegemonia do CV, pontualmente outros grupos emergem (milícias e TCP), gerando também confrontos e conquistas localizadas.

Se, mesmo em áreas nas quais anteriormente a expansão se fez por colonização a presença de outros grupos armados enseja uma tendência de aumento proporcional da conquista, em áreas nas quais sempre houve presença de diferentes grupos armados, a conquista parece ser mais constante e vai se acentuando. É o caso da Zona Sul e Central, que em anos bem anteriores à série considerada foram alvos da colonização, mas no período considerado já funcionam soba égide quase exclusiva da conquista.

Na Zona Norte, contudo, ocorre um fenômeno singular, no qual as milícias avançam via colonização e as façções via conquista. Esta dinâmica é a regra até o início dos anos 2020, quando, mesmo a expansão das milícias via colonização passa a se aproximar da conquista. Mas aqui há

uma diferença decisiva. A colonização das milícias na Zona Norte é bastante diferente daquela descrita para Baixada porque funciona de forma mais coextensiva às áreas envolvidas nas disputas associadas à conquista. Trata-se de uma coexistência pactuada encontrada em diferentes locais nos quais a venda de drogas se faz em favelas e a exploração da rede de infraestrutura urbana se faz em sub-bairros.

De forma geral, o significado da tendência de reversão da expansão por colonização pela conquista pode apresentar significados muito diferentes. Pode ser induzida por uma saturação relativa às dificuldades do modelo de negócios associado a produção do urbano, como também ser uma reação à expansão via conquistas de outros grupos armados, mas também pode ser que uma ruptura de convivência da colonização em sub-bairros e da conquista em favelas, neste caso, seja pela proximidade ou pelo rompimento de uma coexistência e tolerância mútua.

De toda maneira, é importante, finalmente destacar que esta tendência atual não é necessariamente definitiva. Na RMRJ ainda existe uma margem bastante significativa de espaços com baixa densidade demográfica “disponíveis” para exploração nas fronteiras urbanas. Mesmo em áreas com alta densidade demográfica, a colonização pode se apresentar e até coexistir lado a lado com espaços conquistados, limitando-se à exploração, no asfalto, de certos serviços como transporte alternativo e venda de internet. Nos parece importante esse ponto porque nesses diferentes cenários, a tendência relaciona-se à superfície territorial disponível à colonização, cada vez menor, e abertura para a conquista através da disputa pelos espaços. Mas isto significa que, progressivamente, são necessários custos maiores para conquistar áreas menores. A colonização, neste cenário, pode ser seguir um meio de expansão menos custoso, seja para o que ainda existe de “disponível” em áreas com pouca densidade demográfica ou para aquela acomodação em áreas com grande densidade demográfica.



# Conclusões gerais e interpretativas

Neste novo relatório do Mapa Histórico dos Grupos Armados, apresentamos não apenas a atualização dos dados para 2024, mas também melhorias técnicas e novas possibilidades analíticas. Entre os avanços metodológicos, destacam-se a redução da arbitrariedade das classificações, o uso de um sistema de prior, a validação externa e a adoção de *shapfile* em escala censitária, todos descritos em detalhe no anexo metodológico. No campo analítico, definimos categorias empiricamente operacionalizáveis que ampliam a capacidade de compreender a atuação dos grupos armados. A distinção entre controle territorial e populacional e a influência territorial e populacional nos permite compreender de forma mais precisa o tipo de incidência dos grupos armados sobre os espaços e seus habitantes. Por sua vez, a distinção entre expansão por colonização ou conquista ajuda na compressão das maneiras pelas quais os grupos armados ampliam o seu controle territorial e populacional. Em seu conjunto, essas categorias possibilitam um ganho de rigor e precisão para a análise da evolução, das características específicas dos grupos armados e das diferentes circunscrições geográficas da RMRJ.

Esses avanços sobre a análise do controle e da influência sobre territórios e população é central para a área de segurança pública no Rio de Janeiro. Contudo, este problema público não se apresenta de forma igual e homogênea em todos os lugares e para todas as pessoas. A atuação de grupos armados ocorre preferencialmente em áreas mais pobres e não brancas, portanto, deve ser considerada como um vetor de aprofundamento das desigualdades sociais estruturais e persistentes no Brasil. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a população residente em áreas sob controle apresenta renda média per capita de R\$1.121 e uma composição de não brancos (pretos, pardos e indígenas) de 69,1%. Em contraste, nos territórios que não estão sob controle armado, a renda média alcança R\$1.658 e a composição de não brancos é de 55,2%. O controle territorial e populacional deve ser concebido, portanto, **não apenas como consequência, mas também como elemento constitutivo da produção e manutenção das desigualdades sociais.**

Ademais trata-se de um problema que nos últimos 18 anos apresentou um crescimento de 98,4% na superfície territorial e de 59,4% na população controlada/influenciada na RMRJ, ou

seja, totaliza em 2024 18,1% da superfície urbanizada habitada (438,43 Km<sup>2</sup>) e 34,9% da população (4.005.500 habitantes). Esse crescimento, contudo, não ocorreu sem variações. Destacamos dois períodos específicos que nos parecem particularmente importantes: o de maior crescimento, entre 2016-2020, que nomeamos como “a grande expansão” e uma pequena e contínua tendência a redução, entre 202-2024, que chamamos de “gradual retração”.

Com relação a esses dois períodos destacados, os dois grupos armados mais importante são o CV e as milícias. O primeiro, pelo seu crescimento contínuo, com poucas variações e, portanto, pela participação total ou peso cumulativo ao longo de todo o período, o segundo pela importância nas variações, pois parte importante da “grande expansão” e da “gradual retração” foi devido ao crescimento ou diminuição das milícias. O TCP e os ADA variam de maneira diferente das oscilações de conjunto. O TCP cresce continuamente e, proporcionalmente, até mais que o CV, emergindo como terceira força em ascensão. Os ADA apresentam uma redução constante, podendo ser caracterizado como um grupo em decadência.

Quando considerado apenas o controle sobre territórios e população, o CV é hegemônico na maior parte do período, tendo sido ultrapassado pelas milícias apenas quanto aos territórios controlados entre 2018 e 2023. Entretanto, quando considerada apenas a influência sobre territórios e população, a partir de 2008, as milícias assumem a liderança e passam a atuar em uma escala muito superior a todos os demais grupos. É por isso que, quando somados o controle e a influência, as milícias emergem como o tipo de grupo hegemônico na maior parte da série, tanto no que se refere aos territórios, quanto à população. Importante destacar, contudo, que a diferença entre milícias e CV no somatório do controle e influência na série é muito menor com relação à população do que a mensurada por territórios, tendo o CV inclusive ultrapassado as milícias em 2024. Isso indica que a influência ocorre em áreas menos densamente povoadas que o controle, seja por ocorrer em fronteiras urbanas ou nas áreas imediatamente contíguas a favelas e conjuntos habitacionais.

É bastante significativo que ao longo do período da “grande expansão” (2016-2019) predominou a expansão por colonização e, no início dos anos 2020, quando se inicia a “gradual retração”, a expansão por conquista passa a apresentar participação maior nesta dinâmica. Isto significa que no acumulado do período considerado a colonização ainda apresenta maior participação total, mas a tendência do início da década corrente é de declínio das colonizações e a consequente prevalência das conquistas. Esta tendência do conjunto da RMRJ ocorre de forma acentuada em áreas com predomínio da conquista (como a Zona Sul, Central e Norte), contudo, é observável também em áreas muito marcadas pela expansão por colonização, como no caso da expansão das milícias na Zona Oeste e do CV no Leste Fluminense e, para ambos, na Baixada Fluminense. O TCP emerge como grupo ascendente, sobretudo nas áreas em disputa (expansão por conquista), como a Zona Norte e a Baixada, mas também tem participação importante na Zona Oeste e, em menor medida, no Leste Fluminense. Os ADA apresentam grande e expressiva retração, perdendo espaço sobretudo para o CV e o TCP.

A expansão dos grupos por colonização é como se dá a expansão do controle territorial e populacional armado para áreas novas, tratando-se de um fenômeno silencioso, frequentemente

sem confrontos, que ocorre principalmente em áreas com menor densidade populacional, e, que, portanto, é de baixa visibilidade pública. Nestas áreas um grupo armado pode atuar como agente de produção urbana através de mercados associados a habitação, transportes, redes infraestruturais de energia, internet lixo, gás e muitos outros. Desta forma, o desenvolvimento urbano é todo feito já com a presença e mediação dos grupos armados, que chega mesmo a anteceder os assentamentos e atuar como parte constitutiva do processo de urbanização através da atuação predatória dos mercados que constituem a produção do espaço urbano.

Este tipo de colonização é bastante típico da atuação das milícias na Zona Oeste do Rio de Janeiro, praticamente ao longo de toda o período considerado. Contudo, o CV, com menor centralidade na produção do urbano, também atuou colonizando áreas da fronteira urbana no Leste Fluminense, sobretudo nos anos iniciais da série histórica. Ambos os grupos, adentraram a Baixada Fluminense através da expansão por colonização, sendo esta a principal forma de expansão sobretudo das milícias nesta região.

Na Zona Norte, contudo, ocorre um fenômeno singular, no qual as milícias avançam via colonização e as facções via conquista. Esta dinâmica é a regra até o início dos anos 2020, quando, mesmo a expansão das milícias via colonização passa a se aproximar da conquista. Mas aqui há uma diferença decisiva. A colonização das milícias na Zona Norte é bastante diferente daquela encontrada na Baixada porque funciona de forma mais coextensiva às áreas envolvidas nas disputas associadas à conquista. Trata-se de um uma coexistência pactuada encontrada em diferentes locais nos quais a venda de drogas se faz em favelas e a exploração da rede de infraestrutura urbana se faz em sub-bairros do asfalto.

A “grande expansão”, feita sobretudo por meio da colonização e marcada pelo crescimento acentuado das milícias, nos parece resultante de um momento que conjugou oportunidades nos mercados de terras e ampliação de serviços de infraestrutura urbana, favorecida pelos investimentos associados aos megaeventos, como também de maior disfuncionalidade estatal devido à falência do Estado do Rio de Janeiro, o desmantelamento das UPP’s e do sistema de metas, além da desastrosa intervenção federal na segurança pública. Já a “gradual retração” coincide com um momento em que as redes criminais das milícias e suas associações com a economia formal (mercado de terras) e política (política partidária) sofreram abalos importantes devido a atuação persecutória dirigida a essas mediações construídas anteriormente. Para o caso das facções do tráfico de drogas, o impacto das UPP’s, com seu conhecido “efeito balão” – a interiorização causada pela migração de traficantes –, foi talvez um impulsionador da expansão do controle territorial e populacional para a Baixada e o Leste Fluminense, mas deve ser notado que o crescimento desse tipo de organização é contínuo em toda a série de 18 anos considerada.

As conquistas passaram despontar como a principal forma de expansão desses grupos a partir do início dos anos 2020. Como já mencionado neste relatório, o enfraquecimento e fragmentação da maior milícia da Zona Oeste abre o caminho para o CV, e em menor grau o TCP, avançarem via conquista nessa região. Na Baixada Fluminense e na Zona Norte os territórios colonizados pelos diferentes grupos são mais contínuos, contribuindo para o acirramento de

tensões e, conseqüentemente, movimentos de conquista. No caso do Leste Fluminense, apesar da grande hegemonia do CV, pontualmente, outros grupos emergem (milícias e TCP), gerando também confrontos e conquistas localizadas.

A inversão da predominância da expansão via colonização pela conquista é característica do cenário de “gradual retração” do controle territorial e populacional armado, em que se observa uma desaceleração da colonização de novas áreas e mesmo o recuo em relação a áreas antes colonizadas. Nesse cenário, os interesses dos grupos armados se voltam mais para áreas com grande densidade demográfica, não apenas na Zona Norte e Baixada, mas também nas áreas mais densas da Zona Oeste e até do Leste Fluminense. Essa desaceleração do ritmo de colonização das fronteiras urbanas (sobretudo na Zona Oeste, Baixada e Leste Fluminense) é observada também que na colonização em sub-bairros próximos a favelas, movimento bastante típico na Zona Norte, onde em favelas atuam preferencialmente facções e no chamado “asfalto”, mais frequentemente as milícias.

Em resumo, a tendência de reversão da prevalência da expansão dos grupos armados por colonização pela conquista pode ser interpretada a partir de diferentes ângulos. Como ela é antes o resultado de uma desaceleração da colonização do que propriamente do aumento das conquistas, pode estar sendo induzida por um possível esgotamento do modelo de negócios associado à produção do urbano por grupos armados. Mas uma vez que se observa sim um patamar mais alto de conquistas que se mantém desde 2019, e que estas se concentram mais em áreas de alta densidade demográfica, onde os espaços controlados por diferentes grupos são muitas vezes contínuos, a saturação do controle territorial armado parece estar induzindo ao acirramento de disputas em algumas regiões.

É importante, finalmente destacar que esta tendência atual não é necessariamente definitiva. Na RMRJ ainda existe uma margem bastante significativa de espaços com baixa densidade demográfica “disponíveis” para colonização por grupos armados nas fronteiras urbanas, que precisam ser protegidos pelo Estado contra possíveis avanços num futuro próximo. Em áreas com alta densidade demográfica, a colonização opera sobretudo expandindo o controle territorial e populacional armado para sub-bairros do “asfalto”, na maioria das vezes para áreas sob influência, geralmente contínuas a favelas, onde os grupos limitam-se à exploração de certos serviços como transporte alternativo e venda de internet. E são muitas as áreas que se encontram nessa situação. Ademais, a tendência de reversão da colonização pela conquista implica em maiores custos (da competição com outros grupos e da presença policial em virtude desses confrontos) para conquistar áreas menores. Dessa forma, colonização se apresenta como um meio de expansão menos custoso (menor competição entre grupos e menor presença policial) e há ainda espaços urbanizados ou não disponíveis para esse avanço.

A articulação das nossas dimensões analíticas (de controle e influência e colonização e conquista), permite uma caracterização das diferenças entre os tipos de grupo armado. As milícias expandindo mais por colonização e sendo hegemônicas no que concerne à influência, dependem de aplicar um nível menor de coerção para que se desenvolvam econômica e politicamente.

te. Concretamente, isso aponta para um modelo de negócios que se baseia na exploração de mercados legais e ilegais de bens e serviços urbanos. No entanto, este modelo de organização é mais suscetível a variações no seu controle/influência que respondem à ação do Estado, possivelmente porque atua principalmente em áreas do asfalto, regularmente policiadas, e porque assenta-se sobre a cooptação de agentes públicos – atores que oferecem importante proteção aos negócios das milícias, mas que quando investigados e punidos geram um maior efeito de desmantelamento das redes, por serem mais dificilmente substituídos. As facções do tráfico de drogas, por sua vez, expandem-se proporcionalmente mais por conquista e baseiam-se predominantemente no controle de territórios e populações, com pouquíssima participação na influência. Sua atuação é, portanto, mais ostensiva, sustentada por maiores investimentos na defesa armada de territórios que controla e na invasão de outros.

Esse modelo político e econômico “discreto” e associado a colonização e influência, contudo, se demonstra mais vulnerável a ações que desmantelem a rede clientelista que a sustenta para conseguir realizar as mediações da implementação de seus negócios e com a política institucional. A influência tem vantagens de ganho de escala econômico e político, mas também apresenta vulnerabilidades, por ser mais sensível a mudanças. O controle, tal como realizado por facções, atrai mais atenção pelos confrontos e controle, mas é mais estável. Na mesma direção, depende de mais tempo para se expandir por ser uma estrutura mais custosa de ser mantida, mas tem aparecido como mais sustentável.



# Anexo Metodológico

## *Definições conceituais, operacionais e suas categorias*

Desenvolver o Mapa Histórico dos Grupos Armados envolveu, desde o início, o esforço de se buscar uma definição conceitual operacionalizável com vista à criação do mapa. O controle territorial armado é caracterizado pelo controle que um determinado grupo exerce sobre uma determinada área geográfica e uma dada população, expresso, obrigatoriamente, em três condições: (i) na extração econômica de diferentes mercados que fazem parte dos recursos territoriais e populacionais; (ii) na capacidade de, em variados graus, intervir e/ou definir normas de conduta e padrões de comportamento; e (iii) na utilização da força (em potencial ou efetivamente) para fazer valer as duas condições anteriores. A influência poderia ser definida como um “controle insuficiente”, ou seja, contém os mesmos elementos do controle, mas de forma menos regular e não integral. A influência, geralmente, é intermitente no sentido de sua oscilação temporal e não apresenta necessariamente as três condições expressas da definição do controle territorial armado.

Essa definição conceitual relaciona-se à sua operacionalização metodológica e empírica, associada a algumas categorias: empreendedorismo violento, empreendedorismo não violento, presença, controle social e categoria uso da força. A seguir, cada uma dessas categorias será explorada a partir de exemplos extraídos de uma análise qualitativa das denúncias, de modo a evidenciar como elas ajudam a interpretar a complexidade das formas de dominação armada.

Empreendimento violento refere-se a qualquer uso da força que seja convertido em renda econômica. Essa categoria abarca desde a cobrança compulsória de taxas de segurança, até a

imposição de monopólio para a oferta de serviços (seja “gatonet” ou venda de drogas), expropriação de bens e pistolagem. O que define o empreendimento como violento é o elemento explícito de coerção e a impossibilidade de recusa por parte dos moradores. As denúncias mostram como milícias e facções do tráfico, em diferentes momentos e lugares, recorrem à violência para consolidar monopólios locais e garantir rentabilidade. Essa categoria possui grande diferença entre os grupos que analisamos, sendo nas regiões de tráfico caracterizada majoritariamente por roubos de cargas, veículos e avisos de invasões em outras favelas para a tomada das pontos de venda de drogas.

O empreendimento não violento diz respeito às práticas econômicas conduzidas por grupos armados em que o uso explícito da força não aparece como meio central de obtenção de lucro. Diferentemente do que ocorre nos empreendimentos violentos, essa categoria captura situações em que a presença armada se inscreve como um dado tácito da organização do território, permitindo que certas atividades econômicas ocorram sem necessidade de coerção direta, ainda que exista uma ameaça implícita. Trata-se de mercados nos quais a intermediação dos grupos armados se dá de forma mais sutil, mas não menos exploratória, a partir de práticas como agiotagem, compra e venda de mercadorias, tráfico de armas e de drogas, contrabando, contravenção, exploração de locais de estacionamento, imposição de serviços de gás, internet e transporte, compra e venda de imóveis, construção de imóveis, receptação, estelionato e lenocínio.

Como mencionado, no caso das milícias, há uma diferença sutil entre o que é classificado como empreendimento violento e não violento, uma vez que ambos envolvem uma cobrança extorsiva de taxas e a imposição do monopólio de serviços. A diferença está, principalmente, na utilização ou não de armas ou ameaças à vida durante a cobrança de taxas. No caso das regiões de tráfico, a maior parte das denúncias desse tipo falam sobre venda de drogas ou roubo de cargas.

O empreendimento não violento, por vezes, se associa a duas outras categorias, presença e controle. O controle nos fala sobre a capacidade dos grupos armados de regular a circulação de pessoas, mercadorias e serviços em determinados territórios, impondo normas e limites que muitas vezes substituem ou se sobrepõem à autoridade estatal. Esse controle se manifesta, muitas vezes, através de barreiras físicas. Em diferentes comunidades, denúncias mencionam a instalação recorrente de barricadas feitas com pedras, pneus, móveis domésticos ou troncos de árvore, com o objetivo de restringir o acesso de veículos e impedir incursões policiais.

Já a categoria de presença nas denúncias diz respeito à ocupação ostensiva e visível do território por agentes armados, que circulam com frequência nas ruas, estabelecem pontos fixos ou móveis de vigilância e fazem do espaço urbano uma extensão de sua operação. Essa presença, embora nem sempre associada ao uso direto da força, constitui uma demonstração contínua de poder e serve tanto para inibir ações externas quanto para lembrar os moradores da autoridade que se impõe no cotidiano.

A categoria uso da força refere-se a ações ou demonstrações explícitas de violência armada, que podem incluir execuções, exibições intimidatórias de armas, confrontos ou movimentações

que indicam prontidão para o combate. Essa categoria destaca momentos em que o poder dos grupos armados se manifesta de forma coercitiva e letal, seja como forma de controle interno, resposta a ameaças externas ou afirmação pública de autoridade.

Importante dizer que em todas essas categorias, assim como as denúncias disponíveis no repositório do Disque-Denúncia, não são um espelho neutro da realidade. Ao contrário, refletem propensões desiguais à notificação por parte do denunciante, envolvendo análise de risco — por exemplo, favelas cujas casas são muito próximas umas às outras podem inibir essas denúncias feitas por ligação ao telefone, por medo de identificação. Ao mesmo tempo, pode existir uma dinâmica temporal de denúncias que nem sempre o aumento de denúncias está correlacionado a um “aumento” na intensidade do controle territorial. Territórios em disputa ou recém-ocupados tendem a gerar picos de denúncia; contrariamente, controles consolidados por longos períodos e relativamente legitimados podem produzir silêncio na população. Soma-se a isso o ruído inerente ao conteúdo textual — ambiguidades, erros, menções imprecisas —, além de eventuais imprecisões geográficas etc.

A base obtida junto ao Disque Denúncia tornou possível a empreitada ao disponibilizar a fonte básica de informação que utilizamos: uma base de dados extensa, com granularidade geográfica, representatividade metropolitana, cobertura temporal e riqueza de conteúdo textual, permitindo o detalhamento espacial e longitudinal que almejávamos. Ainda assim, a construção de um mapa dos grupos armados utilizando denúncias anônimas como fonte principal envolve ao menos dois grandes desafios, cujo desenvolvimento metodológico buscou mitigar: (i) os limites e vieses decorrentes da natureza da fonte de informação; e (ii) eventuais arbitrariedades na operacionalização e classificação de territórios.

Como parte da solução, adotamos uma série de medidas para minimizar erros e vieses junto às denúncias: georreferenciamento de alta precisão e exclusão de denúncias com localização imprecisa; classificação automática do conteúdo das denúncias em cinco categorias de atuação de grupos armados, através de *Machine Learning* supervisionado; apreensão de menções explícitas a grupos armados por busca de expressões regulares (*regex*). Contudo, ainda permanecia o problema da “propensão desigual ao ato de denunciar”, e a necessidade de estabelecer critérios, com a menor arbitrariedade possível, para que a quantidade de denúncias num território se transformasse numa classificação de controle territorial — sem que o mapa se tornasse apenas uma representação espacial de lugares com mais e menos denúncias.

Para contornar estes obstáculos, construímos, de forma inédita, bases de validação de grupos armados com fontes externas às denúncias. À extensa coleta de matérias de jornal que fizemos entre 2005 e 2024, somou-se uma operacionalização de informações contidas na CPI das Milícias de 2008 e o Levantamento de Domínios em Favelas do Rio de Janeiro, de 2005 a 2011, realizado pelo NUPEVI/UERJ (Zaluar, 2012; Zaluar e Barcellos, 2013). O resultado é, ao mesmo tempo, um mapa de grupos armados para 2008 que funciona como “ponto de partida” para os anos seguintes; e principalmente um parâmetro de calibração e validação para o algoritmo que transforma denúncias brutas em classificação de territórios controlados por grupos armados.

Tais escolhas metodológicas exigiram decisões que, se não fossem devidamente tratadas, soariam demasiado arbitrárias. O problema de fundo era, então, definir quantas denúncias seriam necessárias para inferir o controle territorial numa localidade. Uma? Cinco? Dez? Ao longo de quanto tempo? Por qual extensão territorial? Com qual conteúdo? Em que tipo de localidade?

O primeiro passo foi formalizar um **Indicador de Atuação de Grupos Armados (IAGA)**<sup>1</sup>, congregando intensidade, espaço e tempo das denúncias. Em seguida, em vez de fixar limiares convencionais mínimos de IAGA para caracterizar o controle territorial, tratamo-los como parâmetros a serem calibrados. Desenvolvemos um algoritmo de simulação<sup>2</sup> que explora milhares de combinações de limiares e pesos espaciais — permitindo diferenciação de parâmetros para tráfico, milícia, favela e asfalto. O algoritmo minimiza as diferenças com relação ao mapa de validação externa<sup>3</sup>: os parâmetros de IAGA que minimizam esta diferença no ano de 2024 passam a ser os utilizados para todos os anos da série histórica. Aplicamos ainda critérios de persistência temporal que serão detalhados mais à frente.

Ao final, no momento de classificar os territórios, incorporamos a incerteza intrínseca às diversas operacionalizações que fizemos, buscando traçar cenários mais transparentes na avaliação do resultado, sabendo não se tratar de um mapa definitivo e determinístico da atuação e controle territorial, mas o mapa possível de ser realizado — uma aproximação, esperamos, o mais próximo possível da realidade.

Para tanto, selecionamos as 0,5% melhores combinações de parâmetros de IAGA (i.e., as que minimizam a distância com relação à base de validação) e traçamos dois cenários: um conservador, na combinação que minimiza a área controlada por grupos; e um flexível, sendo a combinação que maximiza esta área total controlada. Os territórios classificados no cenário conservador são os que, inferimos, possuem alta probabilidade de terem controle territorial armado; enquanto as localidades presentes apenas no cenário flexível, por precaução metodológica, optamos por tratar como áreas de provável influência destes grupos, ainda que não tenham um controle territorial direto e rotineiro. Vale pontuar, na maior parte dos casos trata-se de áreas contíguas espacialmente.

A figura abaixo (Figura 1) apresenta um resumo dos processos metodológicos. Todos os passos estão detalhados nas seções seguintes.

---

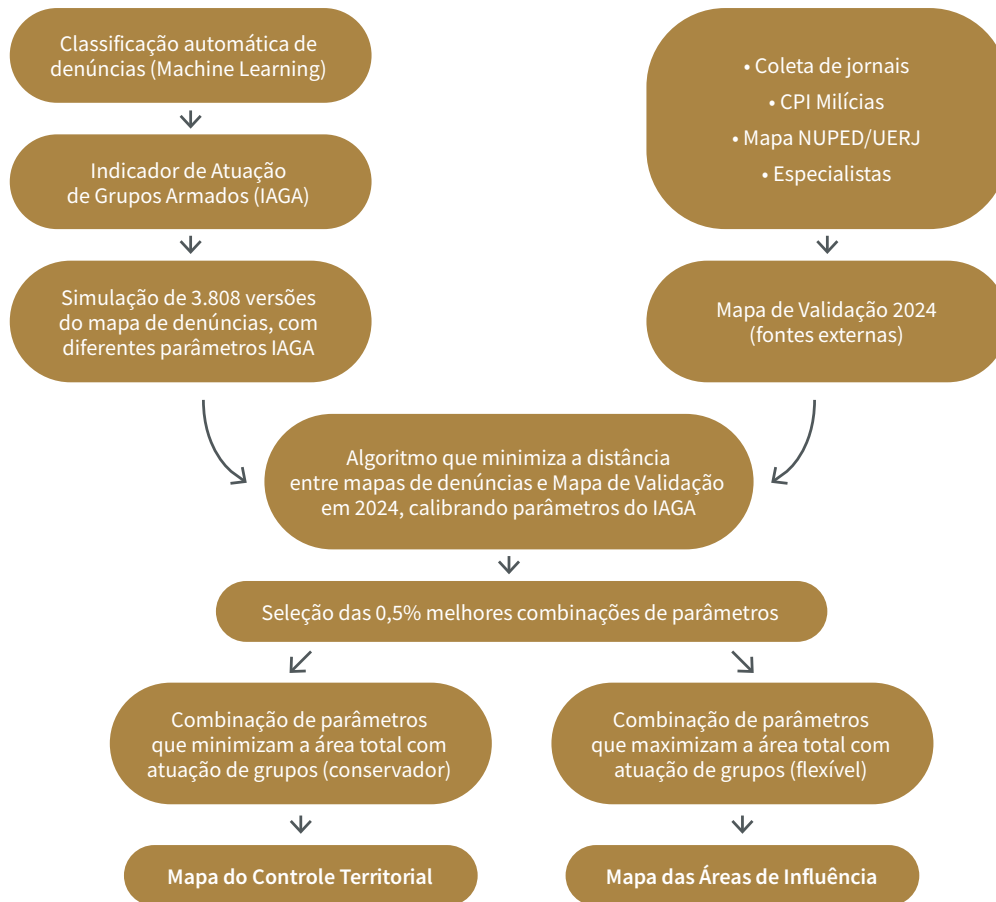
1 A fórmula de construção do **IAGA** consta, em detalhes, no Anexo Metodológico.

2 Os detalhes dos algoritmos de simulação e de otimização podem ser acompanhados no Anexo Metodológico.

3 Além das fontes mencionadas, o mapa de validação externa conta com a colaboração de especialistas ligados ao Instituto Fogo Cruzado e ao GENI/UFF, indicando locais onde certamente “tem” ou que unanimemente “não tem” o controle de grupos armados, aprimorando a calibração do mapa de denúncias. Desejavelmente, aperfeiçoamentos futuros do Mapa Histórico dos Grupos Armados passam pelo aprimoramento desta base de validação, tornando a calibração cada vez mais fidedigna.

Figura 1

## Resumo dos processos metodológicos



### *Geocodificação e classificação automática das denúncias*

Há 27 anos o Disque Denúncia presta um serviço imensurável à sociedade fluminense, dando absoluta segurança e anonimidade para a denúncia, por parte da população, dos mais diversos tipos de crimes, repassando-as para as autoridades. Concebido ainda em 1995, são ao todo cerca de 3 milhões de denúncias cadastradas, confirmando a credibilidade e a consolidação da organização junto à população do Rio de Janeiro. Boa parte destes delitos envolvem a atuação de grupos armados no tráfico de drogas, extorsão de moradores e comerciantes, corrupção com autoridades, levantamento de barricadas, tiroteios e disputas de territórios, assassinatos, favorecimento pessoal etc.

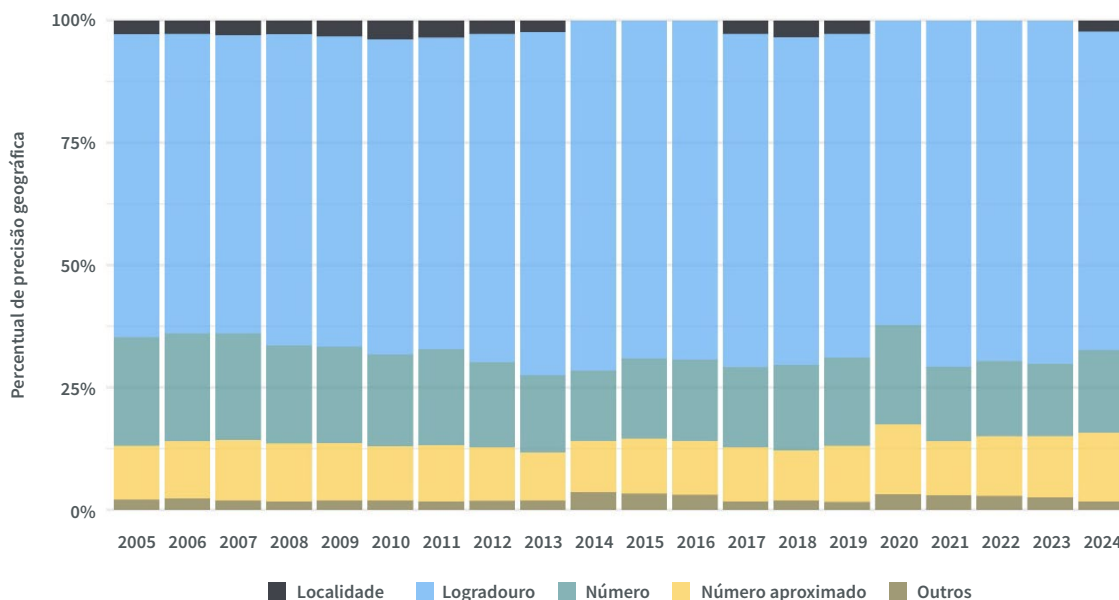
A base de dados obtida junto ao Instituto MovRio, conta com pouco mais de 700 mil denúncias relacionadas a tráfico (envolvendo ou não alguma facção) e milícia. Abrange o período de 2005 a 2024, garantindo, com robustez metodológica, a comparabilidade entre os anos a partir de uma mesma fonte. Do ponto de vista espacial, sua atuação engloba todo o estado do Rio de Janeiro, com boa cobertura territorial na região metropolitana — foco desta pesquisa — e georreferenciamento. Por fim, o campo descritivo com o conteúdo das denúncias é suficientemente rico qualitativamente, permitindo a identificação do grupo armado envolvido (quando há participação de um grupo) e a avaliação das atividades realizadas.

A totalidade das denúncias passou por rígido tratamento para geocodificação, envolvendo a correção de endereços tanto por imprecisões de codificação, quanto pela utilização de categorias nativas, não reconhecidas em endereços oficiais. O processo de geocodificação foi realizado a partir de softwares como *Arcgis*; o pacote *geocodebr*, desenvolvido por Pereira e Herszenhut; e o *Google Maps*, sempre utilizando o *output* de melhor precisão geográfica. Ao final, obtivemos uma precisão em sua larga maioria relativa ao logradouro e/ou o número exato da ocorrência, como exposto no gráfico abaixo (Gráfico 40)

Gráfico 40

### Precisão geográfica das denúncias após geocodificação

(2005-2024, Porcentagem)



Fonte: Mapa Histórico dos Grupos Armados – GENI/UFF e IFC

Diante do resultado satisfatório na precisão alcançada pelas denúncias, tornou-se possível a utilização de uma malha cartográfica também de maior precisão, ainda que com precauções e tratamentos a serem realizados. Para tanto, produzimos uma base original, a partir da com-

binacão da malha de maior precisão sociodemográfica do país — os setores censitários do IBGE — em consonância com uma malha produzida no âmbito deste projeto, em parceria com o Laboratório ESPAÇO de Sensoriamento Remoto e Estudos Ambientais do Departamento de Geografia da UFRJ,

A base de setores censitários é amplamente conhecida e de acesso público<sup>4</sup>, com boa granularidade, e permite a posterior combinação com variáveis sociodemográficas sem maiores problemas. No entanto, a concepção de “favelas e comunidades urbanas” (para 2022; ou “aglomerados subnormais” em 2010) é demasiadamente restrita para lidar com outros territórios que se reconhecem como comunidades e compartilham tais dinâmicas sociais. É comum que, para o Censo Demográfico, sejam consideradas favelas as que compartilham de um determinado estereótipo de ruas estreitas, vielas e/ou morros, com casas muito próximas umas às outras.

Diante disto, uma nova malha cartográfica original foi produzida no âmbito desta pesquisa, com foco em favelas, comunidades urbanas e conjuntos habitacionais, priorizando a representatividade e o detalhamento do território, de modo a atender a diversos mapeamentos e leituras sobre a ocupação e controle territorial. A título de exemplo, localidades como a Cidade de Deus (Rio de Janeiro) e Jardim Catarina (São Gonçalo), não identificadas como comunidades no IBGE, são consideradas comunidades nesta nova base.

Ao mesmo tempo, locais de “asfalto”, ainda que sejam mantidos como polígonos de setores censitários, receberam nomenclaturas nativas que chamamos “sub-bairros”. A nova base foi elaborada e estruturada segundo duas partes:

- » A recuperação de limites e informações sobre as comunidades, definidas por favelas e conjuntos habitacionais, através de diversas fontes. Foram priorizadas algumas fontes de dados secundários: MPRJ, IPP (para o município do Rio de Janeiro), Wikimapia e o Só Favelas. No caso dos vazios, adotou-se os aglomerados de informações oriundas do Disque Denúncia para orientar novas buscas.
- » A divisão territorial, no “asfalto”, em setores censitários, mas com uma pesquisa de identificação e nomenclatura destes territórios em um nível menor que o de bairros, de modo a possibilitar o reconhecimento de áreas com identidade e pertencimento local. Estas unidades foram denominadas aqui por sub-bairros, para fins de identificação — embora, como já pontuado, os polígonos finais de nossa malha cartográfica sejam os setores censitários do IBGE. Para a construção destas nomenclaturas foram utilizados dados do Wikimapia, da base Só Favela e intérpretes selecionados por apresentarem conhecimento reconhecido de áreas específicas.

A base cartográfica final é, então, uma conjugação de setores censitários (IBGE) e de polígonos de comunidade (coleta própria de dados). Os polígonos de uma mesma comunidade (i.e.,

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-di-visoos-intramunicipais.html>. Acesso em 30/09/2025.

compartilham o mesmo nome) foram agregados em torno de um só polígono, e a razão é simples: trata-se de locais com menor precisão geográfica na geocodificação de denúncias, tornando mais seguro tratar cada comunidade como um só ente espacial.

Segundo a identificação de comunidades adotada, cerca de 25% da população da Região Metropolitana vive nestas localidades, o que representa 10% da área total da metrópole. A tabela abaixo (Tabela 4) apresenta as proporções populacionais e de área, na base final, de localidades de “asfalto” e de “comunidades”.

**Tabela 4**

**População e área segundo tipo de localidade na Base Cartográfica utilizada**

Localidade	Região	População (estimativa)	Área (km <sup>2</sup> )	% População	% Área
Asfalto	Baixada	2969587	784,9	84%	92%
Comunidade	Baixada	551682	68,2	16%	8%
Asfalto	Centro	122543	13,8	70%	90%
Comunidade	Centro	52216	1,5	30%	10%
Asfalto	Leste Fluminense	1425633	648,1	76%	89%
Comunidade	Leste Fluminense	456184	80,4	24%	11%
Asfalto	Zona Norte	1563046	161,6	66%	84%
Comunidade	Zona Norte	798689	30,2	34%	16%
Asfalto	Zona Oeste	2043824	390,3	69%	89%
Comunidade	Zona Oeste	920614	48,4	31%	11%
Asfalto	Zona Sul	437747	23,4	78%	92%
Comunidade	Zona Sul	124841	2,1	22%	8%
Asfalto	Total RMRJ	8562380	2022,2	75%	90%
Comunidade	Total RMRJ	2904226	230,8	25%	10%

Por fim, o último tratamento realizado na malha cartográfica foi a eliminação de áreas verdes e/ou não povoadas. Para tanto, foram realizadas duas operações: (i) a retirada de setores censitários com população menor que 10 pessoas; e (ii) a subtração, via imagem *raster* obtida por satélite, de todas as áreas não urbanizadas. Este procedimento é fundamental, dado que territórios localizados nas franjas urbanas costumam ter setores censitários de maior extensão, frequentemente ocupados por áreas verdes — assim evitamos que denúncias fossem atribuídas

indevidamente aos polígonos errados. Ao mesmo tempo, trabalhar com polígonos de vasta extensão não povoada enviesaria todas as estatísticas que levam a área em consideração, incluindo os algoritmos de classificação.

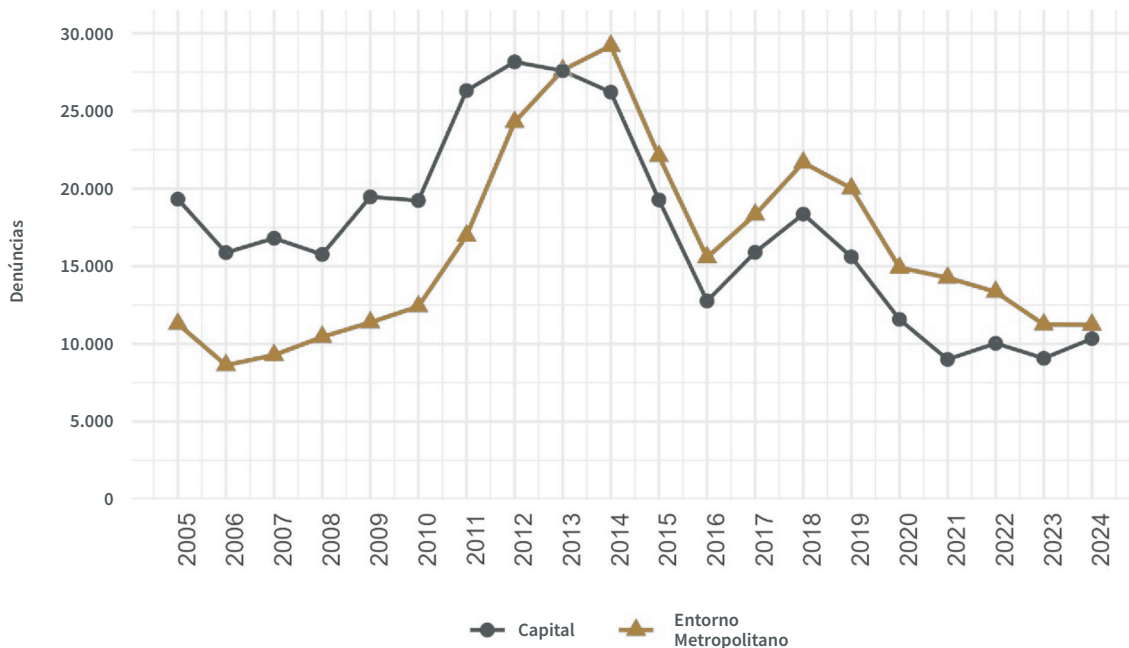
Após a devida geocodificação das denúncias e a construção da malha cartográfica, a etapa seguinte consistiu em classificar o conteúdo das denúncias, qualificando a análise e permitindo a utilização precisa daquelas que, efetivamente, tratavam sobre grupos armados e suas atividades. A título de exemplo, no total superior a 700 mil denúncias que englobavam de alguma forma traficantes ou milicianos, boa parte consistia de notificação de alguma(s) pessoa(s) vendendo drogas em uma determinada rua — o que não necessariamente implicaria na atuação de um grupo armado.

O gráfico abaixo (Gráfico 41) apresenta, ano a ano, o total de denúncias presentes em nossa base, separadamente pela Capital e conjunto de municípios do entorno metropolitano.

Gráfico 41

### Total de denúncias ao ano na Capital e entorno metropolitano

(2005-2024)



Era preciso utilizar de elementos qualitativos para além da simples notificação, que permitissem traçar um quadro mais preciso de cada um dos territórios. Para tanto, foi treinado um modelo de *Machine Learning* supervisionado (mais especificamente, *Support Vector Machine*) para classificação de textos. Uma amostra de denúncias, separada para treino e teste, foi lida e classificada manualmente por nossos especialistas englobando cinco categorias não-excludentes:

(1) empreendedorismo violento; (2) empreendedorismo não-violento; (3) controle; (4) presença; e (5) uso da força.

Os dados foram divididos em dois grandes grupos (tráfico e milícia), de forma a respeitar padrões internos de atividades. Após treinamento e o teste bem-sucedido do algoritmo, toda a base de denúncias foi classificada segundo as categorias, cujo detalhamento está presente no quadro abaixo (Quadro 1).

### Quadro 1

## Categorias de classificação de denúncias

### **Empreendedorismo violento**

**Ação de uso da força, consentida ou não, que a converte em renda econômica.**

1.1 Extorsão - venda de proteção sob ameaça ou efetivo uso da força.

1.2 Cobertura – casos em que a proteção é demandada pelo agente econômico.

1.3 Imposição de monopólio – uso da força para excluir concorrentes de um determinado mercado em uma determinada localidade.

1.4 Expropriação – uso da força para se apoderar do bem de outrem.

1.5 Pistolagem – assassinatos sob encomenda.

### **Empreendedorismo não-violento**

**Ação voltada para a obtenção de renda econômica, seja ela legal ou ilegal, forma ou informal – desde que não necessite, por definição, do uso da força.**

2.1 Agiotagem – empréstimos financeiros e cobrança de juros.

2.2 Comércio – compra e venda de mercadorias. Aqui entram os casos clássicos de galões de água e botijões de gás.

2.3 Tráfico de armas – compra e venda de armas de fogo.

2.4 Tráfico de drogas – compra e venda de drogas ilícitas.

2.5 Contrabando – descaminho de mercadorias.

2.6 Contravenção – exploração de jogos de azar.

2.7 Estacionamento – exploração de locais de estacionamento.

2.8 Transportes – mototáxis e kombis.

2.9 Gatonet – TV a cabo e internet clandestinas.

2.10 Imobiliário – compra e venda de imóveis e terrenos; construção de imóveis para revenda.

2.11 Receptação – Compra de mercadorias furtadas ou roubadas.

2.12 Estelionato – clonagem de cartões e outros tipos de golpe.

2.13 Lenocínio – Exploração da prostituição.

### **Controle**

**Tipo de coerção que não se direciona diretamente para a obtenção de renda econômica, mas que regula a interação cotidiana dos habitantes de determinado território.**

3.1 Retaliação – Ações tomadas em resposta ao não cumprimento de regras ou demandas do grupo armado.

3.2 Circulação – Ações que impedem, dificultam ou fiscalizam, ostensivamente ou não, o ir e vir em determinado local.

3.3 Expulsão – Denota a expulsão de moradores de suas residências e do bairro, seja por qual motivo for. Utilizada em lugar de empreendedorismo violento: apropriação quando não há referência ao uso do imóvel expropriado para a obtenção de renda econômica.

3.4 Comunicações – Fiscalizam dos aparelhos de comunicação dos moradores e com quem eles se comunicam.

3.5 Outros – casos de coerção residuais, que aparecem pouco nas denúncias e para os quais ainda não se encontrou uma subcategoria apropriada. Por exemplo: milicianos que obrigam moradores a colocarem publicidade de determinado candidato durante as eleições; proibição de moradores de edificarem em determinada área ou de pescarem; exigência de que motoristas de vans cedam seus veículos para a realização de enterros; exigência de que o comércio local preste contas aos milicianos do faturamento mensal.

### **Presença**

**Fazer-se presente em um local, seja em um ponto fixo ou circulando pela área, armado ou não, em frequências variadas (diariamente, semanalmente, etc).**

### **Uso da força**

**Propriedade que modifica as demais categorias. Operacionalizada em uma escala de três níveis.**

5.1 Potencial – Quando o uso da força e suas extensões não chega a atos explícitos de agressão física. Denota ações de ameaça ou o medo que se tem de alguns integrantes dado a fama acumulada de ações pretéritas.

5.2 Efetivo não-letal – Quando o uso da força física e suas extensões se traduz em atos de agressão ou sequestro.

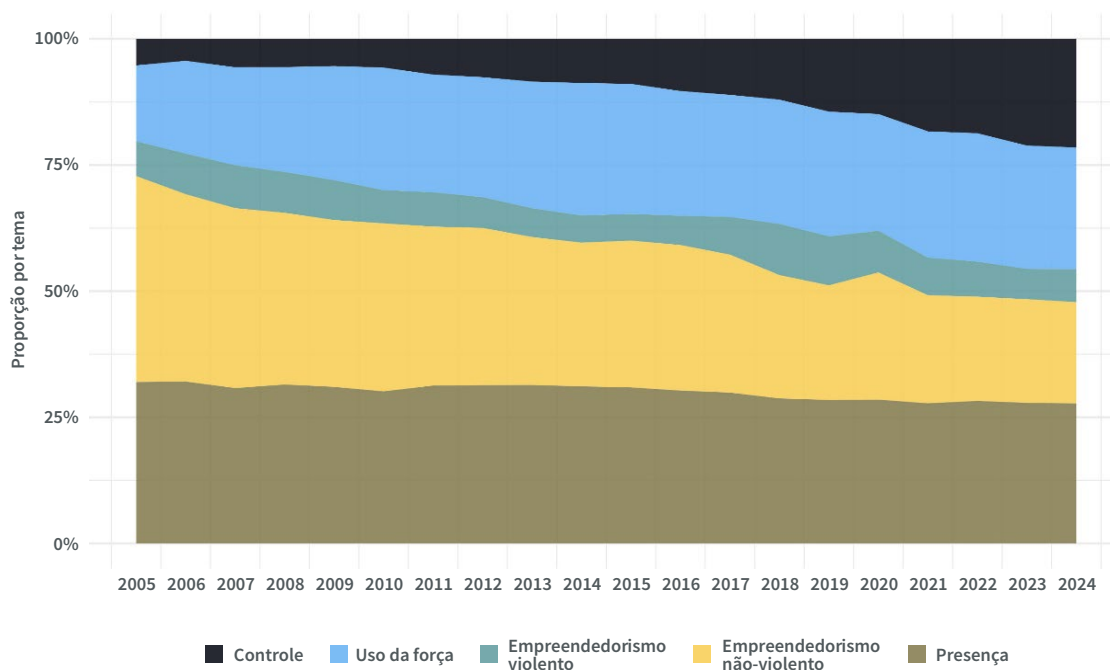
5.3 Efetivo letal – Quando o uso da força física e suas extensões leva ao óbito da vítima, intencionalmente ou não.

O gráfico a seguir (Gráfico 42) apresenta a proporção, ano a ano, dos temas prevalentes nas denúncias. A categoria “Presença” mantém-se estável ao longo da série, enquanto se observa uma diminuição do “Empreendedorismo não-violento”. De forma mais notável, o aumento da ocorrência de denúncias de “Controle” significa, em boa parte, episódios de instalação de barricadas por grupos armados, atividade típica para caracterização do controle territorial armado.

Gráfico 42

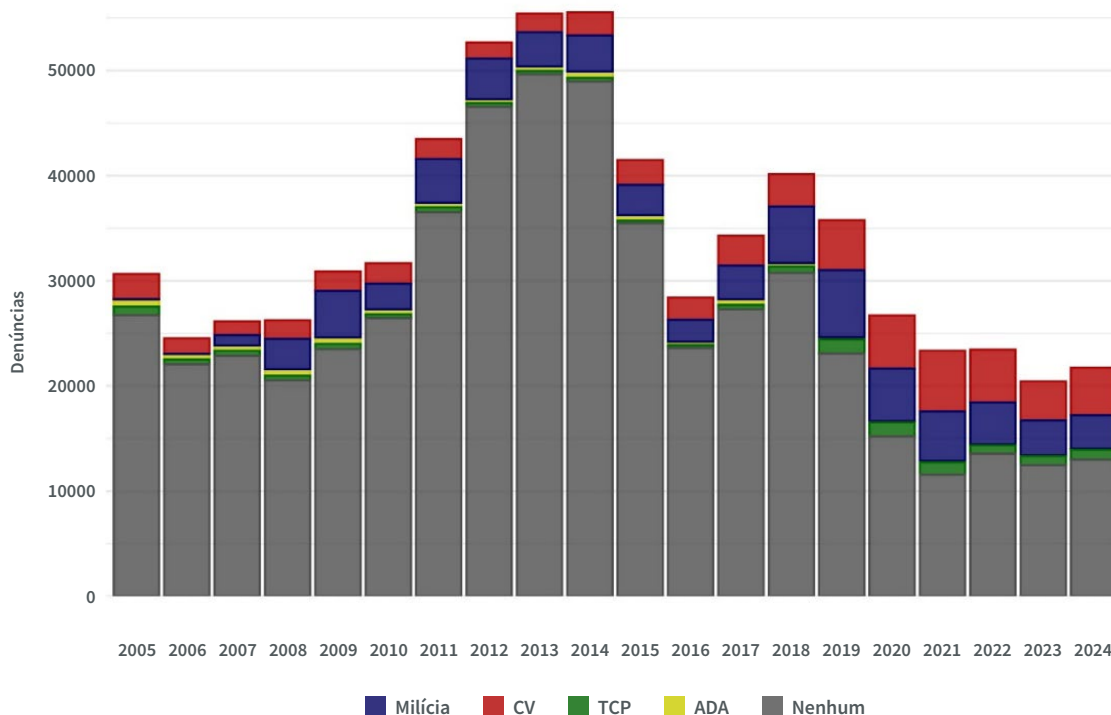
### Proporção ao ano dos temas presentes nas denúncias

(2005-2024, porcentagem)



Além da classificação temática das denúncias, também foi realizada busca de expressões regulares (*regex*) para identificação de menções explícitas a grupos armados e suas variantes. Obtivemos, assim, menções a quatro facções/tipos de grupo armado: Comando Vermelho (CV); Amigo dos Amigos (ADA); Terceiro Comando Puro (TCP); e Milícia. O gráfico abaixo (Gráfico 43) apresenta, no eixo vertical, o total de denúncias ano a ano que menciona algum grupo armado ou nenhum grupo, sendo a composição de cores de cada barra referente à proporção de cada grupo sobre o total do ano.

## Denúncias ao ano com ou sem menções a grupos armados (2005-2024)



Dois pontos chamam a atenção neste gráfico: o fato de que a maioria das denúncias não menciona grupo — trata-se, em especial, de denúncias sobre traficantes em geral, o que não significa que não havia grupos organizados atuando na ocorrência; e em segundo lugar, o notável decaimento do total de denúncias a partir de 2015.

A queda do total de denúncias, contudo, é focada naquelas sem menção a nenhum grupo. Quando observamos apenas o total de denúncias que mencionam algum grupo, o Gráfico 44 apresenta o claro crescimento de notificações a partir de 2017, chegando ao ápice no ano de 2019. Já a o Gráfico 45, em seguida, reproduz a análise separadamente para Capital e entorno metropolitano.

Gráfico 44

### Denúncias ao ano com menção aos grupos armados

(2005-2024)

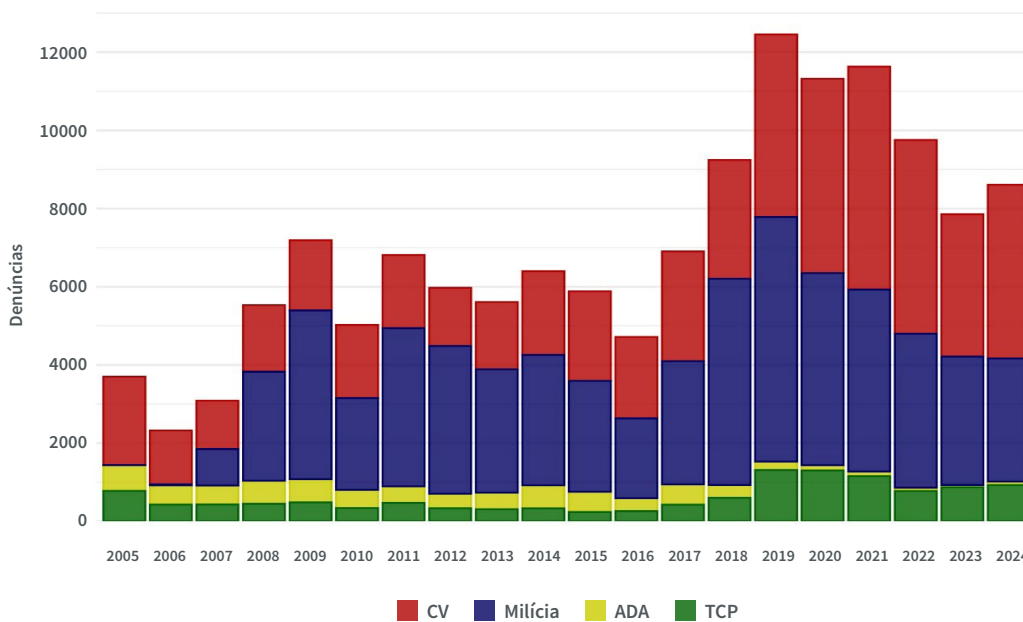
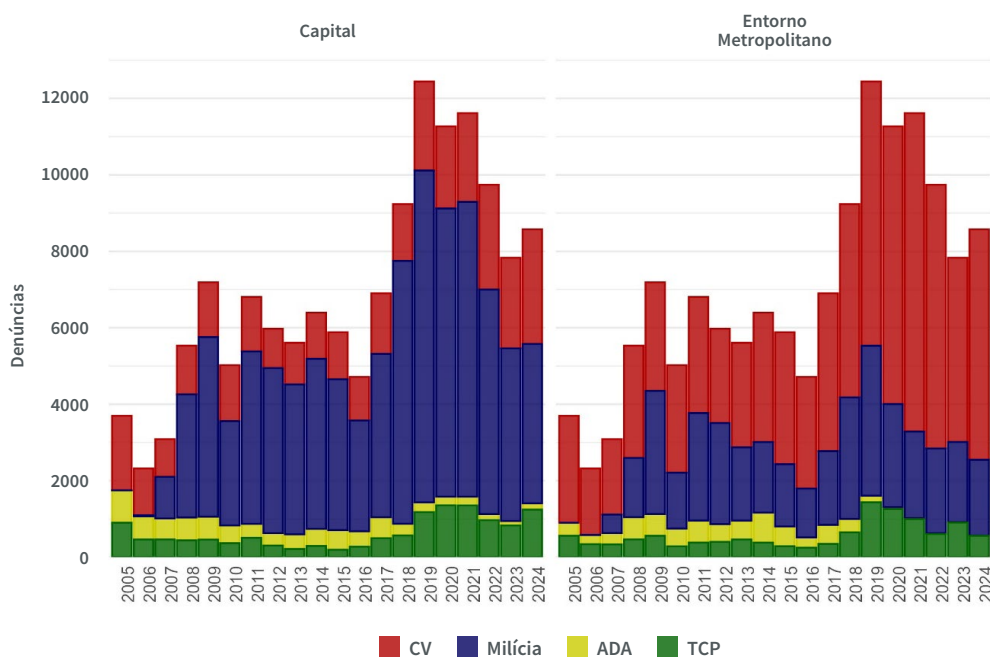


Gráfico 45

### Denúncias com menção grupos armados ao ano na Capital e Entorno Metropolitano

(2005-2024)



O crescimento robusto na Capital e no entorno metropolitano apresenta fortes indícios de uma possível intensificação da atuação de grupos armados desde então. Seria prematuro, contudo, analisar apenas a partir das denúncias agregadas, pois ao menos dois outros fatores poderiam estar coocorrendo: (1) um maior reconhecimento, por parte da população, dos nomes dos grupos no momento da notificação, tendo em vista a diminuição geral de denúncias sem menção a grupos desde então; e (2), mais importante, o agravamento poderia estar concentrado em “poucos” lugares que passaram a receber muito mais denúncias, inflando os números — o que não necessariamente significa, portanto, que mais territórios estejam suscetíveis aos grupos.

A investigação para se traçar um quadro geral da atuação de grupos armados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro deve, portanto, ser feita da forma mais territorializada possível, levando em conta também a trajetória temporal destes espaços. É o que as próximas operacionalizações metodológicas buscam alcançar.

## *Ponto de partida e validação*

Há dois motivos para a construção de um mapa “alternativo”, independente das denúncias: ter um ponto de partida temporal; e obter, em algum grau, validação externa para calibração de parâmetros de denúncias. Um mapa que partisse diretamente das denúncias correria o alto risco de considerar “controlada”, num determinado ano, uma localidade que já contasse com atuação de grupos armados desde antes — o que, inevitavelmente, enviesaria todas as análises de escopo longitudinal.

Para construir este ponto de partida, utilizamos três fontes externas às denúncias: (1) um rigoroso processo de coleta de notícias em veículos jornalísticos, focados em comunidades de toda a região metropolitana (quinquênios de 2005 a 2024); (2) a base de dados do Levantamento de Domínios em Favelas realizado pelo NUPEVI (UERJ) entre 2005 e 2011 (Zaluar, 2012; Zaluar e Barcellos, 2013) e que abrange as comunidades da Capital; e (3) as localidades descritas na CPI das Milícias de 2008, como forma de alcançar territórios de asfalto que, sabidamente, tinham a atuação de milícias. Por se tratar de uma coleta própria, realizada no âmbito desta pesquisa, daremos maior ênfase à pesquisa com jornais e, em seguida, descrevemos os processos com as demais fontes.

A pesquisa utilizou um conjunto rigoroso de etapas e ferramentas para assegurar a qualidade e a confiabilidade dos dados coletados. As atividades incluem a verificação inicial da existência e localização de favelas, o uso de inteligência artificial para buscas preliminares em fontes digitais, e a investigação detalhada em acervos de jornais. O registro e análise dos resultados seguem critérios padronizados para identificar grupos armados, suas lideranças e conflitos, promovendo a transparência e a replicabilidade do estudo.

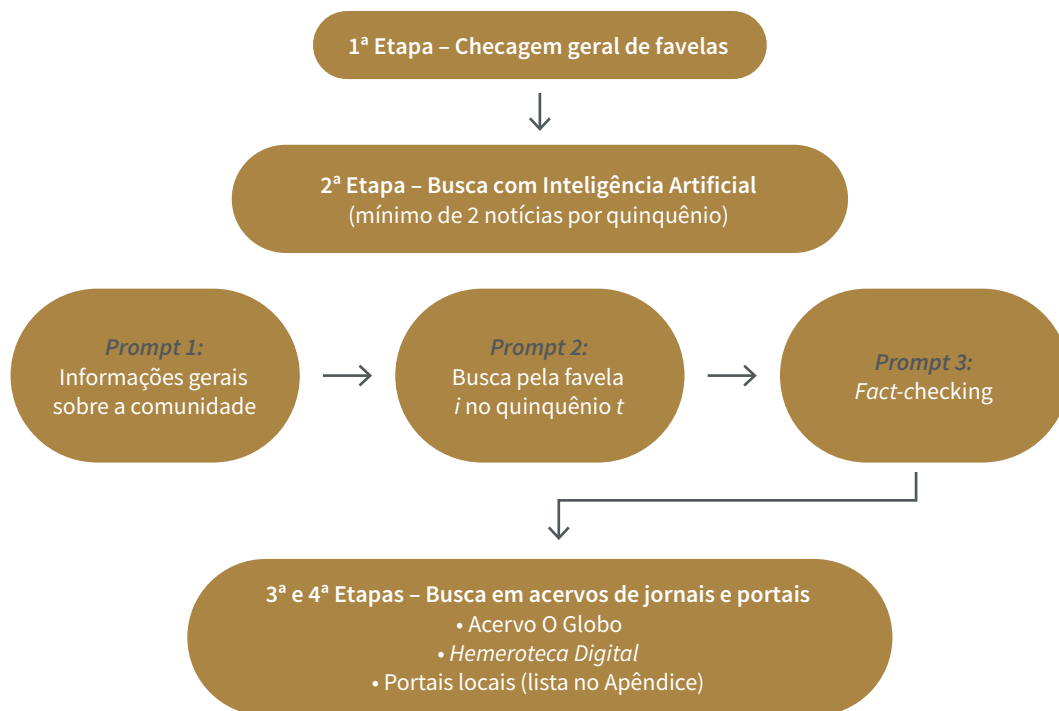
A coleta foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2025, ao longo de quatro semanas, por uma equipe de 11 pesquisadores contratados a partir de uma chamada pública. A pesquisa teve início

com dois dias de formação, nos quais o protocolo foi apresentado em detalhes, com a manutenção de reuniões semanais de avaliação do progresso e retirada de dúvidas. Cada pesquisador foi responsável por investigar entre 70 e 80 favelas, totalizando 906 localidades a serem analisadas — parte delas, contudo, não foi possível de se obter informação. Ao mesmo tempo, houve um processo de checagem cruzada entre pesquisadores para assegurar a confiabilidade das informações coletadas. Foram abarcados um total de vinte anos, agrupados em cinco quinquênios: 2005 – 2009; 2010 – 2014; 2015 – 2019; 2020 – 2024.

Para cada favela  $i$  no quinquênio  $t$  investigada por cada pesquisador, foi utilizado um protocolo de coleta. A primeira etapa realizou uma checagem geral das comunidades disponíveis em nossa malha cartográfica: existência; nomenclatura; bairro correto; geolocalização. A segunda etapa consistiu em uma busca com protocolo padronizado de *prompts* para Inteligência Artificial, notadamente o *Chatgpt*, ativando o mecanismo de busca online. O objetivo era de alcançar no mínimo duas notícias, por favela, para cada quinquênio. Três *prompts* foram desenvolvidos para utilização em sequência, com os seguintes objetivos: (1) informações gerais da comunidade; (2) busca pelo quinquênio  $t$  até  $t + 4$ ; (2) *fact-checking* da busca. Caso a meta de duas notícias não fosse alcançada para o quinquênio, orientou-se a busca ativa em acervos de veículos como *O Globo*; jornais presentes no acervo da *Hemeroteca Digital*; além de portais locais e/ou comunitários. Por fim, uma última etapa para o cumprimento da meta consistia na busca no *Google* pelo nome da favela com operadores booleanos.

Figura 2

## Protocolo de pesquisa para coleta em jornais



Ao final, foram obtidas informações de grupos armados para 414 favelas, e aquelas que não tiveram notícias sobre grupos para todos os quinquênios mantiveram o grupo anteriormente assinalado — partindo-se da premissa que uma mudança de domínio é um evento que provavelmente seria noticiado. A Tabela 5 apresenta o saldo geral da coleta de dados em jornais.

Tabela 5

### Saldo de favelas com grupos armados em pesquisa com jornais

Ano	Favelas marcadas com				Sem informação	Total de favelas*
	CV	ADA	TCP	Milícia		
2007	74	9	20	50	262	414
2008	74	8	20	56	256	414
2009	84	11	26	56	237	414
2010	97	12	28	61	217	414
2011	105	13	31	68	198	414
2012	108	13	33	70	191	414
2013	108	13	36	70	188	414
2014	119	19	48	73	157	414
2015	133	20	45	81	140	414
2016	150	21	47	79	125	414
2017	162	21	56	81	102	414
2018	173	15	72	81	81	414
2019	174	11	75	96	67	414
2020	178	17	78	104	55	414
2021	184	15	74	109	48	414
2022	193	20	73	109	34	414
2023	213	18	75	98	20	414
2024	235	23	82	86	0	414

\*Total de favelas não corresponde exatamente à soma dos grupos e das sem informação, pois há algumas poucas favelas marcadas com mais de um grupo.

A coleta de dados a partir de pesquisa em jornais foi fundamental para obtenção de informações para validação, além de ajudar a construir um ponto de partida, sobretudo em favelas fora da Capital. A complementação deste ponto de partida, para grupos armados na Capital,

deu-se utilizando o Levantamento Domínios em Favelas do Rio de Janeiro 2005 – 2011, do NUPEVI/UERJ. Por fim, localidades de asfalto com atuação de milícias até 2008 foram abarcadas com informações da CPI das Milícias.

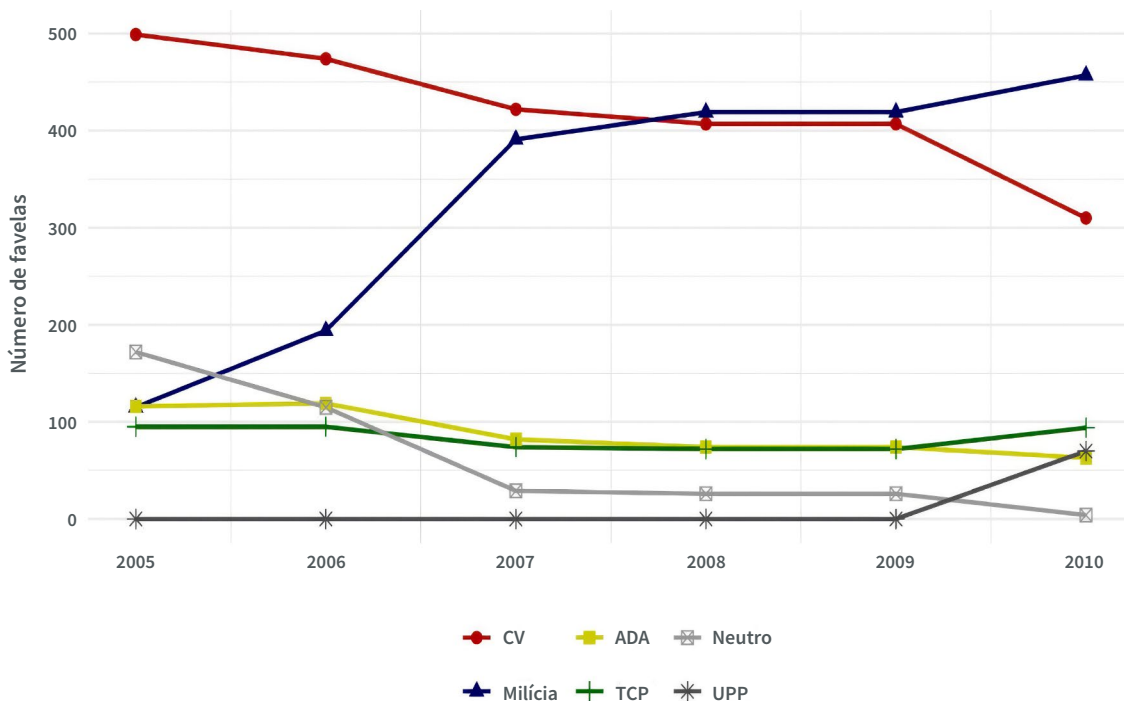
O principal ponto de partida que obtivemos para a nossa série histórica do município do Rio de Janeiro foram as pesquisa conduzida pela professora Alba Zaluar. O levantamento foi realizado por uma equipe que percorreu o território da cidade, através de trabalho de campo com entrevistas a informantes-chave em busca de informações sobre a facção que controlava a comunidade, a partir da lista de 965 favelas existentes no município segundo o Instituto Pereira Passos. Conforme os autores (Zaluar e Barcellos, 2013; Barcellos e Zaluar, 2014), cada uma delas recebeu visita da equipe de campo para, em entrevista com interlocutor, a identificação da facção em 2010 e quais tinham sido as anteriores até 2005 — sendo esta, portanto, a única pergunta do levantamento.

A base nos foi gentilmente disponibilizada pelo Laboratório de Informações em Saúde (LIS) da Fiocruz, colaborador na pesquisa com o NUPEVI/UERJ. Reproduzimos o domínio territorial de cada grupo, por quantidade de favelas, entre 2005 e 2010.

Gráfico 45

### Evolução de grupos armados em favelas, segundo NUPEVI/UERJ

(2005-2010, Capital, Número de comunidades)



Fonte: NUPEVI/UERJ; elaboração própria.

Utilizamos como ponto de partida para o mapa os dados referentes a 2007. A partir de 2008 as denúncias já passam a ser levadas em conta na classificação dos domínios, conforme será detalhado no item 3 deste anexo metodológico.

O levantamento do NUPEVI/UERJ permitiu o estabelecimento de um ponto de partida confiável para o município do Rio de Janeiro; enquanto a coleta a partir de jornais proveu informações de favelas também fora da Capital, nos municípios da Baixada Fluminense e Leste Metropolitano. Faltava, contudo, apreender algum tipo de atuação fora das favelas. Pela própria dinâmica de atuação dos grupos, é de difícil apreensão as movimentações do tráfico fora das comunidades, sobretudo há quase duas décadas. As milícias, por outro lado, sabidamente atuam nestes territórios, e a Comissão Parlamentar de Inquérito (Resolução Nº 433/2008), conhecida como CPI das Milícias, identificou parte destas localidades.

Foi elaborado um Disque Milícia para viabilizar a participação da sociedade, num modelo análogo ao do Disque Denúncia, e entre 30 de junho de 2008 e 31 de outubro de 2008 foram analisadas 1162 denúncias pela comissão. O relatório final da CPI publicou uma lista detalhada de localidades com atuação de milícias nos municípios da Região Metropolitana, com detalhamento da formação do grupo, tempo de atuação, tipo de atividade realizada e, por vezes, nomeação dos líderes e integrantes.

Para fazer a geolocalização destas localidades, elaboramos um protocolo de coleta das informações para combinação com nossas bases prévias. Foram consideradas apenas localidades nas quais a natureza das atividades dos grupos milicianos, tais como relatadas na CPI, foram consideradas “graves” o suficiente enquanto indicativos de um controle territorial. Mais especificamente, levamos em conta ações e relatos que envolviam diretamente moradores das localidades: cobrança de taxas de moradores (não apenas de comerciantes); expulsão de residência, formas de intimidação de pessoas, cobrança de taxas de segurança etc. Foram considerados apenas casos nos quais havia detalhamento suficiente sobre essa atuação (e.g., nome dos líderes; tempo de atuação no local; ou número de integrantes do grupo etc.). A leitura do material original e sua tabulação foi feita manualmente pela equipe.

Do ponto de vista da geolocalização, o relatório da CPI não é geograficamente preciso a nível de coordenadas — costuma apenas indicar nomes de bairros, sub-bairros, favelas ou algumas ruas. Partimos, então, sempre do nível mais desagregado possível da informação, e fazemos o pareamento com os polígonos da nossa malha cartográfica referentes à localidade; quando não há pareamento por nome, georreferenciamos manualmente as coordenadas referentes à localidade. O recorte de territórios segue uma diretriz cautelosa do ponto de vista geográfico, evitando inferir grandes áreas com atuação de grupos sem que tenhamos precisão e robustez das informações.

Por fim, todas as localidades citadas são validadas com as próprias denúncias do Disque Denúncia, de 2005 a 2008. Nossa base de “ponto de partida” das milícias precisa, então, satisfazer três condições:

- (1) ter sido citada na CPI com gravidade condizente ao controle territorial, com detalhamento suficiente da atuação e precisão geográfica**

- (2) **ser validada pela existência de denúncias de milicianos naquelas localidades nos anos anteriores (2005 – 2008)**
- (3) **ter maior quantidade de denúncias de milicianos do que de facções de tráfico, indicando assim um controle territorial, e não áreas de disputa entre grupos.**

O saldo final da estimativa de população nos territórios marcados após o levantamento com os dados da CPI consta da Tabela 6.

**Tabela 6**

**Estimativa populacional em áreas de milícia segundo processamento de dados da CPI (2008)**

Tipo de território	Localização	População
Asfalto	Entorno Metropolitano	11143
Asfalto	Capital	58896
Comunidade	Entorno Metropolitano	7663
Comunidade	Capital	202561

A combinação das três fontes de informação externas (pesquisa em jornais; levantamento NUPEVI; e CPI das Milícias) torna possível um mapa detalhado da atuação de grupos armados em 2007, como ponto de partida para receber as informações advindas das denúncias. Como as denúncias já estavam disponíveis entre 2005 e 2007, as utilizamos como forma de desambiguação para alguns poucos casos de informações contraditórias, em localidades que a pesquisa de jornais dava informações diferentes às do NUPEVI, ou da CPI.

O mapa abaixo (Mapa 2) apresenta o mapa final do “ponto de partida” a partir da combinação das três fontes.

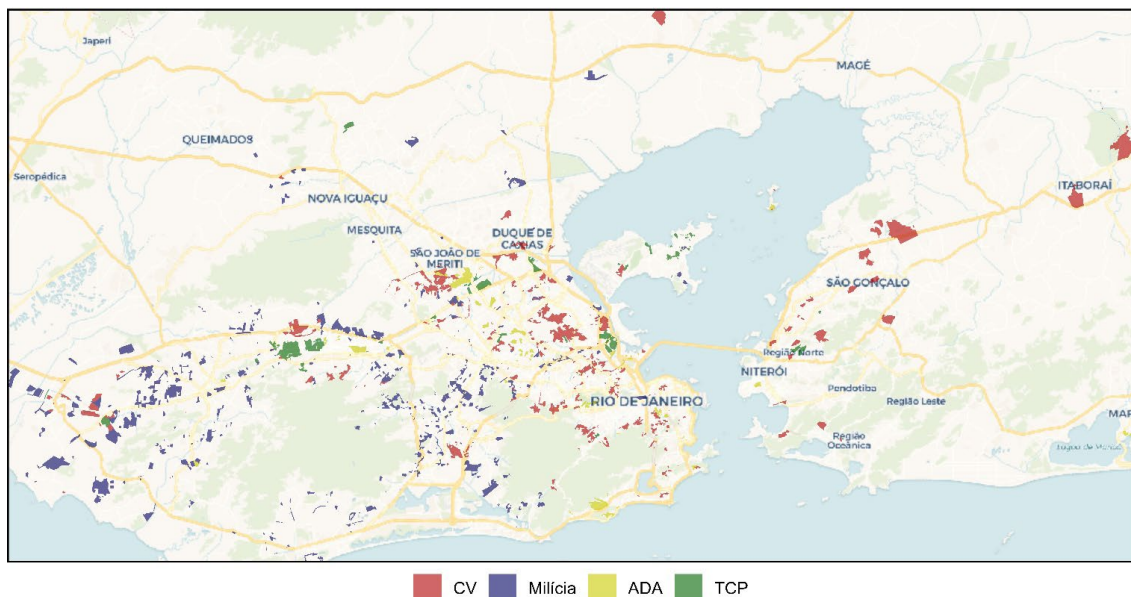
Após a construção da base referente ao “ponto de partida”, de forma semelhante construímos a base de validação, referente ao ano de 2024. Para tanto, foram utilizadas as matérias de jornais que indicassem grupos armados naquele ano; combinadas com a participação de especialistas do Fogo Cruzado e/ou moradores em contato com a equipe, que indicassem, na base, duas categorias: (i) polígonos que sabidamente, por experiência própria, proximidade ou informação pública eram controlados por determinado grupo armado; (2) polígonos que sabidamente não eram controlados por nenhum grupo armado — para fins de exemplo, algumas áreas nobres da Zona Sul ou Niterói.

O objetivo da base de validação não é ser uma base perfeita, afinal, se assim o fosse, não seria de validação — seria o próprio mapa final. O propósito é marcar parte dos polígonos como locais com alto grau de certeza sobre a existência ou não-existência de grupos armados, de forma a

melhor calibrar os parâmetros para o algoritmo de otimização. Após a calibração geral do algoritmo, mesmo as localidades com relativa “certeza” sobre a existência ou não de grupo, podem ser reclassificadas, caso tenham recebido denúncias para tal — ou seja, trata-se de um método de calibração de parâmetros e diminuição de incertezas, mas não determinístico.

## Mapa 2

### Mapa inicial dos grupos armados em 2007, com fontes externas



### *O algoritmo de classificação*

Como já mencionado, a estratégia para a classificação de territórios envolve a construção de um Indicador de Atuação de Grupos Armados (IAGA), com base nas denúncias; e a calibração do indicador para um resultado que minimize as diferenças de um mapa de denúncias com relação à base de validação. Com isso obtemos, então, o *limiar* mínimo de IAGA para que um território seja classificado como controlado por um grupo armado. Ao final desta seção, são acrescentados critérios adicionais relacionados à persistência temporal das localidades enquanto “controladas” e a diferenciação entre áreas de controle territorial e áreas de influência.

O objetivo do indicador é ser o mais sintético possível, mas com a possibilidade de agregar intensidade, temporalidade e espacialidade. Para tanto, separamos as denúncias em dois tipos, conforme a classificação automática de denúncias: severas, quando o conteúdo trata de “uso da força”, “empreendimento violento” ou “controle”; e não severas, quando diz respeito apenas à “presença” ou ao “empreendimento não violento”.

Do ponto de vista da espacialidade, utilizamos a área do polígono como denominador da equação; e incorporamos informações dos vizinhos, com pesos espaciais. Trata-se de uma estratégia para minimizar vieses: locais muito grandes, por exemplo, naturalmente têm maior probabilidade de receber denúncias; ao mesmo tempo, denúncias não são 100% precisas em sua geocodificação, tampouco o fenômeno é espacialmente restrito ao ponto denunciado. Em se tratando de polígonos pequenos como os nossos, diminuimos riscos de inferência ecológica, ao mesmo tempo em que o peso dos vizinhos permite uma propagação espacial paulatina do fenômeno.

Por fim, o aspecto temporal do nosso indicador diz respeito (i) à agregação, por dia, das denúncias que incidem num mesmo ponto — evitando, assim, vieses de denunciante diferentes reportarem o mesmo fenômeno, inflando o número para o polígono —; e (ii) a agregação anual destes “dias com denúncias”, de tal forma que o mapa é produzido anualmente. Formalizamos o IAGA em notação, e para cada grupo armado  $g$ , polígono  $i$  e ano  $t$ , e intensidade de denúncias  $s$ , definimos

$$(i) \quad IAGA_{it}^{(g,s)} = \underbrace{w_0 \frac{S_{it}^{(g,s)}}{A_i}}_{\text{Próprio polígono}} + \left( \underbrace{w_1 \frac{S_{it,N}^{(g,s)}}{A_{N,i}}}_{\text{Vizinhos 1ª ordem}} + \underbrace{w_2 \frac{S_{it,F}^{(g,s)}}{A_{F,i}}}_{\text{Vizinhos 2ª ordem}} \right)$$

Formando então um indicador para denúncias severas  $IAGA_{it}^{(g,severas)}$  e outro indicador para denúncias não severas  $IAGA_{it}^{(g,não\ severas)}$ , em que:

$S_{it}^{(g,s)}$	Quantidade de dias em que houve denúncias do tipo $s$ ( <i>severas</i> ; <i>não severas</i> ) explicitamente citando o grupo $g$ dentro do polígono $i$ , no ano $t$ .
$S_{it,N}^{(g,s)}, S_{it,F}^{(g,s)}$	Soma do mesmo indicador nos vizinhos de 1ª e 2ª ordens.
$A_i$	Área do polígono $i$ em $\text{km}^2$ (assumimos $A_i \geq 1$ para evitar divisão por valores muito pequenos).
$A_{N,i}, A_{F,i}$	Áreas agregadas dos vizinhos de 1ª e 2ª ordem, respectivamente (mínimo $1 \text{ km}^2$ ).
$w_0, w_1, w_2$	Pesos espaciais atribuídos ao próprio polígono, vizinhos de 1ª ordem e de 2ª ordem (ex.: $w_0 = 1, w_1 = 0,5, w_2 = 0.25$ ).

Cada polígono em cada ano tem, portanto, seus valores possíveis de  $IAGA_{it}^{(g,s)}$ . Com isto em posse, classificamos o polígono como “provavelmente de uma facção de tráfico ou milícia”, se este valor estiver acima de um determinado *limiar*  $\tau_{\text{tipo localidade}}^{\text{tipo domínio}}$ , que é variável para as combinações de tipo de controle (tráfico, milícia) e tipo de localidade (favela e asfalto)<sup>5</sup>.

Formalmente, precisa satisfizer as seguintes condições:

$$\begin{aligned}
 \text{(ii) } \textit{Provável Tráfico}_{it}^{\textit{facção}^6} = & \\
 & (IAGA_{it}^{(\textit{facção,severo})} \geq \tau_{\textit{tipo localidade}}^{\textit{tráfico}}) \vee \\
 & (IAGA_{it}^{(\textit{facção,nãosevero})} \geq \tau_{\textit{tipo localidade}}^{\textit{tráfico}} \wedge \\
 & IAGA_{it}^{(\textit{facção desconhecida,severo})} \geq \tau_{\textit{tipo localidade}}^{\textit{tráfico}}) \\
 \text{(iii) } \textit{Provável Milícia}_{it} = & IAGA_{it}^{(\textit{milícia,severo})} \geq \tau_{\textit{tipo localidade}}^{\textit{milícia}}
 \end{aligned}$$

Em suma, o IAGA severo de tráfico deve estar acima do limiar; ou, de forma alternativa, o IAGA não-severo (desde que mencionando a facção) e o IAGA severo (sem saber a facção) podem estar acima do limiar. Para milícias, como não há “facção desconhecida”, basta estar acima do limiar para ser classificado.

As regras de mudança de grupo seguem critérios de evidências de denúncias com lastro histórico. A mudança ocorre quando, no mesmo ano  $t$ , há “perda” da condição de um grupo e “entrada” de um novo grupo. No caso, o grupo que estava classificado até então deixa de atender ao seu critério “severo” no ano  $t$ . Ou seja,

$$\text{(iv) } IAGA_{it}^{(\textit{facção,severo})} < \tau_{\textit{tipo localidade}}^{\textit{tráfico}}$$

**e, adicionalmente,** há presença atual (acima do limiar) de algum rival<sup>7</sup> com algum histórico passado no local:

$$\text{(v) } IAGA_{it}^{(\textit{nova facção, s})} > \tau_{\textit{tipo localidade}}^{\textit{tráfico}} \wedge IAGA_{it-1}^{(\textit{nova facção, s})} > 0$$

<sup>5</sup> Adicionalmente, no ano base (i.e., 2007), adotamos uma regra estrita: um grupo é classificado apenas se todos os IAGA (severo e não severo) dos demais grupos forem zero. Para  $t > t_0$ , utilizamos a regra ajustada, sem exigir que os IAGA rivais sejam nulos.

<sup>6</sup> Para *facção*  $\in \{CV, ADA, TCP\}$ :

<sup>7</sup> Para Milícia, o canal *facção desconhecida* não é considerado rival nesta perda.

Em termos práticos, a ideia é simples: só há troca de controle quando um grupo deixa de atingir os critérios e, no mesmo ano, um outro grupo passa a atendê-los. Na ausência de informação nova sobre um eventual grupo rival, o grupo até então dominante permanece para os anos seguintes.

Anteriormente formalizaram-se os critérios necessários para a classificação de um local como de “provável grupo armado” (CV, ADA, TCP ou Milícia) no ano  $t$ , a partir de regras relativamente simples: a necessidade de o indicador de atuação de grupos armados (IAGA) ultrapassar um determinado limiar. Resta, contudo, a questão: qual seria o limiar correto?

Metodologicamente, não se trata de pergunta simples. Ao trabalharmos com denúncias, trata-se não do fenômeno em si, mas de uma evidência relativa, que invariavelmente passa por um tipo de “processo social de denúncia” — ou, noutros termos, o que faz pessoa(s) denunciar(em) um grupo armado. A resposta pode variar conforme o tipo de localidade e os riscos inerentes; pode mudar conforme a “consolidação” de um grupo já estabelecido há anos; ou mesmo a depender da natureza das atividades exercidas pelo grupo.

Para minimizar estes vieses, mas compreendendo a limitação inerente aos dados e à análise, assumimos que a “tendência a se denunciar” seja diferente conforme tipos de localidade (favelas e asfalto) e tipos de controle territorial (traficantes ou milicianos). Isso significa, portanto, que os *limiars* podem assumir valores diferentes segundo essas combinações. Adicionalmente, permitimos que os “pesos espaciais” dos vizinhos, presentes na equação (i) que formaliza o IAGA, também assumam valores diferentes.

Simulamos então, um *grid* de 3808 combinações de limiars que variam conforme a Tabela 8:

Tabela 8

### Combinações de parâmetros (limiars) para simulação

Combinação		Parâmetros
Tráfico	Favela	1 a 5
	Asfalto	5 a 20
Milícia	Favela	1 a 5
	Asfalto	5 a 20
Peso do próprio polígono		1
Pesos do 1º vizinho		{0.5, 0.25, 0}
Pesos do 2º vizinho		{0.25, 0.125, 0}

Cada combinação de parâmetros é aplicada à função de classificação que gera o mapa simulado de grupos por polígono e ano. Comparamos cada um dos mapas simulados, para 2024, com a nossa base de validação a partir dos jornais e descobrimos quais combinações minimizam as diferenças entre os dois mapas?

Do ponto de vista operacional, unificamos essas duas fontes em uma mesma base de dados por polígono, com rótulos binários exclusivos: {CV, TCP, ADA, Milícia, Sem Grupo} — polígonos sem informação de validação são removidos da comparação. Essa métrica pune igualmente falsos positivos e falsos negativos e trata as classes como mutuamente exclusivas.

Extraímos o ano de avaliação do mapa simulado (2024) e comparamos, polígono a polígono, com o rótulo de validação disponível (jornais/entrevistas). A perda que minimizamos é a soma dos erros quadráticos entre as cinco classes exclusivas:

(vi)

$$Distância_s = \sum_{i \in v} \sum_{c \in C} (Mapa Simulado_{i,c} - Mapa Validação_{i,c})^2$$

$C = \{CV, ADA, TCP, Milícia, Sem Grupo\}$ ;  $v$  = polígonos validados;  $s$  = simulação  $s$  de 1 a 3808

Selecionamos as combinações de parâmetros que oferecem as cinco menores distâncias, o que envolve 21 combinações do total de 3808 — as 0,5% melhores. Todas envolvem um limiar = 2 para favelas, seja tráfico ou asfalto; com níveis maiores para tráfico no asfalto, chegando a 20, e níveis que variam de 5 a 9 em milícia no asfalto, também com diferentes valores de pesos espaciais — o que influencia no “espraiamento” da evidência de denúncias para os vizinhos, modificando o próprio IAGA. Estes cinco melhores resultados da função-objetivo (as 21 combinações) estão expostos na Tabela 9.

Tabela 9

Tabela 9 – Melhores combinações de parâmetros simulados

Parâmetros							
Tráfico (Favela)	Milícia (Favela)	Tráfico (Asfalto)	Milícia (Asfalto)	w1	w2	Simulação $s$	Distância com relação à Validação
2	2	20	6	0,5	0,25	121	235
2	2	17	6	0,5	0,25	109	237
2	2	18	6	0,5	0,25	113	237
2	2	19	6	0,5	0,25	117	237
2	2	20	9	0,5	0,25	277	237
2	2	18	8	0,5	0,125	1309	238

Parâmetros							
Tráfico (Favela)	Milícia (Favela)	Tráfico (Asfalto)	Milícia (Asfalto)	w1	w2	Simulações	Distância com relação à Validação
2	2	20	8	0,5	0,125	1317	238
2	2	16	6	0,5	0,25	105	239
2	2	20	8	0,5	0,25	229	239
2	2	17	9	0,5	0,25	265	239
2	2	18	9	0,5	0,25	269	239
2	2	19	9	0,5	0,25	273	239
2	2	18	5	0,5	0,125	1141	240
2	2	19	5	0,5	0,125	1145	240
2	2	20	5	0,5	0,125	1149	240
2	2	18	7	0,5	0,125	1257	240
2	2	19	7	0,5	0,125	1261	240
2	2	20	7	0,5	0,125	1265	240
2	2	16	8	0,5	0,125	1301	240
2	2	17	8	0,5	0,125	1305	240

A seleção dos cinco melhores resultados passa menos por uma escolha arbitrária e mais por uma avaliação da quantidade de combinações diferentes que produzem um “mesmo” resultado na função-objetivo. Poderíamos, é claro, escolher apenas a melhor combinação (i.e., a de distância 235 segundo a Tabela 9). No entanto, é razoável considerar, numa base de validação não perfeita, a incorporação das incertezas relacionadas ao resultado. Metodologicamente, optamos por produzir “mapas”, no plural, em detrimento de um mapa único, obtendo um escopo de variação possível da atuação destes grupos armados no território.

Restava decidir um ponto de corte das melhores combinações, mas os resultados são robustos a ponto de não mudarem tanto se escolhêssemos as três, sete, ou oito menores distâncias, em vez das cinco escolhidas. De toda forma, os gráficos abaixo (Gráficos 47 e 48) apresentam o diagnóstico da quantidade de diferentes combinações que produzem um mesmo resultado na função-objetivo. É possível notar uma tendência de subida e posterior estabilização, com algumas variações abruptas: em termos gerais, quanto maior a distância para a base de validação, mais combinações diferentes produzem um mesmo resultado. O ponto de corte escolhido (os 5 melhores resultados) está detalhado em vermelho.

Gráfico 47

## Diagnóstico das simulações frente à função-objetivo

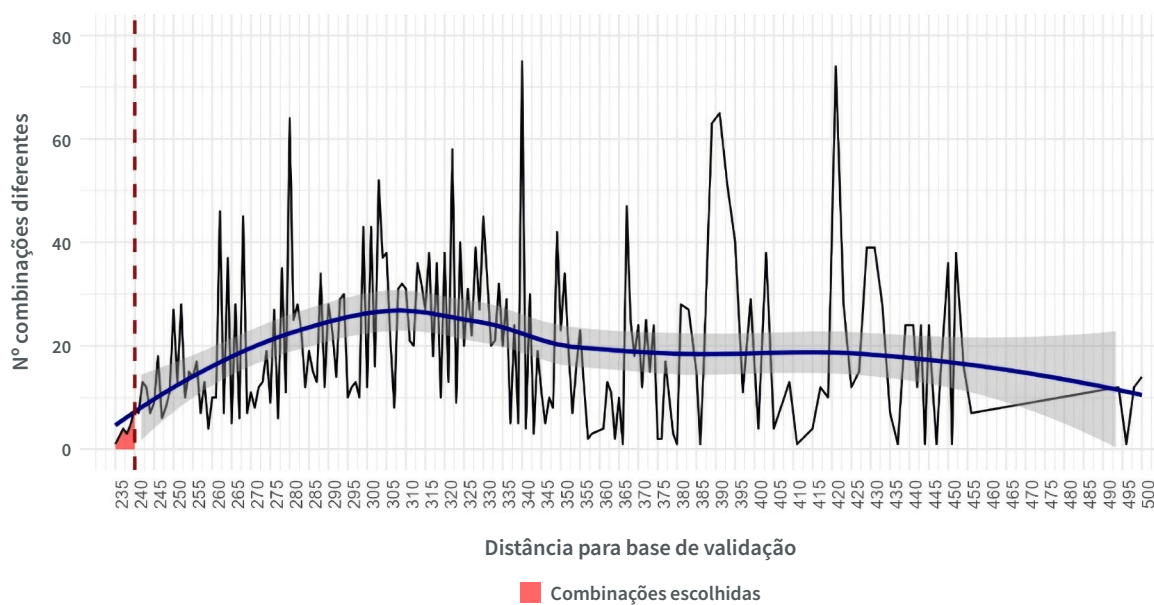
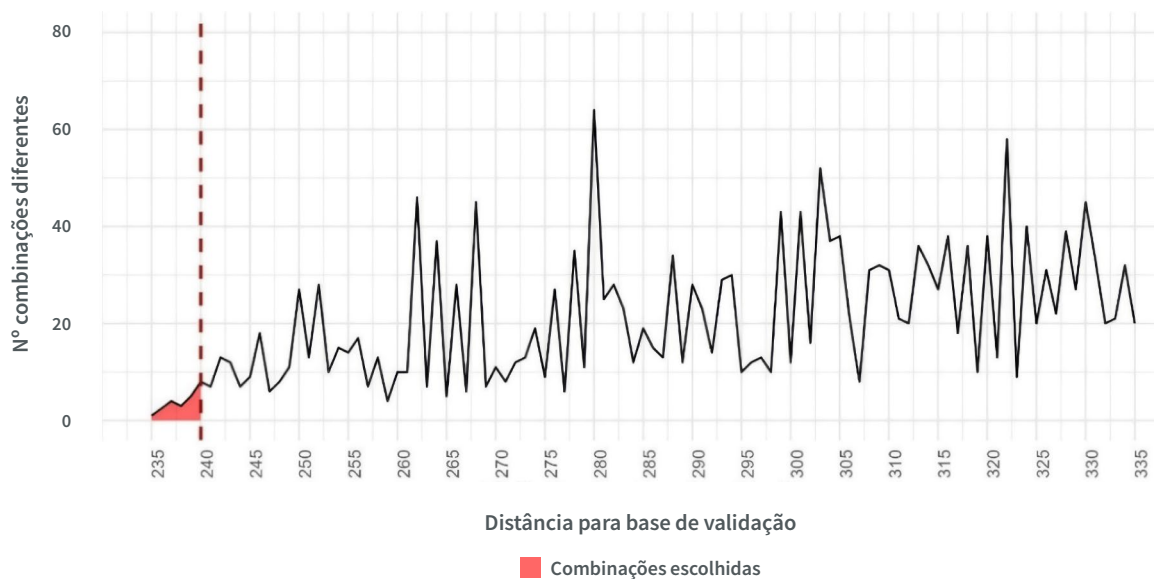


Gráfico 48

## Diagnóstico das simulações frente à função-objetivo

(ampliação para as 100 menores distâncias)



As combinações selecionadas nos dão um escopo de variação da área de atuação dos grupos armados no mapa. O algoritmo, então, calcula a área dos grupos em todos os mapas produzidos nas 21 combinações diferentes: o mapa de menor área total controlada é o que consideramos o cenário “conservador”, e o mapa de maior área controlada é o cenário “flexível”.

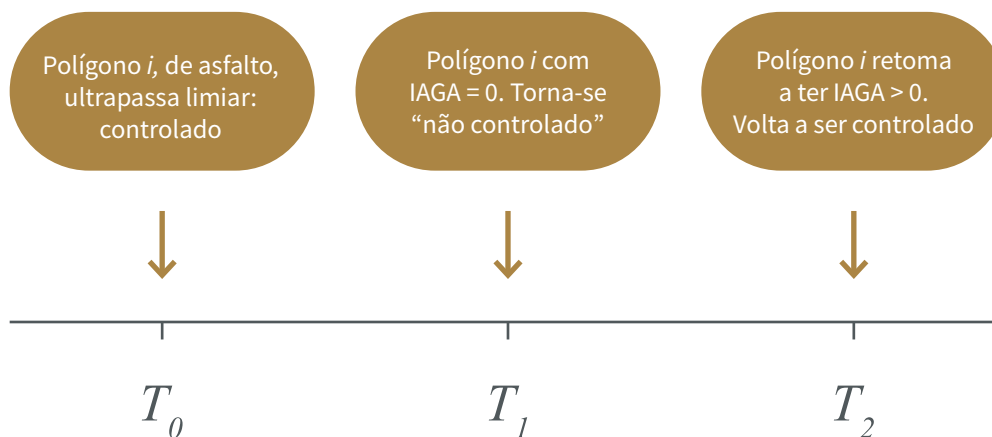
Optamos por tratar o cenário conservador como o mapa final para o controle territorial armado. O cenário flexível”, por sua vez, majoritariamente engloba polígonos contíguos espacialmente aos territórios controlados — o que, por prudência metodológica, convencionamos considerá-los apenas como áreas de influência, e não de controle.

Por fim, para ambos os mapas foi aplicado um critério de persistência temporal. Parte-se do pressuposto que as localidades não precisam ultrapassar o *limiar* de parâmetros todos os anos: uma vez que o local é “controlado” por um grupo, dificilmente abre-se um vácuo de poder em que o grupo deixaria de estar presente na localidade; ao mesmo tempo, a consolidação do controle junto à população tende a diminuir ou cessar as denúncias.

Há uma exceção, contudo: localidades de asfalto, com dinâmicas sociais diferentes às das favelas, exigem maior número de denúncias (conforme Tabela 9) e são mais propensos à atuação “pontual” de grupos armados, sem a fixação permanente na localidade. Desta forma, para estes territórios, uma vez que o *limiar* é ultrapassado e o controle ou influência é instalado, nos anos seguintes é necessária alguma mínima evidência da atuação do grupo — noutros termos, formalmente exigimos que  $IAGA_{it}^{(g,severas)} > 0$ . A Figura 3 apresenta esta operacionalização:

Figura 3

### Operacionalização da persistência temporal



## Referências

- ALVES, J. C. S. (2003). Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. [s.l.]: Associação de Professores e Pesquisadores de História; CAPPH – CLIO.
- ARAÚJO SILVA, M. (2017). House, tranquility and progress in an área de milícia in Rio de Janeiro. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 14, n. 3, e143132.
- ARIAS, E. D. (2006). The Dynamics of Criminal Governance: Networks and Social Order in Rio de Janeiro. *Journal of Latin Latin American Studies*, 38(2), 293–325.
- ARIAS, E. D. (2017). *Criminal enterprises and governance in Latin America and the Caribbean*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (2008). Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio\\_milicia.pdf](https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio_milicia.pdf)
- BARBOSA, A. R. (2005). *Prender e Dar Fuga: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. (2014). Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 1, 94–102.
- BARNES, N. (2025) *Inside Criminalized Governance: How and Why Gangs Rule the Streets of Rio de Janeiro*. Cambridge University Press; 2025.
- BECKERT, J.; DEWEY, M. (2017). *The architecture of illegal markets: towards an economic sociology of illegality in the economy*. Oxford: Oxford University Press.
- BENMERGUI, L.; GONÇALVES, R. S. (2019). Urbanismo Miliciano in Rio de Janeiro. *NACLA Report on the Americas*, 51(4), 379–385.
- BURGOS, M. (2002). *A utopia da comunidade. Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio; Loyola.
- CANO, I. (2008). “Seis por Meia Dúzia?: um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro”. In: *Justiça Global (org.). Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 48–103.
- CANO, I. et al. (2012). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- CANO, I.; DUARTE, T. (2012). “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008–2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- CAMPANA, P., MENEGHINI, C. (2024). Organised crime movement across local communities: A network approach. *Trends Organ Crim* 27, 286–313.
- CARDOSO, A.; LAGO, L. (2013). *O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles.
- CARVALHO, M. B. et al. (2023). *Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). (2024). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- CORREA-CABRERA, G. (2017). Los Zetas Inc.: Criminal Corporations, Energy, and Civil War in Mexico. Austin, TX: University of Texas Press.
- DUNCAN, G. (2006). Los Señores de La Guerra: de Paramilitares, Mafiosos y Autodefensas en Colombia. Bogotá: Editorial Planeta.
- FELTRAN, G. (2012). Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2), 232–255.
- FLORES PÉRES, C. A.. (2013). *Historias de polvo y sangre: génesis y evolución del tráfico de drogas en el estado de Tamaulipas*. México, D.F.: Publicaciones de la Casa Chata.
- GAGO, V.; MEZZADRA, S. (2017). A Critique of the Extractive Operations of Capital: Toward an Expanded Concept of Extractivism. *Rethinking Marxism*, 29(4), 574–591.
- GAMBETTA, D. (1993). *The Sicilian mafia: the business of private protection*. Cambridge: Harvard University Press.
- CARVALHO, M. B.; ROCHA, L. de M.; DA MOTTA, J. (2023). *Milícias, facções e precariedade: Um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.
- GRILLO, C. C. (2013). *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ.
- GRILLO, C. C. (2016). *Frontières tacites. Confrontations et accords dans les favelas de Rio de Janeiro*. *Confins*, 28.
- HELLICH, R. F. (2017). *Formalidade habitacional e a reprodução informal da vida: estudos sobre o Conjunto Habitacional Parque Valdariosa I, II e III – Queimados/RJ*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).
- HERITAGE, P.; SILVA, E. S. (orgs.). (2021). *Estudo com moradores das 16 favelas da Maré*. Rio de Janeiro/Londres: People's Palace Projects.
- HIRATA, D. (2018). *Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida*. São Carlos: Edufscar.
- HIRATA, D. et al. (2021). *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil.
- HIRATA, D. et al. (2022). The Expansion of Milícias in Rio de Janeiro. Political and Economic Advantages. *Journal of Illicit Economies and Development*, 4(3), 257–271.
- HIRATA, D. et al. (2023). *Guerra urbana e expansão de mercados no Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(111), e3811003.
- HIRATA, D.; ROCHA, Lia M.; SANTOS, Orlando A.J. (2024). *Ilegalismos, controle territorial armado e a cidade: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa*. (Apresentação ao dossier Ilegalismos e a produção da cidade), cadernos da metrópoles. V26 N61.
- HIRATA, D. et al. (2025). *Educação Sob Cerco: Efeitos da violência armada no aprendizado e abandono escolar nas escolas do Grande Rio*. Rio de Janeiro: UNICEF.
- HIRATA, D.; COUTO, M. I. (coord.). (2022). *Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e Instituto Fogo Cruzado (IFC).

HIRATA, D. V.; COUTO, M. I. (coord.). (2024). Grande Rio sob Disputa: Mapeamento dos confrontos por territórios. Relatório de pesquisa. GENI/UFF; IFC.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. (2025). O Retrato da violência armada em 2024 no RJ, PE, BA e PA. Relatório de pesquisa.

LEITE, M. P. (2018). State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant*, 14.

LEITE, M. P. et al. (2018). Apresentação: sobre os dispositivos de governo dos pobres em uma cidade militarizada. In: *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 9–16.

LEITE, M.; ROCHA, L.; FARIAS, J.; CARVALHO, M. (eds.) (2018). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial.

LEITE, M. P. et al. (2018). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial.

LESSING, B. (2021) Conceptualizing Criminal Governance. *Perspectives on Politics*. 19(3):854-873.

MANSO, B. P. (2020). A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo, *Todavia*

MACHADO DA SILVA, L. A. (1999). Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, 115–124.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). (2008). *Vida sob cerco. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. V. (2020). (Des)continuidades na experiência de ‘vida sob cerco’ e na ‘sociabilidade violenta’. *Novos Estudos CEBRAP*, 38, 529–551.

MENEZES, P. (2015). Entre o ‘fogo cruzado’ e o ‘campo minado’: Uma etnografia do processo de ‘pacificação’ de favelas cariocas. Tese (Doutorado). IESP/UERJ.

MISSE, M. (1999). *Malandros Marginais e Vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: IUPERJ.

MISSE, M. (2006). *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MONTEIRO, J.; FAGUNDES, E.; GUERRA, J. (2020). Letalidade policial e criminalidade violenta. *Revista de Administração Pública*, 54(6).

MOREIRA, F. A. (2018). *Terras de exclusão, portos de resistência: um estudo sobre a função social das terras da União*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). São Paulo: FAU/USP.

MOTTA, J. W. B. (2024). As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 17(1).

MÜLLER, F. (2020). Standby urbanization: Dwelling and organized crime in Rio de Janeiro.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. (2019b). *Intervenção Federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro: CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.

PEREIRA, R. H. M.; HERSZENHUT, D. (2025). geocodebr: Geolocalização de Endereços Brasileiros (Geocoding Brazilian Addresses). R package version 0.1.1.

PIRES, L.; HIRATA, D.; MALDONADO, S. (2022). Apresentação: Mercados Populares, Ilegalismos e suas Regulações pela Violência. *Antropolítica*, 50.

PIRES, L.; KANT DE LIMA, R. (2021). Mercados Fragmentados em Territórios Armados: Tendências na Administração de Conflitos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro? *Revista Avá*, n. 38.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS. (2017). Aumento Vertiginoso da Violência Policial nas Favelas do Rio de Janeiro. In: Plataforma Dhesca. Relatório da Política Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos. São Paulo.

RAMÍREZ, J. G. (org.). (2013). *Economía criminal y poder político*. Medellín: Universidad EAFIT; Colciencias.

RAMOS, S. et al. (2025). *Pele alvo: crônicas de dor e luta*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança; CESeC.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. (2025). *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*. Edição especial: De olho na ADPF 635 – dados de 2024.

RIBEIRO, L. C.; SANTOS JUNIOR, O. (2011). Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade. In: Santos Junior; Christovão; Novaes (orgs.). *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles; IPPUR/UFRJ.

RIBEIRO, R. L. C. (2016). *Na Periferia do Centro: Intervenções Públicas, Vida Condominial e o Mercado de “doação” em dois Conjuntos Habitacionais do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Niterói: PPGS-UFF.

ROCHA, L. M. (2019). Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas. *Ensaio*, 14, 80–98.

ROCHA, L. M. et al. (2024). As novas modalidades de “cerco” da criminalidade carioca: um estudo comparativo das condições de vida em territórios periféricos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Sociologia*, 12.

RUGGIERO, V.; SOUTH, N. (1997). The Late-Modern City as a Bazaar: Drug Markets, Illegal Enterprise and the ‘Barricades’. *The British Journal of Sociology*, 48(1), 54–70.

SANTOS JUNIOR, O. A. (2022). Inflexão neoliberal, milícias e o controle dos territórios populares: desafios para a teoria urbana crítica na América Latina. In: Píres, P.; Rodríguez, M. C. (compiladores). *Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina: desafíos teóricos y políticos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 79–102.

SILVA, J.; FERNANDES, F.; BRAGA, R. (2008). Grupos criminosos armados com domínio de território: Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: *Justiça Global* (org.). *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

SOARES, L. E. (2019a). UPP: Considerações sintéticas. In: *Desmilitarizar*. São Paulo: Boitempo, 137–147.

SOARES, L. E. (2019b). Crime, Power, and Authoritarian Capitalism: A Dystopian Realism Experiment. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(2), 243–250.

SOARES, L. E. (2020b). Milícias, um desafio para a democracia: Depoimento a Francisco Ourique e Marcio Scalercio. *Insight Inteligência*, 91, 50–75.

STANLEY, W. (1996). *The Protection Racket State: Elite Politics, Military Extortion, and Civil War in El Salvador*. Temple University Press.

TELLES, V. da S. (2009). Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social*, v. 2, n. 5-6, pp. 97-126.

TILLY, C. (1985). War Making and State Making as Organized Crime. In: Evans, P.; Rueschemeyer, D.; Skocpol, T. (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, C. (1998). *Durable Inequality* (1st ed.). University of California Press.

VALLADARES, L. (1980). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

VOLKOV, V. (2002). *Violent entrepreneurs: the use of force in the making of Russian capitalism*. Ithaca/London: Cornell University Press.

VARESI, Federico. (2013). "Mafias on the Move: How Organized Crime Conquers New Territories," Princeton University Press.

ZALUAR, A. (2012). Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *DADOS*, 55(2), 327–365.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. (2013). Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 81(81), 17–31.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. (2007). Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro, que paz? *São Paulo em Perspectiva*, 21, 89–110.

